GISELA SEQUINI FAVARO

Estudo morfológico das formas verbais do modo imperativo nas Cantigas de Santa Maria

ARARAQUARA/SP

2016

GISELA SEQUINI FAVARO

Estudo morfológico das formas verbais do modo imperativo nas Cantigas de Santa Maria.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Linha de pesquisa: Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática.

Orientadora: Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari

Bolsa: Capes

ARARAQUARA – S.P.

2016

Favaro, Gisela
Estudo morfológico das formas verbais do modo imperativo nas Cantigas de Santa Maria. / Gisela Favaro – 2016
200 f.

Tese (Doutorado em Linguistica e Lingua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari

1. Modo Imperativo. 2. Período Arcaico. 3. Cantigas de Santa Maria. I. Título.

GISELA SEQUINI FAVARO

Estudo morfológico das formas verbais do modo imperativo nas Cantigas de Santa Maria.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Linha de pesquisa: Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática.
Orientadora: Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari

Bolsa: Capes

Data da defesa: 18/4/2016

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari
Instituição: Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP)

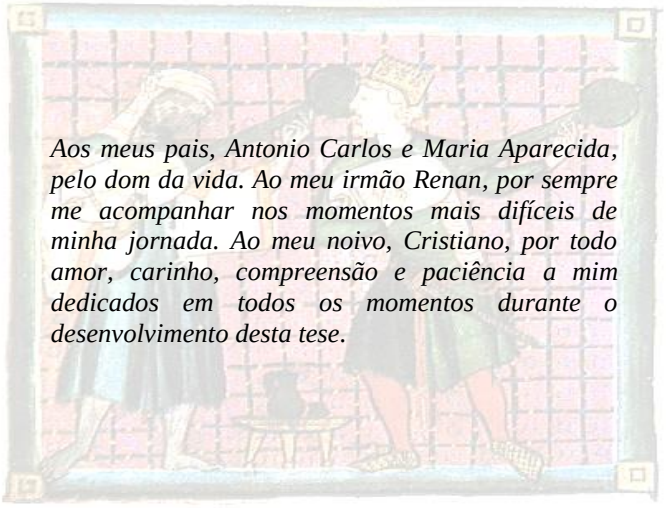
Membro Titular: Prof. Dr. José Sueli de Magalhães
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Membro Titular: Prof. Dr. Paulo Chagas de Souza
Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Membro Titular: Profa. Dra. Cristina Martins Fargetti
Instituição: Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP)

Membro Titular: Prof. Dr. Daniel Soares da Costa
Instituição: Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP)

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara



Aos meus pais, Antonio Carlos e Maria Aparecida, pelo dom da vida. Ao meu irmão Renan, por sempre me acompanhar nos momentos mais difíceis de minha jornada. Ao meu noivo, Cristiano, por todo amor, carinho, compreensão e paciência a mim dedicados em todos os momentos durante o desenvolvimento desta tese.

AGRADECIMENTOS

Ao final desta etapa, só foi possível chegar a mais uma vitória e quebrar todas as barreiras e obstáculos devido ao apoio, à compreensão e à dedicação de pessoas muito importantes que acreditaram em mim nesta jornada. Em especial, gostaria de agradecer:

Primeiramente a DEUS, que me deu sabedoria e discernimento para suportar os momentos mais árduos de minha caminhada. Agradeço-LHE também pelas pessoas maravilhosas que colocou em minha jornada durante todos estes anos.

A GLADIS MASSINI-CAGLIARI, minha orientadora, a quem só tenho a agradecer por ter acreditado em meu trabalho e potencial. Agradeço pelos constantes ensinamentos, pela força nos momentos difíceis, pela amizade, pelo carinho e principalmente pela compreensão. Muito obrigada por me guiar pelos caminhos da Linguística Histórica, contribuindo de forma promissora para o meu amadurecimento acadêmico. Serei eternamente grata pelo aprendizado adquirido.

Ao Grupo de Pesquisa *Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro*, coordenado pela docente já aqui referida, ao qual a presente pesquisa está vinculada, que auxiliou imensamente no desenvolvimento deste estudo.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão financiador do trabalho em questão, que possibilitou diretamente meu crescimento acadêmico, além de proporcionar minha participação em congressos e eventos importantes para a divulgação desta pesquisa.

A minha FAMÍLIA, meus pais ANTONIO CARLOS e MARIA APARECIDA, por me apoiarem e acreditarem em minha capacidade de sonhar, por todo esforço, carinho e dedicação. Ao meu irmão RENAN, que teve muita paciência durante estes anos. A todos que sempre rezaram e incentivaram o desenvolvimento deste projeto. Aos meus PAIS, minha vida.

Ao CRISTIANO FERNANDES ROMÃO, meu noivo, companheiro que sempre esteve presente em todos os momentos, me incentivando e me auxiliando quando foi preciso. Obrigada por todo apoio, carinho e amor.

À Preta e à Nina, minhas alegrias e companheiras de todos os dias. Obrigada por fazerem meus dias mais felizes com seus latidos e brincadeiras.

Aos professores − LUIZ CARLOS CAGLIARI, CRISTINA MARTINS FARGETTI, DANIEL SOARES DA COSTA, JOSÉ SUELI MAGALHÃES e PAULO CHAGAS DE

SOUZA −, pelos ensinamentos e valiosas sugestões que enriqueceram ainda mais este trabalho. Muito obrigada, queridos mestres!

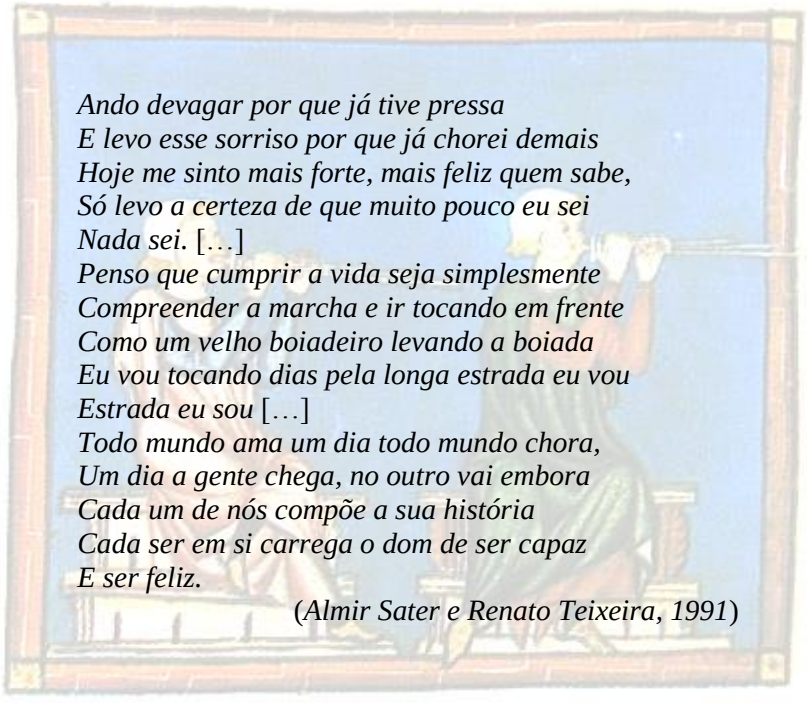
Agradeço às minhas amigas, em especial, Ana Carolina Cangemi, Thaís Abreu-Zorzi, Dayane Batista, Carolina Oliveira (*Deutschlehrerin*) e Dona Cleonice, pelas horas de conversas jogadas fora, pela companhia, pelos bons momentos que passamos juntas e pelo apoio nas horas mais difíceis. Obrigada, queridas!

A Carina Cabrio, Renata Aére, Fernando Hyppolito e amigos da Escola Adventista de Araraquara, pelo auxílio, pelo conselho, pela risada, pela força e pela amizade nos momentos em que mais precisei. Obrigada, grandes companheiros!

A todos os meus amigos, fonte de carinho e compreensão. Mesmo distante, nunca deixaram de acompanhar minha jornada. Obrigada pela força e pela torcida.

A todos os FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES da UNESP, por todo o auxílio durante esse período enquanto fui aluna do Programa de Pós-Graduação.

A TODOS, MEU MUITO OBRIGADA.



Ando devagar por que já tive pressa
E levo esse sorriso por que já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe,
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei
Nada sei. […]
Penso que cumprir a vida seja simplesmente
Compreender a marcha e ir tocando em frente
Como um velho boiadeiro levando a boiada
Eu vou tocando dias pela longa estrada eu vou
Estrada eu sou […]
Todo mundo ama um dia todo mundo chora,
Um dia a gente chega, no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
E ser feliz.

(*Almir Sater e Renato Teixeira, 1991*)

RESUMO

Este estudo objetiva realizar o mapeamento e a análise da estrutura morfológica no processo da flexão verbal das formas imperativas em Português Arcaico (PA), a partir das *Cantigas de Santa Maria* (CSM), com a finalidade de mostrar se a situação que encontramos hoje (ou seja, variação entre formas indicativas e subjuntivas para expressar ordens e pedidos), que leva à dúvida quanto ao imperativo ser um modo independente ou não, já ocorria no PA. A metodologia constitui-se no mapeamento das formas verbais do imperativo nas CSM. Contamos, também, com glossários e vocabulários como auxílio na categorização das formas verbais. Após a coleta dos dados, são analisadas as estruturas morfológicas das formas verbais imperativas encontradas, comparando-as com a estrutura morfológica das formas verbais do presente do indicativo e do subjuntivo mapeadas no *corpus*, a fim de explicar se critérios, tais como ordem, presença ou ausência do sujeito e contextos relacionados a atos de fala (ordem ou pedido), podem ser utilizados para considerar uma forma imperativa ou não. Foram coletadas 189 formas verbais imperativas conjugadas nas 2ªpp e 2ªps. Verificamos a alta produtividade da supressão da vogal temática em um estágio inicial da língua. Podemos comprovar que o modo imperativo preservava sua estrutura morfológica no PA, já que os indíces de variação começam a surgir apenas em meados do século XVIII, quando há as primeiras manifestações do processo de substituição do pronome *tu* por *você* nas relações de tratamento. Discorremos, também, a partir de uma perspectiva diacrônica, sobre os fatores de natureza linguística e social que interferiram e continuam interferindo no processo de variação das formas pronominais de tratamento em PB e como este fenômeno está associado à provável perda da morfologia do modo imperativo. Assim, esta tese visou a contribuir para a compreensão da história do português, no sentido de que a retomada de fatos do passado linguístico da língua portuguesa pode trazer uma maior compreensão da estrutura do português atual.

Palavras-Chave: Modo Imperativo; Português Arcaico; Cantigas de Santa Maria; Verbos; Morfologia.

ABSTRACT

This study aims to map and analyze the morphological structure in the process of verb inflection of imperative forms in Archaic Portuguese (AP) in the *Cantigas de Santa Maria* (CSM). The objective of the study is to show if the situation we find today (i.e., variation among indicative and subjunctive forms to express orders and requests), which leads to the question if the imperative was an independent mood or not, already occurred in the AP. The methodology consists in mapping the imperative verb forms in the CSM. We have also used glossaries and vocabularies as a support in categorization of verb forms. After data is collected, the morphological structure of the imperative verb forms found are analyzed in comparison with the morphological structure of the simple present and subjunctive mapped in the *corpus*, in order to explain if criteria, such as order, presence or absence of the subject and contexts related to speech acts (order or request), can be used to consider if a form is imperative or not. One hundred eighty-nine imperative verb forms conjugated in the second-person plural and second-person singular were collected and at the end of the analysis of the data we verified the high productivity of the suppression of the thematic vowel at an early stage of the language. We can prove that the imperative form preserved its morphological structure in the AP, since the variation indices start to emerge only in mid-eighteenth century, when there are the first manifestations of the process which replaces *tu* by *você* in treatment relations. We have also discussed, from a diachronic perspective, by the factors of linguistic and social nature that interfered and continue to interfere in the process of change in pronoun forms of address in BP and how this phenomenon is associated with the probable loss of the morphology of the imperative form. Thus, this thesis aimed to contribute to the history of the Portuguese language, considering that the resumption of facts of the linguistic past of the Portuguese language can bring greater understanding of the structure of the current Portuguese.

Keywords: Imperative Mood; Archaic Portuguese; Cantigas de Santa Maria; Verbs, Morphology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Etapas da Reconquista. 8
Figura 2. Reprodução do fragmento da Notícia do Torto. 9
Figura 3. Retrato de Alfonso X de Leão e Castela no Libro de retratos de los Reyes. 15
Figura 4. Iluminura que acompanha a Cantiga 54. 27
Figura 5. Stemma de Mettmann. 31
Figura 6. To (CSM 3). 33
Figura 7. Ilustração: Códice dos músicos (E). 35
Figura 8. Ilustração: Códice dos músicos (E). 35
Figura 9. Firenze (CSM 12). 36
Figura 10.Capítulo sobre modo. 67
Figura 11.*Layout* do site Corpus do Português. 108
Figura 12. Relação de tratamento entre as classes sociais no período da România medieval. 146
Figura 13. Relação de tratamento entre as classes sociais no período da colonização. 147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Porcentagem de distribuição das formas verbais (ocorrências) por pessoa. 111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Periodização da língua portuguesa. 13
Quadro 2. Conjugação do Modo Imperativo no PB. 51
Quadro 3. Lista dos sufixos temáticos e suas realizações. 83
Quadro 4. Lista dos sufixos modo-temporais e verbo-nominais. 83
Quadro 5. Formas Verbais Conjugadas no Imperativo na 1ªpp. 87
Quadro 6. Verbo *cantar* conjugado no presente do indicativo. 94
Quadro 7. Conjugação do verbo *chanter* (*cantar*) em francês. 95
Quadro 8. Indicadores da 2ª pessoa no PB. 102
Quadro 9. Pronomes pessoais do Português Brasileiro. 104
Quadro 10. Relação de tratamento entre as classes sociais na Idade Média. 148
Quadro 11. Relação de tratamento entre as classes sociais no século XVI. 150
Quadro 12. Relação de tratamento entre as classes sociais nos séculos XVII e XVIII. 151
Quadro 13. Relação de tratamento entre as classes sociais no século XIX. 151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição das cantigas de acordo com a sua origem. 20
Tabela 2. Lista de ocorrências e quantificação das formas verbais imperativas na 2ªps. 109
Tabela 3. Lista de ocorrências e quantificação das formas verbais imperativas na 2ªpp. 111
Tabela 4. Formas verbais regulares conjugadas no imperativo na 2ªpp. 117
Tabela 5. Formas verbais regulares conjugadas no imperativo na 2ªps. 117
Tabela 6. Pronomes Clíticos com Formas Verbais Imperativas no PA. 133
Tabela 7. Pronomes Clíticos com Formas Verbais Imperativas da 2ªpp. 133
Tabela 8. Pronomes Clíticos com Formas Verbais Imperativas da 2ªps. 134
Tabela 9. Formas Verbais de Padrão Especial Conjugadas no Imperativo na 2ªps. 137

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

C	complemento
CP	*Corpus* do português
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSM	Cantigas de Santa Maria
E	Códice dos músicos − El Escorial, Real Monasterio de San Lorenzo, MS B.I.2
F	Códice de Florença. Firenze, Biblioteca Nazionale Centrale, Banco Rari, 20
ind.pres	presente do indicativo
lat.cl	latim clássico
MNP	morfema número-pessoal
MMT	morfema modo-temporal
NP	número-pessoa
Or	oração
PA	Português Arcaico
PB	Português Brasileiro
port.arc	português arcaico (WILLIAMS, 1973 [1938])
pp	pessoa do plural
ps	pessoa do singular
R	radical (LAROCA, 2005)
r’	rótulos
S	sujeito
SF	sufixo flexional
SMT	sufixo modo - temporal (LAROCA, 2005)
SNP	sufixo número - pessoal (LAROCA, 2005)
ST	Sufixo temático (LAROCA, 2005)
SVN	sufixo verbo nominal (LAROCA, 2005)
T	Códice Rico ou Códice das histórias – El Escorial, Real
T	tema
TMA	tempo-modo-aspecto (ROSA, 2000)
To	Códice de Toledo
V	verbo
V / CV	Cancioneiro da Vaticana
Voc	vocativo
VT	vogal temática

As transcrições fonéticas seguem o padrão do IPA (*International Phonetic Alphabet*).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 01

1 APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO *CORPUS* 07
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERIODIZAÇÃO DO PORTUGUÊS ARCAICO 07
1.2 AS CANTIGAS RELIGIOSAS 14
1.2.1 Afonso X, o Sábio 14
1.3 AS *CANTIGAS DE SANTA MARIA* 18
1.3.1 Os códices 28
1.3.1.1 O Códice de Toledo (To) 32
1.3.1.2 O Códice Escorial (E) 33
1.3.1.3 Os Códices Ricos (T/F) 35
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 37

2 A ESTRUTURA DO MODO IMPERATIVO 38
2.1 BREVE HISTÓRICO: DO LATIM AO PORTUGUÊS 38
2.2 O IMPERATIVO ATUAL NA PERSPECTIVA DOS GRAMÁTICOS E DOS LINGUISTAS 43
2.3 VARIAÇÃO E MUDANÇA 52
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 57

3 EMBASAMENTO TEÓRICO 58
3.1 TEMPO, MODO E ASPECTO 58
3.1.1 Tempo 59
3.1.2 Modo 64
3.1.2.1 A definição de modo nos dicionários escolares e de linguística 65
3.1.2.2 A definição de modo nas gramáticas (primeiras, históricas e tradicionais) 67
3.1.2.3 A definição de modo nos demais trabalhos linguisticos 69
3.1.3 Aspecto 73
3.2 O CONCEITO DE MORFEMA 77
3.3 MORFOLOGIA VERBAL 80
3.4 SINTAXE: PRESENÇA OU AUSÊNCIA DE SUJEITO 90
3.5 PRONOMES PESSOAIS E DE TRATAMENTO 97
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 105

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 106
4.1 SOBRE A METODOLOGIA E A QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS 106
4.2 ANÁLISE DOS VERBOS CONJUGADOS NO MODO IMPERATIVO EM PA 115
4.2.1 Estrutura Morfológica Diferenciada e Presença ou ausência de sujeito explícito 115
4.2.2 Pronomes Clíticos 129
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS 135

5 VERBOS DE PADRÃO ESPECIAL CONJUGADOS NO MODO IMPERATIVO NAS CSM 136
5.1 FORMAS VERBAIS IMPERATIVAS DE PADRÃO ESPECIAL NAS CSM 138
5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS 144

6 O IMPERATIVO NO PORTUGUÊS DEPOIS DO PERÍODO MEDIEVAL 145
6.1 O SURGIMENTO DA FORMA PRONOMINAL "VOCÊ" E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA DE CONJUGAÇÃO VERBAL 145
6.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS 156

CONCLUSÃO 157

REFERÊNCIAS 161

APÊNDICES 175
Apêndice 1. Glossário das formas verbais imperativas em PA 177

Conteúdo do CD-Rom (Anexo)
Apêndice 2. Formas Verbais Imperativas Mapeadas
Apêndice 3. Ocorrências Mapeadas na 2ªps e 2ªpp
Apêndice 4. Formas Verbais Mapeadas com Pronomes Clíticos

INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta tese é analisar o comportamento das formas verbais do modo imperativo do Português Arcaico (doravante PA), no período conhecido por trovadoresco (fins do século XII até meados dos século XIV) - referente à primeira fase do período arcaico. Por meio deste estudo, pretendemos mostrar se a estrutura morfológica do imperativo, na época medieval, funcionava como modo independente ou não.

A partir da análise da estrutura morfológica das formas verbais imperativas em PA, pretendemos observar alguns aspectos da evolução da língua portuguesa no que se refere às mudanças que ocorrem com os verbos, em especial com o modo imperativo, focalizando nossa pesquisa no momento arcaico da língua.

Apesar de existirem diversos estudos sobre o período arcaico[1] (COUTINHO, 1958; SILVA NETO, 1952; SAID ALI, 1964, MATTOS E SILVA, 1989, 2001; MAIA, 1997 [1986]), não encontramos trabalhos que envolvam as mudanças morfológicas do imperativo no que se refere à constituição verbal da época medieval, na medida em que o que temos são apenas alguns comentários breves sobre a conjugação das formas verbais naquele período, não se detendo muito em um momento particular da língua.

Dessa forma, pode-se dizer que há alguns estudos sobre a história dos verbos portugueses, mas poucos trabalhos específicos sobre a estrutura morfológica e o comportamento das formas verbais em PA.[2] Assim, estudando a formação das conjugações verbais da língua portuguesa em seu estágio "inicial" (ou melhor, no estágio temporal em que primeiramente começa a ser referida com este nome), poderemos contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição do sistema verbal ao longo dos anos.

Nas Gramáticas históricas e tradicionais, o que encontramos sobre a flexão verbal e as mudanças na forma que os verbos assumem, tanto em relação às alterações das desinências modo-temporais quanto às vogais temáticas, por exemplo, são apenas descrições desses fenômenos no período arcaico, sem muitas averiguações quanto à natureza das mudanças desse período até a formação do Português Brasileiro (de agora em diante PB). Quando

[1]Vale ressaltar os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro, que congrega um grupo de docentes e estudantes de Graduação e de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara, e é coordenado pela orientadora deste projeto: Biagioni (2002), Borges (2008), Cangemi (2014), Costa (2006, 2010), Favaro (2012), Fonte (2010, 2014), Gementi (2013), Granucci (2001), Migliorini (2010, 2008), Prado (2010), Pinheiro (2004) e Somenzari (2006).

[2]Como exceções, temos o trabalho de Borges (2008), que trata da formação das formas futuras em PA, analisando se são formas simples ou compostas, e o estudo de Favaro (2012), que abordou os processos morfofonológicos desencadeados pelas formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo.

surgem alusões ao período arcaico, nesses estudos, são bastante gerais, já que o foco desses trabalhos não é apresentar uma descrição sincrônica de sucessivas épocas do português. Dentre esses estudos, temos como referência os trabalhos de Williams (1973 [1938]), Nunes (1960), Silva Neto (1952), Coutinho (1958), Bueno (1952), entre outros.

Há alguns trabalhos que se dedicam especificamente ao período arcaico, como os relevantes estudos de Mattos e Silva (1989, 2006, 2008) e Maia (1997 [1986]), por exemplo. Nenhum desses trabalhos está particularmente relacionado ao sistema de flexão verbal do PA, embora ambas as autoras façam referência a verbos da época. Além disso, as informações referentes aos verbos do PA não são baseadas na análise de textos poéticos remanescentes daquele período da língua, já que são considerados como *corpora* documentos jurídicos da época.[3]

Foram os fatos assinalados desde os trabalhos mais tradicionais a respeito das cantigas medievais portuguesas que direcionaram a percepção da relevância das formas verbais imperativas no PA, fundamentais para a elaboração de um panorama mais rico dos fenômenos da morfologia da língua daquele período e, com isso, um melhor conhecimento da história do nosso próprio idioma.

Para a constituição do *corpus* do presente trabalho, escolheu-se analisar textos poéticos remanescentes do galego-português medieval (em conformidade com as demais pesquisas desenvolvidas pelo grupo em que se insere e porque estes trazem pistas mais seguras das características prosódicas da língua do período), e um dos aspectos decisivos para a determinação dos textos a serem estudados neste trabalho foi verificar se havia registros de interação entre os interlocutores. Como o período temporal abrangido por esta tese situa-se no século XIII, de todos os documentos remanescentes[4] deste período e que chegaram até nós, através dos cancioneiros medievais, as líricas profana e mariana se enquadram no tipo de texto que favorece o uso do imperativo porque muitas vezes retratam interações entre interlocutores. Com o intuito de encontrar tais formas verbais, consideramos os textos

[3] É relevante destacar que Favaro (2012) realizou a análise de processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal nas formas verbais do pretérito perfeito do indicativo e, para o desenvolvimento de seus estudos, a autora mapeou os dados nas 420 CSM.

[4] Além dos poemas trovadorescos e das *Cantigas de Santa Maria*, existem outros gêneros textuais que também foram preservados ao longo dos anos. Tratam-se de arquivos jurídicos, os chamados documentos notariais, que apresentam como temas doações de terras, testamentos, compra ou venda de imóveis, inventários, etc..Há também os forais ou costumes, cujo conteúdo reúne leis locais que estabeleciam as normas disciplinares em relação aos habitantes. De acordo com Mattos e Silva (2006, p.38), estes textos são importantes para o conhecimento do português arcaico, pois são significativos e informativos, além de trazerem as datas em que foram exarados. Porém, no que concerne à riqueza ao conhecimento da sintaxe, tais textos não são valiosos, em função da estrutura formular ser muito restrita, "às vezes alatinada, natural a este tipo de texto que segue modelos da tradição jurídica latina" (MATTOS E SILVA, 2006, p.39).

poéticos para a observação de situações que proporcionassem diálogos, sobretudo os reproduzidos através do discurso direto, pois o uso do imperativo só ocorre em contextos de interação direta (diálogos) entre os interlocutores.

As *Cantigas de Santa Maria*, segundo Castro (2006) e Leão (2007), além de serem um precioso documento linguístico e uma verdadeira obra de arte, constituem uma valiosa fonte histórica da vida cotidiana e do imaginário popular de toda cultura Ibérica, na Idade Média:

> Além de representarem as tranformações históricas, guardando óbvias ligações com o culto mariano, não só dão um vasto espaço ao diabo como personagem, mas também assemelham-se às catedrais na representação da diversidade populacional e das crenças fantásticas [...]. Em sua vastidão, o texto apresenta uma enorme variedade de povos (etnias, religiões, nacionalidades, classes sociais) e os mais fantásticos acontecimentos. (CASTRO, 2006, p.43-44)

> [...] elas nos falam não só da vida religiosa, mas da vida em toda a sua complexidade, constituindo talvez o mais rico documento para o conhecimento da mentalidade, dos costumes, das doenças, das profissões, da prostituição, do jogo, dos hábitos monásticos, de todos os aspectos enfim do cotidiano medieval da Ibéria. (LEÃO, 2007, p.153)

Neste sentido, ao lermos atentamente os textos das cantigas marianas, podemos notar a presença da língua oral destes devotos. E, segundo Leão (2007, p.153):

> O trovador, muitas vezes recorre a ditos populares, ou estes explodem à sua revelia, no texto escrito que se vai construindo. Isso sem contar que todo bom narrador - e D. Afonso é um ótimo narrador - dá um cunho de irrecusável oralidade aos seus diálogos. Há nas *Cantigas de Santa Maria*, diálogos tão naturais, que quase nos fazem ouvir as vozes dos interlocutores.

Peña (1973) também enfatiza, baseada nos estudos de Marquês de Valmar[5] (1889), que a linguagem das cantigas não era o galego popular, mas sim o galego erudito que adquiriu (sem perder a essência do dialeto português primitivo), o caráter de idioma literário. Apesar disso, como o período temporal abrangido por esta tese situa-se entre séculos XIII e XVI, de todos os documentos remanescentes desta época e que chegaram até nós, através dos cancioneiros medievais, as líricas profana e mariana se enquadram no tipo de texto que favorece o uso das formas imperativas, uma vez que há registro de fala muito próximo ao da linguagem popular e cotidiana (tanto da corte quanto da população local), com a presença de diálogos entre as personagens, ao longo das cantigas, nos quais aparecem ordens e pedidos.

[5] Crítico e Filólogo do século XVIII, autor da obra *Las Cantigas de Alfonso X el Sabio* de 1889.

O *corpus* é constituído das 420 *Cantigas de Santa Maria* (de agora em diante, CSM) de Afonso X, a partir de edições interpretativas e fac-similadas disponíveis ao Grupo de Pesquisa *Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro.* Estão disponíveis também microfilmes de todos os quatro manuscritos em que sobreviveram as cantigas religiosas, fornecidos à orientadora deste trabalho pelas Bibliotecas depositárias dos originais.

As CSM foram elaboradas em galego-português e atribuídas a Dom Afonso X de Castela, o Sábio, com a colaboração de trovadores, músicos, desenhistas e miniaturistas que acolhia em sua corte, tendo sido produzidas principalmente no final de sua vida, enquadrando-se na fase denominada "arcaica" do desenvolvimento do português. Segundo Mattos e Silva (1989, p.15), essa fase tem seus limites entre os séculos XIII e XV:

> o lugar de produção coincide com os limites históricos em que o português era usado como língua escrita - e isso não se restringe aos limites da nação portuguesa, como se sabe - e os informantes são os produtores (autores, tradutores, copistas) dos documentos que, elaborados naqueles limites cronológicos, chegam até o pesquisador atual.

Segundo Bertolucci Pizzorusso (1993b, p.144), as cantigas marianas são uma obra para ser vista e ouvida, na qual "uma milagrística por imagens junta-se à milagrística em versos". Na percepção de Mettmann (1986, p.8), justamente por apresentarem um perfeito equilíbrio entre texto, melodias e miniaturas ocupam um lugar importante na literatura medieval galego-portuguesa.

De acordo com Leão (2007, p.27), as CSM abordam em seus textos, pelo menos nas cantigas que relatam os milagres realizados pela virgem, "a verdadeira comédia humana do século XIII". Ressaltamos que de acordo com Aulete (2014), neste contexto, definimos comédia como o complexo das vivências, fatos, alegrias e tristezas, conquistas e fracassos etc., que se desenvolve durante a vida (comédia da vida).

Lapa (1981, p.205) também já havia feito esta observação acerca do valor documental das cantigas marianas:

> Nela [nessa comédia humana] todas as classes sociais se vestem à sua maneira, falam a sua línguaguem, denunciam os sentimentos: o papa enamorado, o rei enfermo e devoto, o rico-homem soberbo e aventureiro, o mercador ganancioso, o judeu sórdido e perserguido, o mouro cavaleiro, o taful blasfemo, o jogral remedador, a monja voluptuosa e pecadora, e até mesmo o menino inocente e dadivoso.

Outro ponto crucial para escolha das CSM foi o fato de essa coletânea já apresentar alguns anos de estudos (PARKINSON 1998, 2000; LEÃO 2002, 2007), em especial os desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa *Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro*. Como um dos objetivos do grupo, a longo prazo, é chegar à descrição dos componentes fonológico e morfológico da língua na época trovadoresca, formulando hipóteses de mudanças linguísticas ocorridas desde as origens do português até os dias de hoje, a partir desse tipo de estudo pretendemos observar alguns aspectos da evolução da língua portuguesa no que se refere às mudanças que ocorrem com os verbos, em especial o modo imperativo, focalizando nossa pesquisa no momento arcaico da língua.

Os dados referentes à estrutura das formas verbais do modo imperativo mapeados nas *Cantigas de Santa Maria* serão interpretados do ponto de vista morfológico e sintático. Para a consideração dos fenômenos de flexão, com a finalidade de apresentação da estrutura verbal da época, serão utilizados como fonte norteadora da análise dos dados os trabalhos de Faraco (1996) e Scherre (2002, 2005), que trazem reflexões sobre o comportamento do uso do modo imperativo no PB.

A proposta do presente estudo corresponde a uma descrição de um estágio inicial da língua, visando investigar a causa e a natureza da mudança sofrida pelo sistema verbal imperativo. Vale ressaltar que não se trata de uma pesquisa de cunho sociovariacionista, uma vez que o foco deste projeto não envolve nenhum tipo de comparação entre *corpora* de períodos distintos da língua, mas sim uma investigação do comportamento das formas verbais imperativas em uma época em que a língua portuguesa estava se desenvolvendo.

A primeira seção desta tese apresenta uma contextualização a respeito do *corpus* da pesquisa, as *Cantigas de Santa Maria*. Faremos uma descrição das CSM, tratando de questões como a sua autoria, os tipos de poemas que compõem as cantigas e os manuscritos remanescentes. Na mesma seção, ainda, apresentamos a delimitação temporal do PA e pontos cruciais sobre a vida de Afonso X, a quem se atribui a autoria das cantigas.

A segunda seção é dedicada à revisão bibliográfica dos principais estudos realizados sobre as formas verbais imperativas em português, desde sua formação no latim até o estágio mais atual da língua.

Na terceira seção, abordaremos alguns pressupostos teóricos essenciais para nossas análises do comportamento do modo imperativo. Discorreremos sobre algumas questões importantes para os estudos morfológicos, no que diz respeito ao sistema de flexão verbal no português. Sintetizaremos também aspectos sintáticos que envolvem a presença ou a ausência

de sujeito nas orações e pontos relevantes sobre a natureza dos pronomes de tratamento em português, com destaque para o surgimento da forma *você*.

Na quarta seção, apresentaremos a metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo. A fim de observar e analisar o comportamento do modo imperativo nas CSM, após o mapeamento dos dados, todas as ocorrências localizadas foram realçadas em negritos ("*Sennor,* ***acorre*** *a tua coitada*" [CSM 17, v.55-58]) e na sequência foram montados quadros, nos quais as formas verbais encontradas foram classificadas por conjugação e número-pessoa, e tabelas, que trazem a quantificação dos verbos.

Ainda na quarta e, posteriormente, na quinta seção são apresentados os dados quantitativos das formas imperativas em PA, juntamente com a realização das análises das formas verbais mapeadas, tanto dos verbos regulares quanto daqueles que apresentam um padrão especial.[6] Foram observados aspectos morfológicos e sintáticos, que auxiliaram na observação dos dados e na comprovação das hipóteses formuladas acerca do uso do imperativo no período trovadoresco.

Na sexta seção, abordaremos de modo mais detalhado o processo de gramaticalização da forma pronominal *você* e como este fenômeno influencia na evuloção do modo imperativo na história do português.

Ao fim deste trabalho, encontram-se os apêndices, que trazem o verso em que cada verbo está localizado nas cantigas e um glossário com o significado dos verbos mapeados nas CSM.

Este estudo permitiu constatar que, no PA, as estruturas morfológicas verbais eram bem definidas para representar os três tipos de modos: imperativo, indicativo e subjuntivo. Através da análise dos dados, foi possível sustentar a hipótese de que as formas verbais imperativas no PA ainda eram usadas como modo independente,[7] ou seja, possuíam uma estrutura morfológica específica para expressar este modo, sem concorrer com outras formas (presente do indicativo e presente do subjuntivo).

Esperamos, com este trabalho, contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição do sistema verbal do português durante o percurso de formação da língua.

---

[6] Em conformidade com Mattos e Silva (1989, p.351), optamos pela designação "verbos de padrão especial" por a considerarmos mais condizente com os fatos observados no *corpus* do que a designação "verbos irregulares".

[7] Como será visto adiante, nos trabalhos de Perini (1995, 1996, 2010), Scherre (2002, 2004,2005) e Borges (2004), entende-se por modo independente as formas verbais utilizadas em oposição ao indicativo e ao subjuntivo, com função específica de representar o imperativo.

1 APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO *CORPUS*

A presente seção tem por objetivo apresentar e delimitar o *corpus* de estudo das formas verbais do modo imperativo no período arcaico da Língua Portuguesa, as *Cantigas de Santa Maria*. Em um primeiro momento, será feita a delimitação e a caracterização do Português Arcaico (período compreendido por esta pesquisa), com o objetivo de evidenciar aspectos históricos que possam ter influenciado na composição dessas cantigas. Posteriormente, apresentaremos as características mais relevantes sobre as CSM e as descrições dos manuscritos das obras marianas remanescentes.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERIODIZAÇÃO DO PORTUGUÊS ARCAICO

A respeito da periodização da língua portuguesa, Ilari e Basso (2007, p.20) afirmam que este tipo de estudo auxilia na organização dos conhecimentos de como a língua foi se transformando ao longo do tempo, além de possuir um caráter de síntese, uma vez que leva em consideração não só as mudanças estruturais (fonéticas, fonológicas, morfológicas e sintáticas), mas ainda as funções sociais que a língua foi adquirindo.

Massini-Cagliari (2005, p.23) declara que, em termos cronológicos, o período histórico que compreende a produção das CSM está situado nos séculos XIII e XVI. De acordo com a autora, é neste espaço de tempo que se localiza o período que os estudiosos denominam de arcaico.

Segundo Mattos e Silva (2001, p.15), o PA é referido como o período histórico da língua portuguesa situado entre os séculos XIII e XV. Pesquisadores e historiadores da língua que se dedicam a estudar essa época situam o seu início no século XIII, devido a ser nesse momento o aparecimento da língua portuguesa documentada. Porém, não é possível saber com absoluta segurança quando é o início e o término do período do PA.

Areán-Garcia (2009, p.25) afirma que historicamente as línguas portuguesa e galega possuem raízes comuns, cujas origens remontam ao processo de romanização e reconquista cristã da península Ibérica. De acordo com a autora, foi a partir do processo da Reconquista[8]

[8] De acordo com Ilari e Basso (2007, p.19), os movimentos de Reconquista consolidaram as monarquias que os comandaram e um efeito disso foi a criação de estados fortes, cujo centro geográfico foi-se deslocando para o sul. Os autores afirmam que, no caso específico de Portugal, resultou na transferência da capital do Estado português da cidade do Porto para a cidade de Guimarães e depois para Lisboa, ocasionando o deslocamento da base territorial da língua portuguesa do norte para o sul do rio Douro. Para Ilari e Basso (2007), essa é uma das razões da separação entre o galego e o português. Os autores acrescentam, ainda, que as principais inovações sofridas pelo português, nos séculos seguintes, partiram do sul (Lisboa e Alentejo) e não conseguiram atingir o extremo norte.

cristã que o rio Minho, e não mais o Douro, se fixou como fronteira cultural entre a Galiza e as demais extensões territoriais em poder dos islâmicos, com outras culturas e falares. Areán-Garcia (2011, p.7) ainda acrescenta que

> De fato, o rio Minho já se tornara a fronteira, ainda não definitiva, entre os cristãos e os muçulmanos durante o reinado de Afonso I (739-757), mesmo durante o reinado de Afonso III (866-910), quando os cristãos já ultrapassaram o rio Douro com a Reconquista, o território entre o Douro e o Minho, ainda era uma região estratégica e instável pelas constantes lutas e batalhas ali travadas

Figura 1. Etapas da Reconquista.

Fonte:http://www.cin.ufpe.br/~rac2/portugues/reconqu.html. Acesso em 15/01/2014.

A respeito das lutas e batalhas travadas nestes períodos, Areán-Garcia (2011) declara que, de modo estratégico, Afonso VI, filho de Fernando I (1035-1063), usurpou a coroa de seu irmão Sancho II, unificando os reinos de Castela e Leão. Alguns anos mais tarde, Afonso VI arrebatou a coroa de García I, seu outro irmão, e, segundo Mariño Paz (1999), a cobiça por aumento de poder e terras, por parte de Afonso VI, motivou a fragmentação da unidade política e cultural galega.

Neste sentido, de acordo com a autora, a região galega foi dividia em duas. Para o norte do rio Minho, Afonso VI enviou sua filha D. Urraca, casada com Dom Raimundo de Borgonha, em 1090. Já o sul, região denominada Condado Portucalense, entregou à sua filha D. Tereza, casada com Dom Henrique de Borgonha, em 1093.

Para Areán-Garcia (2011, p.8), a ruptura e as mudanças da corte portuguesa no período mencionado acima, desde ao norte em direção ao sul, foram ao longo do tempo provocando a separação das normas linguísticas galega e portuguesa.

O início da história (oficial) da escrita da língua portuguesa é marcado pelo *Testamento de Afonso II*, de 1214, e pela *Notícia do Torto*, escrita entre 1214 e 1216, como afirma Mattos e Silva (2001, p.16).

Figura 2. Reprodução do fragmento da *Notícia do Torto* (manuscrito português século XIII).

Fonte[9]: http://cursodefilologiaportuguesa.blogspot.com.br/. Acesso em 26/08/12.

A autora também propõe que as mais antigas cantigas de amigo e amor do Cancioneiro Medieval Português se situam, na sua origem, nos inícios do século XIII, pois a *Cantiga da Ribeirinha*, de amigo, e a *Cantiga da Garvaia*, de amor, têm como inspiração Maria Pais Ribeiro (a Ribeirinha), personagem documentada na história portuguesa como amante do rei D. Sancho I no período de 1185 a 1212.

Por sua vez, outros autores (TAVANI, 1988 e MICHAËLIS DE VASCONCELOS, 1946 [1912-1913]) propõem outras datações para o início da produção medieval. Tavani (1988, p.41) faz um recuo da data de produção do texto poético mais antigo para 1196, tomando como base a cantiga de escárnio de Joam Soares de Paiva – identificada pelo seu primeiro verso: *Ora faz ost'o senhor de Navarra*, que teria sido composta na mesma época dos eventos históricos relatados no poema.

[9]Site criado pela Profª Drª Maria Clara Paixão de Sousa. Professora de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP- São Paulo). O manuscrito foi uma reprodução da página 25 da obra de MARTINS, Ana Maria. *Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Diniz*. Em: Caminhos do Português: exposição comemorativa do ano europeu das línguas - Catálogo. Biblioteca Nacional (org). Lisboa: BN, 2001 (1ª edição).

Mattos e Silva (2006, p.22), ainda sobre o período de datação das primeiras cantigas medievais, afirma que, "entre os fins do século XII e XIII, as cantigas circulavam na tradição oral e, pode-se admitir, em folhas escritas soltas com poemas de um poeta ou mesmo em 'livros' de poemas com o conjunto de sua produção".

De acordo com Mongelli (2009, p.35), o galego-português tornou-se a língua de predileção dos trovadores em um movimento iniciado na primeira metade do século XII, quando, atravessando os Pirineus, poetas e jograis da Provença passaram a visitar algumas cortes régias peninsulares. Segundo a autora, Santiago de Compostela, na Galiza, foi um centro de peregrinações de grande popularidade, atraindo romeiros de diversas regiões.

Pena (1992, p.21) também ressalta a importância da região de Santigo da Compostela e afirma que

> *A comezos do século IX, segundo a tradición lexendaria, foi descuberto no que hoxe é Santiago de Compostela o enterramento do apóstolo Santiago o Maior. Así pois, a partir desa data fundamental, o ano de 813, a capital galega vaise transformar nun centro de extraordinaria importância non só para os países cristiáns da península senón tamén para o conxunto de Europa. Santiago, á par de Roma e mais de Xerusalén, convértese nun dos tres grandes lugares de peregrinación da Cristiandade.* [10]

De acordo o autor, foi nesse cenário que a cultura e a língua galego-portuguesa ganharam um momento de expansão e de esplendor.

Como podemos observar, o início do PA pode ser marcado pelos fatores descritos acima, porém o limite final desse período, como afirma Mattos e Silva (2006, p.22), é uma questão em aberto.

Para a autora, são os acontecimentos extralinguísticos que são tomados como "balizas para marcar o fim do período arcaico, tais como: o surgimento do livro impresso […] e suas consequências culturais, o incremento da expansão imperialista portuguesa no mundo que se refletiu na sociedade portuguesa européia […]" (MATTOS E SILVA, 2006, p.22). Mattos e Silva (2006) ainda afirma que, na história de qualquer língua, fatores extralinguísticos, sejam eles culturais ou sociais, são condições que podem favorecer processos de mudanças nas línguas.

[10]As citações que estão em galego-português não foram traduzidas, em função de que a Galícia faz parte da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), como membro Observador Consultivo, cuja função é a compreensão do domínio da promoção e difusão da Língua Portuguesa, assim como todas as áreas de cooperação nas quais a CPLP desenvolve ações específicas (Fonte: http://www.cplp.org, acesso em 24/11/2013). Sendo assim, por se tratar de uma região oficialmente lusófona, optou-se por não traduzir os textos escritos em galego.

Segundo Michaëlis de Vasconcelos (1946 [1912-1913], p.14), eram raros os documentos escritos em português no final do século XII. Para a autora, somente a partir do século XIII (de 1250 em diante), esses textos começam a aparecer com maior frequência. Além disso, a estudiosa declara que a língua dos poucos documentos remanescentes do final do século XII, embora fosse já a portuguesa, ainda era "bem caracterizada pelas suas feições especiais", apresentando algumas formas do "latim bárbaro". [11]

Sobre este assunto, Mattos e Silva (2006, p.38) considera uma questão problemática a que se refere à datação dos primeiros documentos escritos em português. A autora menciona que o padre Avelino de Jesus da Costa[12], ao publicar as duas cópias remanescentes do *Testemunho de Afonso II*, coloca em questão a datação dos documentos não literários até então considerados os mais antigos em português. De acordo com Mattos e Silva (2006, p.38), tal fato

> demonstra que aqueles antes considerados os mais antigos – o Auto de Partilhas e o Testamento de Elvira Sanches não são, respectivamente, de 1192 e 1193, mas ambos dos fins do século XIII, sendo assim, os seus originais em latim, dos fins do século XII. Também demonstra que a *Notícia do Torto*, que se datava de 1211, deve ser situada entre 1214-1216.

Para autora, estes documentos, entretanto, aparecem como extemporâneos ou temporãos, pois só a partir de 1255 é que voltam a aparecer documentos jurídicos escritos não mais em latim, e "daí para adiante eles se multiplicam, até que no reinado de D. Dinis (1279-1325) a língua portuguesa se torna a língua oficial de Portugal e substitui o latim na documentação jurídica" (MATTOS E SILVA, 2006, p.38).

Souto Cabo (2003, p.331) propõe que antes de 1255 a presença do vernáculo na escrita é exígua e ocasional. Porém, a partir de meados do séc. XIII, o uso da escrita galego-portuguesa é expandido, passando a ocupar espaços que até aquele momento eram monopolizados pelo latim.

Para o autor, quando se discutem, implícita ou explicitamente, textos latinos *vs.* galego-portugueses, no período cronológico ocupado pela produção primitiva da língua portuguesa,

---

[11] Michaëlis de Vasconcelos (1946, p.13) usa a expressão "latim bárbaro" para designar a língua em que foram escritos certos tipos de documentos da região Lusitânia entre os séculos IX e XII. Segundo a autora, esses textos consistem em documentos públicos, cuja língua não corresponde nem ao latim vulgar e nem ao português propriamente dito.

[12] Teyssier (1994 [1980], p.102) também já havia mencionado em suas discussões o estudo do padre Avelino de Jesus da Costa e declara que: "segundo o autor, o texto primitivo destes dois documentos, redigidos respectivamente em 1192 e 1193, era em latim e as versões galego-portuguesas que nos chegaram são traduções efetuadas uma centena de anos mais tarde, no fim do século XIII" (TEYSSIER, 1994 [1980], p.103).

> estamos a projectar uma distinção conceptual que não existia como a entendemos na actualidade. Essa aparente dicotomia encobre uma situação muito mais complexa em que não há limites precisos entre o modelo scripto-gráfico (hoje qualificado como) latino, ou se quisermos latino-romance, e outro com maior grau de oralização, tendencialmente autónomo galego-português. Traços muito diversos deste último estão presentes desde a documentação mais antiga, mas sempre convivendo com o latim. Isto quer dizer que entre o código romance e um texto determinado a relação é sempre gradual e não privativa. Em rigor, esta última aparece, pela primeira vez, no *Testamento de Afonso II* (1214). (SOUTO CABO, 2003, p.331)

Borges (2008, p.31) afirma que, em qualquer estudo de caráter histórico, há uma tendência para a delimitação das épocas durante as quais o objeto de estudo, neste caso em particular a língua, apresenta certa coerência. Segundo a autora, quando a língua é dividida em períodos, estes não são traduzidos em datas precisas, pois há mudanças linguísticas ocorrendo, embora em ritmos diferentes, de acordo com a época. Por isso, "há um consenso entre os autores em não escolher datas, mas sim períodos de separação longos, temporalmente" (BORGES, 2008, p.31).

Durante o período que compreende os séculos IX e XII, já existiam fenômenos específicos que singularizavam a área linguística galego-portuguesa em relação a outros romances hispânicos. Esse período é chamado por alguns filólogos de *proto-histórico*.

Silva Neto (1956, p.67) afirma que, a partir do século IX, o português propriamente dito já devia existir, porém somente como língua falada, já que, até o final do século XII, os documentos ainda eram escritos em latim. Porém, Mattos e Silva (2006), baseada nos estudos de Leite Vasconcelos (1959), declara que o período proto-histórico, de modo geral, é situado a partir do século IX, quando já é possível detectar documentos escritos no chamado latim bárbaro, ou seja, um latim veiculado nas regiões românicas antes de se tornar línguas oficiais.

Mattos e Silva (2006) diz que não se deve desligar a periodização temporal da realidade linguística diferenciada no espaço. Nesse sentido, a autora afirma que "parece procedente uma subperiodização do português arcaico, em que se considere uma primeira fase galego-portuguesa e outra que se definirá como portuguesa, sobretudo a partir da centralização política no eixo Coimbra-Lisboa" (MATTOS E SILVA,2006, p.24).

Ainda sobre a divisão da língua portuguesa em períodos, Ilari e Basso (2007, p.21) declaram que há divergências quando se buscam datas e denominações mais ou menos exatas para se classificar os vários períodos. Para os autores, entre as diversas periodizações propostas, não há uma coincidência perfeita. O quadro que se segue é uma proposta de Ilari e Basso (2007) para demonstrar essa diferença:

Quadro 1. Periodização da língua portuguesa.

<table>
<tr><th></th><th>Leite de Vasconcelos</th><th>Serafim da Silva Neto</th><th>Pilar Vásquez Cuesta</th><th>Luís-Felipe Lindley-Cintra</th><th>Maria Helena Mira-Mateus</th></tr>
<tr><td>antes de 900</td><td>P. pré-histórico (até 882)</td><td>P. pré-histórico (até 882)</td><td>P. pré-literário (até 1216)</td><td>P. pré-literário (até 1216)</td><td></td></tr>
<tr><td>900-1000</td><td rowspan="3">P. proto-histórico (882 até 1214/1216)</td><td rowspan="3">P. proto-histórico (até 1214/1216)</td><td rowspan="4"></td><td rowspan="4"></td><td rowspan="3"></td></tr>
<tr><td>1000-1100</td></tr>
<tr><td>1100-1200</td></tr>
<tr><td>1200-1300</td><td rowspan="3">P. arcaico (1216 até 1385-1420)</td><td>P. trovadoresco (1216 até 1420)</td><td>Galego-português (1216 até 1385/1420)</td><td>P. antigo (1216 até 1385/1420)</td><td rowspan="3">P. antigo</td></tr>
<tr><td>1300-1400</td><td rowspan="2">P. comum (1420 até 1536/1550)</td><td rowspan="2">P. pré-clássico (1420 até 1536/1550)</td><td rowspan="2">P. médio (1420 até 1536/1550)</td></tr>
<tr><td>1400-1500</td><td rowspan="2">P. médio</td></tr>
<tr><td>1500-1600</td><td rowspan="4">P. moderno.</td><td rowspan="4">P. moderno</td><td rowspan="3">P. clássico (1550 até o séc. XVIII)</td><td rowspan="3">P. clássico (1550 até o séc. XVIII)</td></tr>
<tr><td>1600-1700</td><td rowspan="2">P. clássico</td></tr>
<tr><td>1700-1800</td></tr>
<tr><td>1800-1900</td><td rowspan="2">P. moderno.</td><td rowspan="2">P. moderno.</td><td rowspan="2">P. moderno</td></tr>
<tr><td>1900-2000</td></tr>
</table>

Fonte: Ilari e Basso (2007, p.21).

Observando o quadro, é possível notar que o único ponto em comum entre os autores apresentados é a existência de um acordo em reconhecer, na evolução da história da língua, uma fase arcaica, uma clássica e uma moderna ou contemporânea. Já em relação à delimitação das datas, há uma oscilação de um estudioso para outro.

Contextualizando as CSM (objeto de estudo desta tese) na periodização do PA, temos, segundo Bertolucci Pizzorusso (1993a, p.36), que as cantigas religiosas possuem datação no final do século XIII, época do reinado de D. Afonso X, rei de Leão e Castela, de 1270 a 1284.

Sobre as CSM, Nascimento (1988, p.123) declara que

> a cantiga religiosa afonsina é um documento histórico-lingüístico em que podemos registrar um primeiro estágio de repouso da língua, que legitima identidades sócio-culturais, no mesmo instante em que se instaura como lugar de constituição da memória, já que podemos perceber, em seu funcionamento, reflexos do passado e perspectivas de futuro.

Foi em um espaço de efervescência cultural, segundo Leão (2002), em que nasceram as CSM, uma coleção de 420 cantigas religiosas em louvor da Virgem Maria (das quais 356 são narrativas e relatam milagres marianos, e as demais, exceto a introdução e os prólogos,

são de louvor ou se referem às festividades marianas), com notação musical (salvo o poema introdutório e algumas outras cantigas em que a notação musical não chegou a ser acrescentada, apesar de haver espaço previsto para esta finalidade).

Não temos conhecimento ao certo quando foi escrita cada uma das 420 cantigas, porém diversas fases de sua elaboração distribuem-se ao longo de alguns anos. A situação das CSM no tempo tem como base as referências históricas que podem ser extraídas dos próprios textos, além do período conhecido de preparação dos códices, a mando de Afonso X.

1.2 AS CANTIGAS RELIGIOSAS

1.2.1 Afonso X, o Sábio

> *Se o seu autor non fosse rei, as Cantigas nunca chegariam a existir, polo menos hoxe as coñecemos.* (FIDALGO, 2002, p.93)

Para compreendermos a importância que as CSM apresentam para estudos que envolvem períodos passados da língua, é necessário antes conhecermos um pouco a biografia de um de seus copiladores e a quem atribuímos a autoria das cantigas: o rei Afonso X.

Filgueira Valverde (1985, p.11) afirma que Afonso X nasceu em Toledo em 22 de novembro de 1221 e faleceu em Sevilha em 4 de abril de 1284. Passou sua infância na Galiza e anos mais tarde casou-se com a princesa Violante ou Yolanda, filha de Jaime I de Aragão.

Tornou-se rei em 1252 e, como político, Afonso X foi hábil e arrojado condutor de campanhas bélicas. Apresentava excepcional disposição para seu governo e o realizava de maneira muito direta. Porém, isso "não significa que não tenha enfrentado problemas e cometido erros no exercício do reinado" (FILGUEIRA VALVERDE, 1985, p.12).

De acordo com Leão (2007, p.18), o rei dominava um território muito vasto, maior do que os dos reinos de Castela e Leão. De acordo com a autora, seu domínio territorial ia de Galiza até Aragão, passando por toda a faixa Norte e da Galiza até o Sul. Afonso X impulsionou a economia e reconquistou territórios que haviam sido tomados pelos mulçumanos.

A autora ainda declara que o trono ocupado pelo Rei Sábio sempre lhe pesou como um fardo. Leão (2007, p.19) afirma que não tanto pelas lutas e guerras contra seus inimigos políticos, mas pelas dissensões familiares e pelas intrigas da corte. De acordo com a autora,

> As próprias andanças de Dom Afonso, ou melhor, suas ausências [...] estimulavam as pretensões dos infantes ao poder, assim como as ambições dos nobres, comparados por ele, numa [...] cantiga de escárnio. Trata-se da cantiga *Non me posso pagar tanto*, em que o Monarca, num auto escárnio quase patético, abomina a sua condição de rei, que ele trocaria de bom grado pela de um mercador que navegasse modestamente pela costa, vendendo azeite e farinha. (LEÃO, 2007, p.19)

Para Leão (2007, p.20), o consolo e o refúgio do Monarca era seu *scriptorium*, onde se abrigavam poetas de todo ocidente, em especial aqueles vindos da região da Provença. Além de poetas, também se reuniam desenhistas, miniaturistas, músicos, tradutores e mestres em todas as artes liberais.

Figura 3. Retrato de Alfonso X de Leão e Castela no *Libro de retratos de los Reyes.*

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Afonso_X_de_Le%C3%A3o_e_Castela.
Acesso em 26/08/2012.

Sobre a produção poética ibérica, Borges (2008, p.43) afirma que a figura de Afonso X é extremamente evidenciada e sua corte foi um espaço de grande efervescência cultural. “A sua corte foi o lugar de encontro de um grande número dos poetas galego-portugueses mais representativos e de muitos trovadores provençais, que encontraram em Afonso X não só o patrono como também o inteligente e interessado interlocutor” (BERTOLUCCI PIZZORUSSO, 1993a, p.36).

A língua utilizada por Afonso X para compor suas obras, de acordo com Rübecamp (1932, p.280), foi o galego-português. O castelhano (sua língua materna) era usado apenas para trabalhos em prosa. De acordo Leão (2002, p.2), isso ocorreu devido ao fascínio exercido por uma língua que se afirmava como apta, ou até ideal, para a poesia:

> O seu prestígio era tão amplamente reconhecido, que muitos trovadores, no ato de trovar, deixavam de lado a respectiva língua materna e adotavam uma das três grandes línguas poéticas de então. Foi o que ocorreu com D. Afonso X. Compôs suas próprias cantigas e dirigiu ou supervisionou a composição de outras pelos seus colaboradores, utilizando o galego-português.

Ainda, segundo a autora, a língua presente na composição das cantigas não deve ser confundida com o galego-português oral, que como toda e qualquer língua passa por um constante processo de variação. Porém, embora essa preocupação de distinção entre linguagem literária e linguagem oral deva existir, o galego-português da população, ou seja, do povo, não está totalmente ausente nas cantigas e isso é visível nos diálogos encontrados nos textos. Sobre este assunto, Filgueira Valverde (1985, p.39) afirma reconhecer um tom mais popular na linguagem das CSM:[13]

> La lengua de los trovadores no era algo artificial, sino un producto artístico, sincero, inspirado muy de cerca en el gallego vulgar, que hoy perdura con muchas características de aquélla, inmediata en las Cantigas a la lengua hablada [...].

É a presença dessa marca da oralidade e de interação entre as personagens que nos possibilitou estudar e mapear a presença de formas imperativas variantes nas CSM.

Outro aspecto em relação à linguagem das cantigas observado por Leão (2002) é o fato de a língua materna do trovador ser o castelhano, o que segundo a autora torna inevitável a interferência dessa língua no galego-português. Ressaltamos que Afonso X viveu parte de sua infância na Galiza, sendo criado por Garcia Fernández de Villaldemiro, tornando-se, provavelmente, falante nativo também do galego-português.

Sobre a riqueza do vocabulário e do estilo em geral das CSM, Leão (2002, p.3) nos chama atenção para uma diversidade muito grande de tema, não retratando apenas a vida

[13] "A língua dos trovadores não era algo artificial, mas sim um produto artístico, sincero e inspirado no galego vulgar, que hoje perdura com muitas características daquela época, próximas à língua falada apresentada nas Cantigas". Esta e as demais traduções apresentadas neste trabalho são de responsabilidade da autora desta tese.

religiosa, e sim também a vida em toda sua complexidade. Segundo a autora, essa complexidade teve repercussão na linguagem.

Filgueira Valverde (1985, p.21), também se referindo à escolha reflexiva de cada vocábulo usado por Afonso X, afirma que havia uma busca constante de novos assuntos e fórmulas rítmicas para expressá-los, e certa preocupação com cada detalhe da narração poética ou histórica.

Leão (2002, p.3) ainda afirma que o galego-português literário do século XIII apresentava uma unidade, mas certamente já começava a fragmentar-se na língua oral, e isso já era percebido na linguagem literária. Para a autora, uma prova disso é que a linguagem utilizada nos cancioneiros profanos se encaminha para o português, enquanto que a linguagem das CSM, no que diz respeito à morfologia e à fonologia, tende mais para o padrão galego.

Porém, alguns autores, no que diz respeito a esse aspecto, discordam de Leão (2002). Gonçalves (1985) afirmam que a linguagem dos cancioneiros e das CSM é a mesma, o galego-português. As autoras entendem por lírica galego-portuguesa um grupo de 1980 textos de assunto profano, que foram transmitidos por três cancioneiros, e 420 textos religiosos, as chamadas *Cantigas de Santa Maria*. Para Gonçalves (1985, p.18-19), todos esses textos foram escritos numa língua com características bastante uniformes, o galego-português, em um período que vai de finais do século XII à segunda metade do século XIV.

De acordo com Massini-Cagliari (2005), as diferenças fonológicas encontradas entre esses dois tipos de discurso não são de tipologia dos fenômenos, mas de frequência. A autora ainda ressalta que as CSM possuem um nível de formalidade de expressão muito maior do que as cantigas profanas, "dada a tendência mais latinizante do discurso religioso, que, embora composto em galego-português, se refere a um universo em que dominava o latim, língua oficial da Igreja" (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p.113). E conclui dizendo que "não havendo distinção tipológica, não há diferença de sistema, em outras palavras, trata-se de uma mesma língua" (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p.122).

Filgueira Valverde (1985, p.19) ressalta que Afonso X alcança indiscutida soberania, dominando diversos campos, entre eles o das narrativas e louvores religiosos até a lírica profana. Leão (2007, p.19) também afirma que, além de ter escrito obras com o próprio punho, ainda traduziu diversas obras pessoalmente e planejou, supervisionou e revisou tantas outras através de um trabalho cooperativo sob sua direção.

Para Leão (2007, p.21), são atribuídas a Afonso X obras de cunho jurídico, histórico, científico, escritas em prosa e em castelhano, além das obras poéticas, escritas em galego-português, divididas nas vertentes profana, da qual fazem parte as suas cantigas de amor, de

escárnio e de mal dizer, e religiosa, da qual fazem parte as CSM, objeto de estudo desta tese. Sobre as principais obras atribuídas a Afonso X, podemos mencionar:

- Afonso X dirige e elabora duas obras importantes na historiografia medieval: *Estória de España e Grande e General Estória.*
- No aspecto jurídico, as suas *Partidas ou Fuero de Las Leyes* são os mais importantes códigos da Idade Média, pois disciplinaram e ajudaram os juristas a conhecer seus direitos e obrigações.
- As obras científicas foram realizadas também com a ajuda de humanistas e de sábios, usando textos traduzidos ou construindo aparatos astronômicos. São alguns desses textos: *Libros del saber de Astronomía*, *El libro de las cruces*, *Lapidario*, *Setenario*.
- O *Libro del açedrex, dados e tablas* trata do lúdico como descanso do trabalho; é um valioso tratado sobre o tema nessa época.
- Afonso X nos lega também uma copiosa obra lírica galego-portuguesa que abarca todos os gêneros, com 44 cantigas profanas e 420 cantigas religiosas, mais um fragmento incluindo as de amor.

1.3 AS CANTIGAS DE SANTA MARIA

O *corpus* para a realização desta tese é constituído pelas *Cantigas de Santa Maria* (CSM). De acordo com Ferreira (1994, p.58), as CSM são uma "[…] *collection of more than four hundred songs dedicated to the Virgin Mary by Alfonso X, the King of Castile and Léon, survives in four medieval manuscripts*". [14]

Segundo Parkinson (1998, p.179), as CSM constituem um monumento literário, musical e artístico da mais elevada importância e sua escolha como objeto de estudo se dá devido à grande riqueza lexical que apresentam. De acordo com Lapa (1970, p.3), a coleção mariana representa um dos mais primorosos monumentos da língua e literatura galego-portuguesa. O'Callaghan (1998, p.2) também ressalta a importância das CSM, ao afirmar que

[14] "[…] coleção com mais de quatrocentas cantigas dedicadas à Virgem Maria, elaboradas por Afonso X, o rei de Castela e Leão, que sobrevivem em quatro manuscritos medievais".

"[...] *the poems were written in the language of medieval Galicia and Portugal, the medium of expression preferred by the lyric poets of that day*". [15]

Ainda sobre a relevância das CSM, Pena (1992, p.49) afirma que "as cantigas, acompanhadas das correspondentes notacións musicais e tamén, nalgún dos códices dun amplo número de miniaturas, representan un legado dunha importância extraoedinaria desde os apartados literatio, pictorio e musical".

Mettmann (1986, p.8) também ressalta a relevância desse *corpus* para o estudo do período medieval:

> *Por haberse logrado en ellas un perfecto equilibrio entre texto, melodias y pintura ocupan las Cantigas de Santa Maria un lugar privilegiado en la literatura medieval, y no cabe duda de que para su régio 'autor', el "fazer sões" y el "*pintar*" no eran de menor importancia que el "*contar*", "*trobar*" y "*rimar*". Huelga subtrayar el rango que en la historia de la espiritualidad les corresponde a las Cantigas como al monumento literario más destacado del culto mariano en la Península Ibérica, su interés para la historia de la métrica y, finalmente, su importancia como una de las fuentes más ricas del galaico-portugués antiguo.* [16]

De acordo com Parkinson (1998, p.179), a intenção dessa coletânea sempre foi a de louvar a Virgem e aumentar a devoção a ela. Por este motivo, todas as cantigas são na verdade de louvor e exaltam a Mãe de Deus.

Filgueira Valverde (1985, p.49) ressalta que diversos milagres marianos foram recolhidos de igrejas e santuários europeus, sobretudo franceses e ibéricos, e são de fonte confirmada e bem conhecida, mas muitos relatos ainda hoje são desconhecidos e provavelmente apenas orais.

Ainda em relação ao local onde ocorriam as manifestações artísticas e culturais, Pena (1992, p.23) ressalta que a poesia, estritamente unida à música, era no período da Idade Média um divertimento. O autor também declara que estamos diante de uma literatura oral que "atopa o seu obradorio, a súa <<fábrica>> nos pazos reais" (PENA, 1992, p.24). [17]

---

[15] "[…] os poemas foram escritos na linguagem medieval da Galiza e de Portugal, o meio de expressão preferido pelos poetas líricos daqueles tempos".

[16] "Por ter atingido um equilíbrio perfeito entre texto, melodias e pintura, as Cantigas de Santa Maria ocupam um lugar privilegiado na literatura medieval e, sem dúvida, para seu régio 'autor', "compor músicas" e "*pintar*", não eram menos importante do que o "*contar*", "*trovar*" e "*rimar*". Além disso, é necessário enfatizar que em termos de espiritualidade, as Cantigas correspondem ao monumento literário mais destacado do culto mariano em toda a Península Ibérica, de interesse para a história da métrica e, finalmente, destaca-se sua importância como uma das fontes mais ricas do galego-português antigo".

[17] "encontra seu obradouro, sua 'fábrica' nos palácios reais".

Segundo Mettmann (1986, p.12), as cantigas de milagres podem ser divididas em três grupos, como ilustra a tabela 1, elaborada pelo próprio autor:[18]

Tabela 1. Distribuição das cantigas de acordo com sua origem.

Cantigas	Milagres	Internacionais	Nacionais	Pessoais
1-100	89	75	14	1
101-200	90	46	44	3
201-300	90	36	54	8
301-427	87	19	68	13

Fonte: Mettmann (1986, p.12).

As divisões das CSM de milagre foram realizadas de acordo com a procedência e o cenário das histórias narradas. No primeiro grupo encontramos os milagres da Virgem, divulgados pelo ocidente cristão; alguns reúnem milagres localizados em determinados santuários, sobretudo franceses. No segundo grupo estão as cantigas que tratam dos santuários da própria península. E, por fim, no terceiro grupo, as cantigas que relatam acontecimentos milagrosos sucedidos ao próprio Rei, a membros de sua família ou às pessoas próximas a ele; há ainda algumas cantigas que são de caráter biográfico.

Em observações realizadas em trabalho anterior[19], retomando Mettmann (1986), percebemos que os milagres de tradição europeia predominam nas cem primeiras cantigas. Porém, essa proporção vai diminuindo conforme o avanço a cada grupo de cem e as produções de narrativas localizadas na Península Ibérica aumentam. No final, há um aumento de acontecimentos associados ao Rei Afonso X, ou a membros de sua família e de sua corte. As cantigas de milagres aparecem em uma proporção de nove por um, ou seja, para cada grupo de nove cantigas de milagre tem-se uma cantiga de louvor, numerada com dezena inteira.

Sobre a organização estrutural dos poemas, Mettmann (1986, p.13) afirma ser invariável. Há um estribilho inicial, que se repete depois de cada estrofe, apresentando o tema. Nas primeiras estrofes ocorrem normalmente indicações relativas ao espaço, à época e

[18] Mettmann (1986) separa as 420 cantigas por categoria. Assim, fazendo uma leitura da tabela temos: dentre o bloco de cantigas de 1-100, 89 relatam milagres cometidos pela virgem, 75 retratam episódios internacionais, etc. Vale ressaltar que uma mesma cantiga se enquadra em mais de um tipo de classificação, e o autor não leva em consideração para a quantificação as cantigas de louvor. É por este motivo que as linhas da tabela não totalizam 100 cantigas.

[19] Favaro (2012, p.29-30).

nomeiam-se as personagens envolvidas na história a ser contada, como pode ser observado na CSM 22, versos de 1 a 14, apresentada na edição de Mettman (1986, p.57):[20]

(1) Cantiga 22: Esta é como Santa Maria guardou a un lavrador que non morresse das feridas que lle dava un cavaleiro e seus omees.

Mui gran poder à a Madre de Deus,
de deffender e ampara-los seus.

Refrão (Estribilho)

Gran poder à, ca sseu Fillo llo deu,
en deffender quen se chamar por seu;
e dest' un miragre vos direi eu
que ela fez grande nos dias meus.
Mui gran poder à a Madre de Deus...

En Armenteira foi un lavrador
que un cavaleiro, por desamor
mui grande que avi' a seu sennor,
foi polo matar, per nome Mateus

Apresentação do local e dos personagens

É possível observar na cantiga acima que o refrão é repetido ao final de cada estrofe e que as duas primeiras nos contam sobre o personagem envolvido no milagre, no caso um lavrador. Verificam-se ainda indicações sobre o espaço - no caso a cidade ou aldeia de Armenteira.[21]

Ainda sobre a configuração estrutural das *CSM*, Parkinson (2000, p.243) mostra que cada uma das cantigas apresenta um *layout*, que é definido pelo autor como uma "[…] *complex sequence of operations and calculations by which the different components of each song were placed on the manuscript pages"*.[22]

[20] Todos os exemplos retirados das CSM são apresentados na edição de Mettman (1986, 1988, 1989).
[21] Segundo o site *www.spain.info*, o mosteiro pertencente à ordem de Cister foi fundado em 1168. Ele tem um claustro quadrado, uma cozinha e uma torre, que são barroco do século XVIII. O mosteiro foi abandonado em 1835 por motivos políticos. Atualmente, todo o conjunto foi reconstruído graças aos "Amigos do Mosteiro de Armenteira". (Acesso em 25/09/02012).
[22] "[…] complexa sequência de operações e cálculos, pelos quais os diferentes componentes de cada cantiga foram colocados nas páginas do manuscrito".

Os componentes citados acima pelo autor são os seguintes: a) *rubrica* - título ou epígrafe: a rubrica frequentemente ocupa quatro linhas acima do primeiro *stave*; b) staves - pautas musicais: parte que se refere à música juntamente com o texto sobreposto; c) *running text* - texto corrido**:** é o restante do texto, extraindo-se a rubrica e os *staves*.

Filgueira Valverde (1985, p.45-46) afirma que os refrões apresentam uma ideia de exemplo, assim como outras partes das cantigas:

> Las Cantigas están escritas, como aquellas otras obras afonsíes, con una Idea de ejemplaridad; los refranes condensan, a modo de <moraleja>, el deber del hombre que se desprende del relato; es frecuente la iniciación de la primeira estrofa sentando una tesis [...] y, en ciertas ocasiones, declarando, de manera muy explícita, cuál es la finalidad puramente didáctica, ejemplar.

Pena (1992, p.51), assim como os demais autores citados, realiza uma classificação para as CSM. O autor divide as cantigas em dois grandes grupos: a) Cantigas Narrativas e b) Cantigas Líricas. Cada grupo apresenta características específicas.

As Cantigas Narrativas são estruturadas pelo autor da seguinte forma: a) breve introdução que indica ao leitor qual milagre será tratado na cantiga; b) refrão que se repete ao final de cada estrofe; c) apresentação do protagonista; d) intervenção da Virgem e e) finalização da cantiga com louvores e admiração à figura da Virgem. Veja-se o exemplo abaixo, apresentado na edição de Mettmann (1986, p.63):

(2) CSM 4: ESTA É COMO SANTA MARIA GUARDOU AO FILLO DO JUDEU QUE NON ARDESSE, QUE SEU PADRE DEITARA NO FORNO. (**Breve introdução**)

A Madre do que livrou
dos leões Daniel,
essa do fogo guardou
un menỹo d'Irrael. } **Refrão**

En Beorges un judeu
ouve que fazer sabia
vidro, e un fillo seu
-ca el en mais non avia,
per quant' end' aprendi eu-
ontr' os crischãos liya
na escol'; e era greu
a seu padre Samuel.
A Madre do que livrou } **Apresentação do Protagonista**

O judeucȳo prazer
ouve, ca lle parecia
que ostias a comer
lles dava Santa Maria,
que viia resprandecer
eno altar u siia
e enos braços tẽer
seu Fillo Hemanuel.
A Madre do que livrou

Intervenção da Virgem

Quand' o moç' esta vison
vyu, tan muito lle prazia,
que por fillar seu quinnon
ant' os outros se metia.
Santa Maria enton
a mão lle porregia,
e deu-lle tal comuyon
que foi mais doce ca mel.
A Madre do que livrou

O moço logo dali
sacaron con alegria
e preguntaron-ll' assi
se sse d'algun mal sentia.
Diss' el: "Non, ca eu cobri
o que a dona cobria
que sobelo altar vi
con seu Fillo, bon donzel".
A Madre do que livrou

Por este miragr' atal
log' a judea criya,
e o menȳo sen al
o batismo recebia;
e o padre, que o mal
fezera per sa folia,
deron-ll' enton morte qual
quis dar a seu fill' Abel.
A Madre do que livrou

Louvores e admiração à figura da Virgem

Já as cantigas líricas são textos compostos em forma de oração, louvor e cantos em honra da Virgem Maria. Pena (1992, p.51) ressalta que as cantigas de louvor se intercalam entre os milagres narrados a cada nove composições, ocupando os números 10, 20, etc.

Ainda sobre as cantigas líricas ou de *loores* (louvores), Leão (2007) declara que os trovadores não seguiam um determinado molde para suas composições. Neste sentido, é

comum uma diversificação na métrica. Já em relação às CSM que narram os *miragres* (milagres) realizados pela Virgem, Costa (2010, p.46) afirma que é possível notar a predominância da forma *virelai*, que

> é constituída de um refrão que precede a estrofe inicial e contém a lição que deve ser aprendida com o relato daquela cantiga, isto é, contém a ideia principal, a qual nos é colocada inicialmente na forma de um provérbio ou uma sentença, que será glosada na primeira estrofe e, ao final de cada estrofe, o refrão é repetido.

Em relação ao modelo versificatório, Leão (2007, p.136) propõe que o estilo utilizado na maioria das cantigas é o *zéjel*. Sua estrutura é bem simples, segundo a autora. É constituída de "um refrão com dois versos rimados, seguido de estrofes de quatro versos, compostas cada uma de um trístico monorrimo com rimas diferentes de estrofe para estrofe (a "mudança"), mais um quarto verso que rima com o refrão (a "volta") (LEÃO, 2007, p. 138-139). No exemplo abaixo, retirado de Costa (2010, p.47), temos uma representação da estrutura do *zéjel*:

(3)

REFRÃO
O que a Santa Maria mais despraz,
é de quen ao seu Fillo pesar faz.

TRÍSTICO MONORRIMO
E daquest' un gran miragre | vos quer' eu ora con**tar**,
que a Reinna do Ceo | quis en Toledo mos**trar**
eno dia que a Deus foi corõ**ar**,
na sa festa que no mes d'Agosto jaz. ----→ VOLTA
O que a Santa Maria mais despraz... MUDANÇA

TRÍSTICO MONORRIMO
O Arcebispo aquel dia | a gran missa ben can**tou**;
e quand' entrou na segreda | e a gente se ca**lou**,
oyron voz de dona, que lles fa**lou**
piadosa e doorida assaz. ----------→ VOLTA
O que a Santa Maria mais despraz...

(1ª e 2ª estrofe da CSM nº 12, Mettmann, 1986, p. 89)

Sobre a temática abordada nas CSM, Pena (1992, p.52) estabelece uma classificação. De acordo com o autor, encontramos as seguintes situações representadas nas cantigas: a) tradicionais: relatam um milagre muito popular e de ampla cronologia; b) históricas: referem-se a situações e acontecimentos sociopolíticos mais precisos; c) fantásticas: fazem referências a situações imaginativas; d) íntimas: Estabelecem uma relação muito pessoal entre o

protagonista e a Virgem; e) familiares: Relata um milagre uma situação especial que ocorre em um círculo próximo ao rei ao à sua família e amigos.

Para Pena (1992, p.52), há uma variedade de temas e situações. Segundo o autor, "sentimentos complexos, escenas chocantes para a nossa mentalidade, milagres discutíbeis pola súa propia textura […] todo en favor dunha concepción mariana na que a Virxe aparece formando parte da nosa cotidianeidade".

De acordo com Leão (2007, p.101), as CSM são verdadeiros testemunhos da vida cotidiana na Península Ibérica durante a Idade Média. Esse fato tem sido reconhecido por inúmeros pesquisadores em diversos países da Europa e América. Como exemplo, podemos mencionar os episódios que narram o sofrimento dos personagens que agonizam de uma doença popularmente conhecida como fogo selvagem, o *pemphigus foliaceus*. No período medieval é possível notificar a presença de uma dermatose conhecida como fogo selvagem ou fogo de São Marçal. Segundo a autora, esse mal desperta a compaixão da Virgem Maria para com os que dele sofrem e aparece no mínimo em oito cantigas (CSM 19, 37, 53, 81, 91, 105, 134, 289).

Sobre a extensão das curas e dos milagres, há alguns que são individuais e outros coletivos, que nos revelam casos de endemia (CSM 105 e 134). Leão (2007, p.106) afirma que

> Também o instrumento utilizado pela Virgem para curar sofre variação: ou é a simples presença de Maria ou a sua palavra (o mais frequente), ou são suas mãos (cantigas 37). Em mais de uma cantiga, encontra-se o testemunho da oposição existente entre classes sociais, sendo a mais flagrante aquela que opõe um bispo aos jograis (cantigas 259), ou seja, a Igreja ao Povo.

Ainda sobre a temática das CSM, nas cantigas de louvor, os temas possuem antecedentes na liturgia mariana anterior ou contemporânea, nas quais o Rei e seus colaboradores se inspiravam, mas sem seguir modelos determinados. Para Mettmann (1986, p.14), existiam clérigos entre os autores, em função da grande familiaridade com os textos litúrgicos. Segundo Leão (2007, p.8), nas cantigas de louvor, Afonso X é retratado com uma postura humilde muito frequente:

> Diferentes no propósito e no valor documental são as cantigas de loor, que constituem a parte essencialmente lírica da coletânea. Algumas vezes em discurso direto, mostram sempre o Rei-trovador diante da Virgem Maria, exaltando-lhe as qualidades ou oferecendo-lhe sua devoção, da mesma forma que, nas iluminuras respectivas, a figura do Monarca é presença constante, na mesma postura humilde.

A autora ainda declara que nas cantigas de *loor* há uma mescla de ideais do amor cortês com os do Cristianismo. Segundo Leão (2007, p.23), a mulher amada se sublima em Virgem Maria, fazendo-se com que o Rei Trovador se entregue de tal forma ao sentimento amoroso "que se declara entendedor da Virgem, isto é, seu namorado […]". Para Leão (2007), Afonso X foi um "trovador" apaixonado pela Virgem.

Em relação aos aspectos linguísticos, Leão (2007, p.152-153) ressalta a riqueza lexical das CSM e afirma que:

> Do ponto de vista do léxico, as *Cantigas* apresentam uma riqueza imensa (como também, embora em menor grau, as cantigas de escárnio), pois não se limitam à tópica amorosa como as cantigas de amigo e de amor. Ao contrário, elas nos falam não só da vida religiosa, mas da vida em toda a sua complexidade, constituindo talvez o mais rico documento para o conhecimento da mentalidade, dos costumes, das doenças, das profissões, da prostituição, do jogo, dos hábitos monásticos, de todos os aspectos enfim do quotidiano medieval na Ibéria.

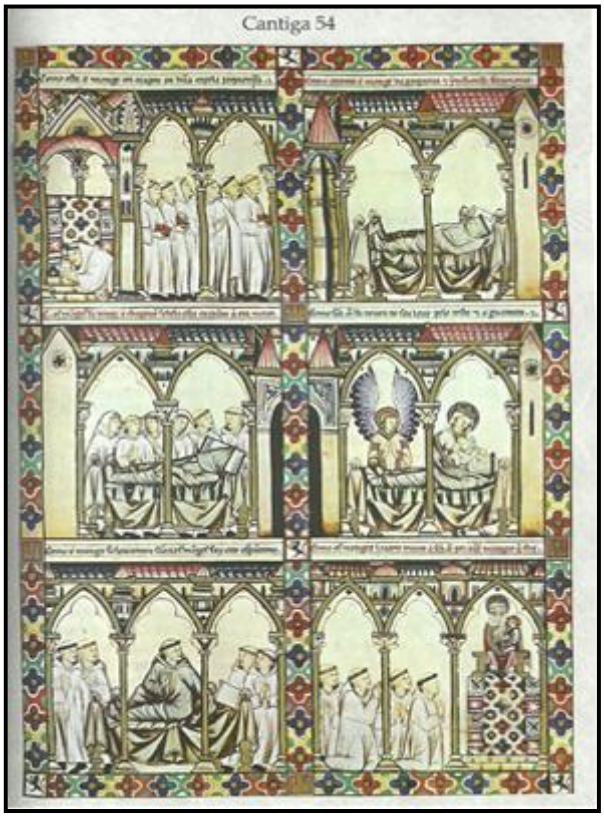
Além desses fatores apontados por Leão (2007), outra característica das cantigas é que elas são acompanhadas por *iluminuras* (desenhos em forma de miniatura que representam em geral o conteúdo narrado na cantiga). De acordo com a autora, as iluminuras fazem parte da narrativa visual:

> Enquanto a narrativa verbal se expressa em sintético poema cheio de subentendidos, a narrativa visual a acompanha através da seqüência das iluminuras, podendo às vezes extrapolá-la para preencher eventuais lacunas da narrativa poética. (LEÃO, 2007, p.27)

Castro (2006, p.44) também traz obsersavações sobre as iluminuras e as compara com vitrais, afirmando que "podemos até pensar que as riquíssimas iluminuras que acompanham originalmente os textos e as notações musicais servem-lhe como vitrais, que trazem um encanto inigualável às construções religiosas".

Corti (1999) ressalta que a presença de ilustrações era muito comum nos livros medievais e tinha a função de retratar o conteúdo dos livros sacros aos iletrados, evocando episódios da História Sagrada.

Figura 4. Iluminura que acompanha a Cantiga 54.



Fonte: LEÃO (2007, p.133).

Costa (2006, p.23) afirma que é a partir dessas características (a poesia, a música e a gravura) que podemos afirmar, com toda a certeza, que as cantigas religiosas constituem uma das fontes mais ricas de informação a respeito da cultura geral do período medieval.

Sobre a relevância de se estudar poesia em uma análise linguística de línguas antigas, Massini-Cagliari e Cagliari (1998, p.83) afirmam que

> A tradição da análise poética tem mostrado que a poesia pode revelar a duração das sílabas, a localização do acento e pausas (cesuras) e um valor melódico/rítmico de natureza acústica. Com base na observação desses fatos, desenvolveram-se, dentro dessa tradição de análise poética, vários métodos de descrição.

Para Mattos e Silva (2001, p.32), os documentos linguísticos fornecidos pelas líricas medievais galego-portuguesas são muito ricos, pois, através das informações obtidas e a partir das considerações desses textos, encontramos pontos essenciais para o conhecimento do léxico e de outros aspectos da língua:

> O fato de serem poemas de estrutura formal em versos rimados os torna fundamentais, no que concerne a estudos de história da língua, para o conhecimento de fatos fonéticos desse período, como sejam, por exemplo, questões referentes aos encontros entre vogais (hiatos/ditongos), ao timbre vocálico (abertura e fechamento), vogais e ditongos (nasais/orais). A morfologia tanto a nominal como a verbal também tem nessa documentação uma fonte fundamental. A questão da sintaxe aí representada deve ser considerada, tendo sempre presente que o caráter excepcional e variável é essencial na construção poética.

Portanto, de acordo com vários estudos e discussões acerca da relação entre os dados contidos nos documentos e a língua indiretamente representada pela língua escrita, é possível chegar ao português falado da época. Mattos e Silva (2001, p.39) nos aponta esta possibilidade, pois não havia um controle gramatical normativo naquele período, o que faz com que os textos daquela época apresentem variações constantes, fato que é indicador de usos da fala:

> sendo a documentação escrita que permanece, e sendo essa uma representação convencional da fala, desta teremos nos documentos um reflexo que permite tirar conclusões até certo ponto seguras, no nível fônico-mórfico, já que, não havendo então uma normatização ortográfica, a análise da variação da escrita oferece indícios para alguma percepção da voz. Do mesmo modo, se o que está escrito procura espelhar a voz e esta nos falta, pelo escrito se pode depreender, embora não integralmente, a língua no seu uso primeiro, em qualquer dos níveis em que se pode estruturá-la: fônico, mórfico, sintático, discursivo.

Leão (2007, p.173) afirma que, em relação à linguística e à filologia, os textos das CSM nos permitem conhecer a língua portuguesa no seu nascedouro, "[...], ou melhor, ainda, antes do parto gemelar que revelaria essa entidade híbrida – o galego-português- entidade que se foi separando pouco a pouco [...]" (LEÃO, 2007, p.173).

1.3.1 Os códices

As *Cantigas de Santa Maria* chegaram até nós por meio de quatro manuscritos remanescentes: o Códice de Toledo (To); o Códice Rico de El Escorial (T); o Códice de Florença (F) e o Códice dos músicos de El Escorial (E).

Todos esses códices são do final do século XIII e em sua maioria contêm notações musicais e iluminuras (desenhos em forma de miniatura que representam o conteúdo que está

sendo narrado). Costumam ser referidos pelas siglas To, E, T e F, e suas cotas para referências são as seguintes (PARKINSON, 1998, p.180):

> **E**: El Escorial, Real Monasterio de san Lorenzo, MS B.I.2 (conhecido como Escorial ou códice dos músicos) – o mais completo de todos;
> **T**: El Escorial, Real Monasterio de san Lorenzo, MS T.I.1 (códice rico ou códice das histórias) – considerado o mais rico em conteúdo artístico (sobretudo iconográfico);
> **F**: Firenze, Biblioteca Nazionale Centrale, Banco Rari, 20 (códice de Florença) – que forma um conjunto com o códice Escorial rico, uma vez que as cantigas que contém completam o códice T;
> **To**: Toledo, Madrid, Biblioteca Nacional, MS 10.069 – o menor e mais antigo de todos, que contém também um índice de cem cantigas.

Massini-Cagliari (2005, p.63) afirma que, embora todos os manuscritos sejam do final do século XIII, a época de confecção de cada um não coincide de modo exato. Segundo a autora:

> To é considerado um pouco anterior aos demais, enquanto F é por alguns considerado um pouco posterior. De qualquer forma, To é o único manuscrito que chegou até nós completo; T, F e E nunca chegaram a ser terminados (embora sua confecção tenha parado em momentos muito diferentes: em E falta apenas a notação musical de algumas cantigas finais, enquanto que a confecção de F foi paralisada em um momento muito anterior). (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p.64)

A autora ainda continua e diz que "a diferança na datação dos quatro manuscritos remanescentes não deve ser considerada acidental: ela revela um processo de ampliação e evolução continua da coleção" (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p.64).

A respeito da evolução contínua das CSM, Parkinson (2000, p.148) afirma que não é apenas numérica, mas também de qualidade artística. Para o autor ,"*the value of the initial collection led Alfonso to expand the initial collection into something more adventurous, in two separate ways – on the one hand by expanding the number of cantigas* […] *and on the other by enriching the poetic* […] *with an artistic setting* […]".[23]

[23]"O valor da coleção inicial levou Alfonso a expandi-la para algo mais ousado, de duas maneiras distintas - por um lado, expandindo o número de cantigas e, por outro, enriquecendo o conteúdo poético, com uma configuração artística."

Sobre as etapas de elaboração de cada CSM[24], Mettmann (1986, p.21-22), supõe que

1. Entre os anos de 1270 a 1274 foram elaboradas as cem primeiras cantigas que compõem o códice de Toledo (To). Além das 100 cantigas, há uma Introdução (A), falando do objetivo do monarca em homenagear a Virgem; um prólogo (B) e a Petição, que conclui a obra. Essa coleção contém grupos de 10 cantigas, sendo nove de milagres e a décima sempre uma cantiga de louvor, compondo assim a estrutura do rosário.[25] To também contém a cantiga 1 que canta os sete gozos de Santa Maria; a cantiga 50 com a temática das sete dores da Virgem e a cantiga 100 com a narração da interseção de Maria no dia do juízo final. Mettmann (1986, p.22) ainda propõe que essa primeira coleção teria sido escrita em folhas soltas ou rótulos [r^1], que posteriormente foram corrigidos, ordenados e copiados, dando origem ao To.

2. Terminada a primeira coleção, decidiu-se duplicar o número de cantigas e confeccionar um códice ilustrado (T), chamado de *códice rico*, que possui iluminuras que fazem referência ao conteúdo de sua respectiva cantiga com a notação musical. Segundo Mettmann (1986, p.22), com a duplicação, houve uma mudança na organização das cantigas, de modo que, por exemplo, a cantiga 50 foi substituída por outra, uma vez que não tinha sentido para a nova coleção de 200.

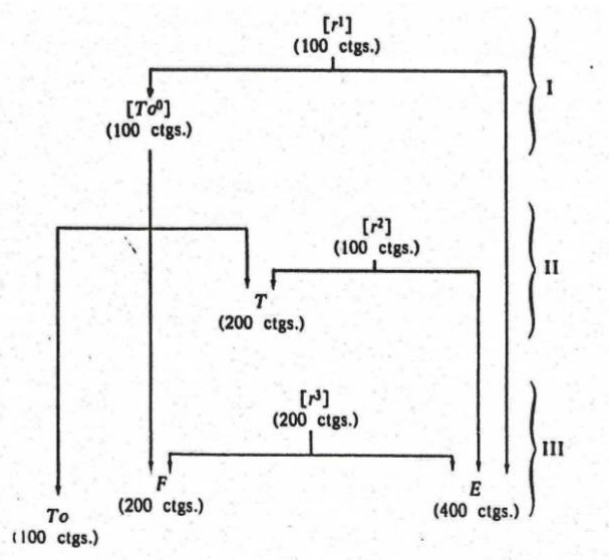
3. Novamente se quis dobrar o número para chegar a 400 cantigas: o complemento F do códice T, que ficou incompleto. Ao lado destes dois preciosos manuscritos, confeccionava-se o códice E, de apresentação muito mais modesta. Para realizar o projeto eram necessárias 359 cantigas de milagre, mas faltaram algumas cantigas. O problema foi solucionado com a repetição de algumas cantigas.

[24] Além de Mettmann (1986), outros estudiosos propuseram *stemmas* para CSM, pois a questão da relação entre os manuscritos e suas fontes é um tema muito polêmico. Massini-Caglirari (2005) realizou uma comparação entre os *stemmas* propostos por Mettmann (1986), Ferreira (1994) e Wulstan (2000). Segundo a autora, os três autores levam em consideração a ampliação de 100 para 200, e depois para 400 cantigas. A diferença entre os *stemmas* consiste, principalmente, em considerar To a cópia original das CSM ou cópia desta. Massini-Cagliari (2005, p.82), Mettmann (1986) e Ferreira (1994) consideram To uma cópia da compilação original, porém Wulstan (2000) atesta que a compilação original se restringia a 50 cantigas – não correspondendo a To, portanto.

[25] Mettmann (1986, p.24) afirma que a estrutura decimal tem como fonte de inspiração o rosário. Parkinson (1998, p.187) ressalta que esta estrutura se repete ao longo de todos os manuscritos.

De acordo com o autor, a relação entre os manuscritos e as três etapas de elaboração do cancioneiro pode ser esquematizada da seguinte maneira:

Figura 5. Stemma de Mettmann.



Fonte: Mettmann (1986, p. 23).

Ainda sobre a confecção e ampliação do projeto inicial da CSM, Mettmann (1986) e Parkinson (1988) propõem que T, possivelmente, teve início como uma coleção fechada de duzentas cantigas (o que representa o dobro de To). Posteriormente, foi tomada a decisão de se expandir a coleção de T e um segundo volume, F, foi preparado para conter mais 200 cantigas, o que dá o dobro do volume inicial de T. Porém, apesar de F ser uma continuação de T, é possível observar uma diferença no proceso de compilação das CSM e de acordo com Parkinson (1998), há uma menor consistência no nível literário, além de ocorrer uma menor variedade métrica da última centena de textos da coleção.

Montoya Martinez (1987, p.377), por sua vez, busca evidências no conteúdo das cantigas para propor o desenvolvimento dos manuscritos que compõe cada códice:

- Afonso X decidira compilar 100 cantigas depois de reconquistar Jerez, no ano de 1264, o que nos leva a crer que já estivesse trabalhando nelas anteriormente a essa data.
- Durante suas viagens por Castela, Murcia e Leão, inicia o segundo centenário, como se percebe pela geografia dos milagres recolhidos.

- O terceiro e quarto centenário se compõem de milagres recolhidos no norte da Espanha, em Portugal e na França, de milagres sucedidos à sua família e, por fim, cantigas que expressam a devoção de Afonso X por Santa Maria.

Abordaremos na sequência cada um dos códices separadamente.

1.3.1.1 O Códice de Toledo (To)

O códice de To (coletânea mais antiga) é o único manuscrito completo das CSM que chegou até nós. Localizado na Biblioteca Nacional de Madrid, contém 100 cantigas, as quais narram milagres e louvores marianos, um prólogo inicial (que indica as intenções e as finalidades do livro) e uma *petiçon* (que encerra com uma súplica de Afonso X).

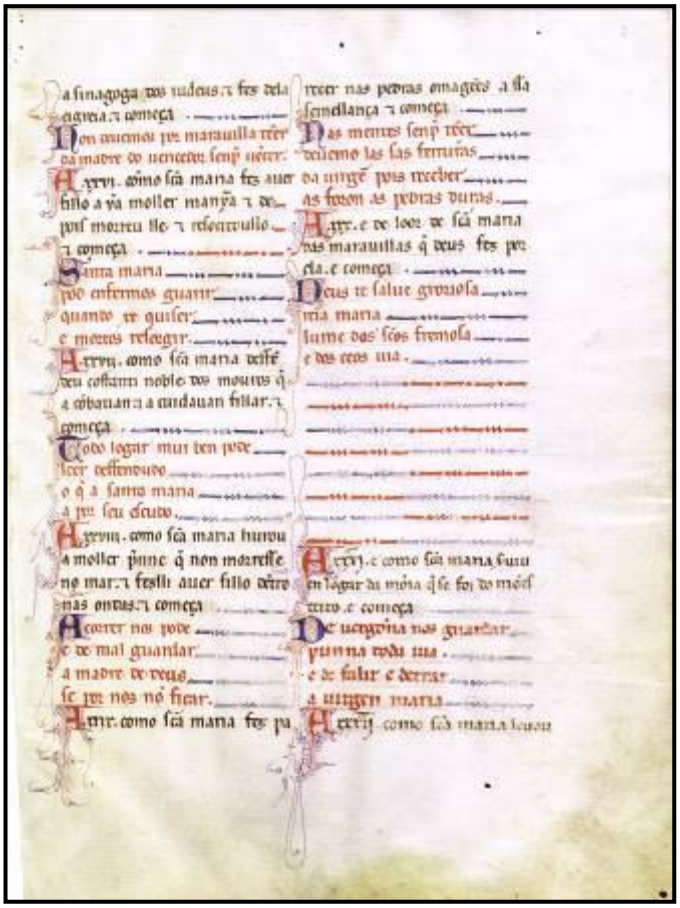
Posteriormente foi adicionado um apêndice constituído por cinco cantigas das Festas Marianas, cinco cantigas das Festas de Jesus e mais dezesseis cantigas adicionais com apêndice, contemplando um total de 128 cantigas.

To foi provavelmente concluído em 1275. Os demais, T, F e E, nunca chegaram a ser terminados, estando incompletos; acredita-se que os trabalhos foram paralisados devido à morte de Afonso X, entre 1280-84 (METTMANN, 1987, p.355).

To possui 160 folhas de pergaminho, medindo 315 de altura por 217 de largura e espaço de texto 225 mm x 151 mm, além das folhas de guarda; a letra é francesa, típica de códices do século XII. As letras iniciais são decoradas, mas não iluminadas, a alternância de tinta preta e vermelha também parece ser de caráter decorativo (METTMANN, 1986, p.25; retomado por MASSINI-CAGLIARI, 2005, p.68).

Em relação à sua estrutura física, Mettmann (1986, p.25) ressalta que a escrita das colunas se alterna entre tinta vermelha e preta a cada quatro versos. As letras iniciais de cada verso são vermelhas, para versos de tinta preta, e azuis, para versos de tinta vermelha. Já a primeira letra da cantiga é colorida de vermelho e azul.

Figura 6. To (CSM 3).



Fonte: AFONSO X O SÁBIO, *Cantigas de Santa María*. *Edición facsímile do Códice de Toledo (To)*. *Biblioteca Nacional de Madrid (Ms.10.069)*. Vigo: Consello da Cultura Galega, Galáxia, 2003. fólio 1.

Schaffer (2000) ressalta que To é muito relevante no que diz respeito aos prólogos das cantigas de festas. Eles sugerem a cronologia de um projeto. De acordo com Massini-Cagliari (2005, p.69), To é o mais explícito dos quatro manuscritos no que concerne à caracterização do papel de Afonso X e da história externa das compilações das CSM.

1.3.1.2 O Códice Escorial (E)

Segundo Mettmann (1986, 1988, 1989), o códice E é o mais vasto, pois contém título, prólogo e 400 cantigas de milagre e louvor. A essas 400 cantigas foram acrescentadas mais doze composições, entre elas se encontram as cinco Festas de Santa Maria presente também em To e outros textos marianos diversos (METTMANN, 1987, p.355).

Ferreira (1994, p.62) afirma que:

> *The fourth manuscript, E is the most complete source: it contains 413 poetic texts with music for almost of them. Like T, it was transferred in the late sixteenth century from Seville to the Royal Library of El Escorial, where it has since been. Every tenth cantiga in this manuscript is preceded by an illumination representing one or two musicians.* [26]

Tem seis folhas de papel de guarda, 361 de pergaminho avitelado e restos de outras três, provavelmente em branco, que foram cortadas do manuscrito. A altura de cada folha é de 402 mm e a largura é de 274 mm. O texto, escrito em duas colunas de 40 linhas cada uma, em letra francesa de códices do século XIII, mede 303 por 303 mm ou 309 por 198 mm (METTMANN, 1986, p.27).

Massini-Cagliari (2005, p.80) também afirma que, logo após o primeiro fólio, há uma epígrafe de letras góticas maiúsculas, alternadamente azuis e vermelhas, que traz a inscrição: *Prólogo das cantigas das cinco festas de Santa Maria Primeyra*. Abaixo da epígrafe, inicia-se a transcrição das cantigas de festas, antes do índice que se inicia no fólio 13, e que vai até o fólio 26. Os fólios 26b e 27 estão em branco.

De acordo com Parkinson (2000), foram acrescentadas também, a cada dez cantigas, ilustrações de músicos tocando violas de arco, tuba, tímpanos, etc.; em termos de iluminuras, esse projeto é mais modesto que os demais. Esse manuscrito está quase completo, mas incorpora sete cantigas duplicadas e duas sem notação musical.

[26] "O quarto manuscrito, E, é a fonte mais completa: ele contém 413 textos poéticos com música para quase todos eles. Como T, foi transferido no final do século XVI, de Sevilha para a Biblioteca Real de El Escorial, onde permanece desde então. Toda décima antiga neste manuscrito é precedida por uma iluminura que representa um ou dois músicos."

Figura 7. Ilustração: Códice dos músicos (E 400).

Fonte: http:// pt.wikipedia.org/wiki/Cantigas_de_Santa_Maria (acesso em 29/10/2012)

Figura 8. Ilustração: Códice dos músicos (E 180).

Fonte: http://www.3to4.com/Cantigas/image/180L.gif (acesso em 22/10/2012).

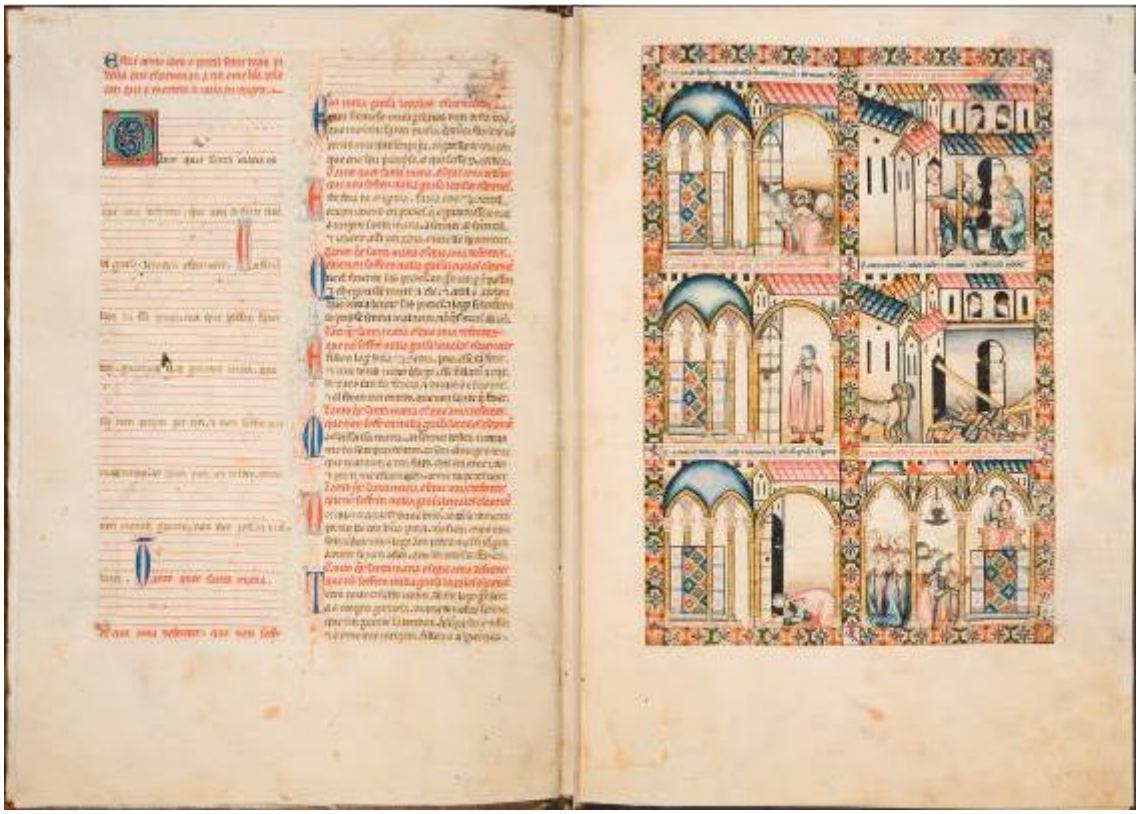
1.3.1.3 Os Códices Ricos (T/F)

Nos códices T e F está conservada uma versão mais luxuosa, embora incompleta das CSM. Uma das possíveis causas para a interrupção dos trabalhos no códice F e a precipitada conclusão de E podem ser explicadas pela morte do rei em 1284.

O códice T é conhecido como “códice rico”, devido ao material utilizado para sua elaboração, às letras e à beleza das suas miniaturas. É constituído de um total de 200 cantigas, a maioria com música, e cada uma ilustrada com seis ou doze miniaturas.

De acordo Mettmann (1987, p.355), faltam oito cantigas, por perda de fólios, e foram trocados os números 5 e 15, levando alguns estudiosos a pensarem que esse manuscrito foi danificado e não inacabado.

Figura 9. Firenze (CSM 286).



Fonte: *Cantigas de Santa María*. *Edición facsímile do Códice de Firenze*. Microfilme disponibilizado pela Biblioteca Nazionale Centrale, fólios 004r e 0005v.

Para Ferreira (1994, p.71-72), o manuscrito T pode ter sido compilado por volta de 1271, já que a cantiga 169 faz referência à viagem de Afonso X a Murcia; F, por sua vez, provavelmente foi copiado depois de 1279, devido às cantigas 257 e 292 implicarem uma data anterior a 1280.

A maioria das cantigas encontradas em To foram retomadas em T, porém sua ordem foi drasticamente alterada, para se realizar um novo princípio de organização: cada quinta cantiga dentro de um grupo de dez tinha que ser longa o bastante para ocupar duas páginas e

ter material narrativo para doze ilustrações miniaturizadas em duas páginas adicionais, ao invés de seis ilustrações, como era de costume (FERREIRA, 1994, p.60).

T possui 256 folhas de pergaminho avitelado de 485 mm de altura por 326 mm de largura; há duas colunas de 44 linhas cada uma (METTMANN, 1986, p.29). Porém, F não apresenta as mesmas dimensões de T. Compõe-se de 131 folhas de pergaminho que medem 456 mm por 320 mm, mas que deveriam medir mais antes da atual encardenação, pois se percebe claramente que foram cortadas, especialmente na parte inferior, onde falta o número em algarismos romanos, de uma antiga paginação que se observa ainda no verso de muitas folhas (METTMANN, 1986, p.32).

Massini-Cagliari (2005, p.71) também nos mostra as diferenças mais relevantes entre T/F e E/To:

> A diferença de T/F com relação a E/To, está [...] na adoção de um *layout* muito mais complicado, que vislumbra a presença de miniaturas como parte integrante de cada cantiga - o que não acontecia em E/To, em que os textos/músicas das cantigas se seguem uns aos outros, sem troca de página nem espaços demarcatórios intermediários.

Segundo Mettmann (1987, p.356), esses dois manuscritos teriam sido corrigidos posteriormente. Isso pode ser percebido por raspaduras e palavras escritas à margem dos textos.

Parkinson (1998, p.87) ressalta que há um número muito elevado de cantigas de louvor em T, que insistem na necessidade de louvar a Virgem, com milagre que a mostrassem participando na vida da família real. Acredita-se que seria um presente para o Papa, para reforçar a candidatura de Afonso X a imperador.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente seção teve como principal objetivo delimitar o período histórico focalizado por nosso estudo e mostrar a importância do *corpus* escolhido para analisar o estatuto das formas verbais imperativas no PA. As CSM são um monumento literário e artístico muito rico, que nos proporcionam informações relevantes sobre a história da evolução da língua, além de abordar aspectos da vida social do período compreendido por esta tese.

2 A ESTRUTURA DO MODO IMPERATIVO

Esta seção traz uma breve apresentação dos principais estudos publicados sobre o imperativo em Língua Portuguesa. Primeiramente, serão apresentadas as estruturas das formas verbais imperativas, vistas desde as gramáticas históricas até chegar aos estudos linguísticos mais recentes. Posteriormente, discorreremos sobre possíveis variações e mudanças relacionadas às formas verbais imperativas.

2.1 BREVE HISTÓRICO: DO LATIM AO PORTUGUÊS

Faria (1958), em sua *Gramática superior da Língua Latina*, diz que no indo-europeu o imperativo era usado para expressar ordem ou pedido e não proibições. Para o autor, não havia, na origem do latim, um imperativo negativo e, para suprir tal necessidade, empregava-se a partícula negativa *ne* anteposta ao imperativo afirmativo, ou o infinitivo presente precedido do imperativo do verbo *nolo*, ou, ainda, utilizava-se a forma do presente do subjuntivo precedida de uma negação. Segundo Faria (1958), as formas verbais do imperativo presente eram conjugadas apenas nas 2as pessoas do singular e do plural. Sobre a estrutura morfológica, o autor diz que, para ser conjugado, o imperativo se valia do radical do *infectum*.[27]

Silveira Bueno (1958) afirma que todas as formas do imperativo são encontradas na língua arcaica, isto é, "as do imperativo propriamente dito e as do supletivo[28], quando a ordem se transforma num pedido, numa simples aspiração" (BUENO, 1958, p.175). O autor afirma que no período arcaico era possível encontrar o presente do subjuntivo, o infinitivo e o futuro do indicativo em função do imperativo, como mostram os exemplos: [29]

(4) "Senhora, benza-vos Deus. Deus vos *mantenha*, senhor!". (Gil Vicente- *O Velho da Horta*) *mantenha*: subjuntivo

(5) "Sus! Andar!" (Gil Vicente- *O Velho da Horta*) *andar*: infinitivo

(6) "E vós, alma, *rezareis*, contemplando as vivas dores da Senhora [...]" *rezareis*: futuro do indicativo. (Gil Vicente- *Obras 3*)

[27] Para Faria (1958), infectum é o radical dos tempos de ação incompleta.
[28] Silveira Bueno (1958) chama de supletivo as formas verbais do subjuntivo.
[29] Exemplos retirados de Silveira Bueno (1958, p.175).

Câmara Jr. (1975 [1970]) afirma que, desde o latim, o subjuntivo já estava associado ao modo imperativo para expressar as ordens e as proibições. Segundo o autor, eram as formas subjuntivas que supriam as pessoas que faltavam ao imperativo afirmativo. Já no imperativo negativo, utilizado nas proibições, todas as pessoas eram formadas, obrigatoriamente, do presente do subjuntivo.

O mesmo mecanismo de formação das formas verbais imperativas permaneceu no português, segundo Câmara Jr, (1975 [1970]). O autor ainda diz, entretanto, que houve uma simplificação do sistema na passagem do latim para o português. No latim distinguia-se um imperativo presente para ordens imediatas e um imperativo futuro para o que deveria ser cumprido. Hoje, no sistema do português, só temos o imperativo presente e as formas do imperativo futuro foram eliminadas.

Outro aspecto interessante abordado por Câmara Jr. (1975 [1970]) é que desde o latim já existia certa fluidez entre a concepção de imperativo e a de subjuntivo como expressão de desejo. De acordo com o autor, "o uso deste por aquele era uma maneira delicada de dar uma ordem, não só no latim vulgar propriamente dito, mas ainda na linguagem culta e coloquial" (CÂMARA JR, 1975, p.136).

Câmara Jr. (1975 [1970]) ainda afirma que o português do Brasil apresenta uma forte tendência de substituir o imperativo pelo indicativo presente, e o mesmo se observa nas proibições, em que também são substituídas as formas do subjuntivo.

Sobre este fenômeno de recorrermos ao presente do subjuntivo para a criação das outras formas do imperativo, Ernout (1945), em *Morphologe historique du Latin*, diz que, em Latim, o imperativo presente era conjugado apenas nas 2as pessoas do singular e do plural (*tu* e *vós*) e que a segunda pessoa do singular apresentava uma forma verbal bem simples, sem desinência, e a 2^{a} pessoa do plural era marcada pela desinência *-te* que se juntava ao verbo. A respeito da conjugação do imperativo em latim, Nunes (1960, p. 301) apresenta o seguinte paradigma verbal:

(7)

mostra	mostra	deve	deve
> - te	> -de, -i	> -te	> -dei, -i
vend-e	vende	partī	parte
vend-ĭ- te	> -de, -i	> -te	parti-de

Ainda sobre as desinências das formas verbais imperativas, Nunes (1960) observa que o *-ĭ* da segunda pessoa do singular da terceira conjugação persistiu no período mais antigo da língua e depois mudou para *-e* por analogia com "igual pessoa do presente do indicativo" (NUNES, 1960, p.301).

A respeito da terminação *-des,* marca característica da segunda pessoa do plural, Maia (1997 [1986]) afirma que esta desinência (ou morfema flexional) foi registrada nos seguintes tempos verbais: presente do indicativo, futuro do indicativo, mais-que-perfeito, condicional, presente do conjuntivo e o imperativo. De acordo com a autora, nos documentos localizados em Portugal, as formas terminadas em *-des* ocorreram desde o século XIII até o século XV.

Segundo Maia (1997 [1986]), as formas com *-d-* desapareceram do português a partir da primeira metade do século XV. Porém, segundo a autora, existem no português moderno alguns casos em que a consoante foi conservada. São formas em que, devido a fenômenos de evolução fonética, o *-d-* deixou de figurar em posição intervocálica (favorável ao apagamento), como, por exemplo, as formas do presente do indicativo (*tendes, vindes, pondes*) ou imperativo (*tende, vinde, ponde*) e no infinitivo flexionado (*quererdes, falardes*).

Maia (1997 [1986], p.736) ainda afirma que existem atualmente vestígios de formas com o morfema *-des* (ou *-de*) em alguns falares regionais portugueses, especialmente os mais conservadores, sobretudo por falantes de gerações mais idosas.

Ainda sobre este assunto, Piel (1989) diz que as duas pessoas do imperativo latino que sobreviveram em português sofreram evolução normal, como mostra o exemplo:[30]

(8)

	I		II		III
-A	cant-a	-E	dev-e	-Ī	part-e
-Ate	cant-ai ant. e gal.-ade	-ETE	dev-ei ant. e gal. – ede	-ĪTE	part-i ant. e gal. -ide

De acordo com Williams (1973 [1938]), existia um *-t* intervocálico na terminação da segunda pessoa do plural em todos os tempos do latim clássico na voz ativa, exceto no pretérito perfeito.

[30] Exemplo retirado de Piel (1989, p.219).

Segundo o autor, esse *-t* tornou-se *-d* e permaneceu por muito tempo no português arcaico. Williams (1973 [1938]) também afirma que existem poucas formas verbais da 2ª pp do presente do indicativo e do imperativo em que o *-d* não caiu. Veja a lista elaborada pelo autor:

(9)

Latim	***Português Arcaico***	***Português Moderno***
tenētis	*tẽedes*	*tendes*
tenēte	*tẽede*	*tende*
venītis	*vĩides*	*vindes*
venīti	*vĩide*	*vinde*
**pōnētis (por pōnĭtis)*	*põedes*	*pondes*
**pōnēte (por pōnĭte)*	*põede*	*ponde*
**crēdētis (por crēdĭtis)*	*creedes*	*credes*
**crēdēte (por crēdĭte)*	*crede*	*crede*
**lĕgētis (por lĕgĭtis)*	*leedes*	*ledes*
**lĕgēte (por lĕgĭte)*	*leede*	*lede*
**rīdītis (por rīdētis)*	*riides*	*rides*
**rīdīte (por rīdēte)*	*riide*	*ride*
uĭdētis	*veedes*	*vedes*
uĭdēte	*veede*	*vede*
sĕdēte	*seede*	*sede*
uadātis	*vaades*	*vades*
ītis	*ides*	*ides*
īte	*ide*	*ide*

Williams (1973 [1938]) propõe que o *-d* foi resguardado nestas formas para preservar a distinção mais marcada entre elas (2ªpp) e as formas da segunda pessoa do singular. De acordo com o autor, "as segundas pessoas do singular de imperativo tais como o port. arc., *lei*; *sei* e *vei* emprestam apoio a essa teoria, pois com a queda do *d* da segunda do plural do imperativo elas se teriam igualado" (WILLIAMS, 1973 [1938], p.178).

De acordo com Piel (1989), as antigas desinências *-ade, -ede, -ide* conservaram-se até hoje em falares da Galiza e de Leão, regiões que, porém, não ignoram as reduzidas *-ai*, *-ei*, *-i*, usadas em certas regiões de Castela. O *-d* do plural mantém-se hoje em português, assim como também afirma Maia (1997 [1986]), na 2ªpp do presente do indicativo (*crede*, *lede*, *vede*, *ride*, *tende*, *vinde*).

Mattos e Silva (2006) também faz observações sobre o morfema de número-pessoa. A autora propõe que *-des*/*-de* se mantém nos dias de hoje em contextos não intervocálicos (formas verbais do futuro do subjuntivo e infinitivo flexionado precedido de *-r* ou precedido de nasal, como, por exemplo[31], *amardes*, *fazerdes*, *vindes*, *tendes*, etc.). O MNP *-des* ainda ocorre em verbos monossilábicos que estão em contextos intervocálicos (*ledes*, *lede*, *credes*, *crede*).

Mattos e Silva (2006, p.127) ainda ressalta que a partir do século XV começou a aparecer documentada uma variação com ou sem *-d*, como, por exemplo, *amades ~ amaes*; porém, a autora ressalta que esta variação documentada neste período não apresenta a indicação da ditongação, datada posteriormente. Nas CSM não foram mapeadas ocorrências que sofreram regras fonológicas[32] de apagamento do *-d* intervocálico (*amávedes* > *amavaes*), de assimilação vocálica (*amávades* > *amávees*) e de ditongação (*amávades* > *amáveis*), referentes ao morfema de NP da 2ª pessoa do plural.

Said Ali (1964 [1931]), em *História da Língua Portuguesa*, diz que as formas próprias do imperativo, ou seja, a 2ªps e a 2ªpp, em geral não diferem das respectivas formas pessoais do presente do indicativo senão pela eliminação do *-s* final (*canta*, *cantai*; *traze*, *trazei*). Segundo o autor, a linguagem literária do século XVI filia o imperativo diretamente ao presente do indicativo do verbo português.

Em seus estudos sobre as formas verbais imperativas, Maurer Jr. (1959) diz que a 2ª pessoa do plural era pouco usada, chegando até a desaparecer. Em seu lugar, optava-se pela forma indicativa correspondente. Segundo o autor, "uma inovação mais importante do plural é a tendência para empregar a forma correspondente do indicativo em lugar do imperativo [...]. Na língua vulgar, é especialmente a 2ª pessoa do plural que assim se emprega, a ponto de perder-se o imperativo antigo em diversas línguas românicas " (MAURER JR., 1959, p.142).

Em relação à formação histórica do imperativo negativo, Maurer Jr. (1959) afirma que já existia a possibilidade de formar o imperativo negativo a partir da negação do afirmativo e este fenômeno só era encontrado no Latim Vulgar, pois o uso mais antigo da língua empregava as formas do subjuntivo presente para formar o imperativo negativo.

Sobre a fluidez do uso e da formação das formas imperativas, Faraco (1982) fez em sua tese de doutorado um estudo histórico relevante. Para o autor, as mudanças morfológicas do imperativo ocorrem em função das mudanças nas relações sociais, mais precisamente das mudanças que ocorrem na forma de tratamento ao longo dos anos.

[31] Exemplos retirado de Mattos e Silva (2006, p.127).
[32] Exemplos retirados de Mattos e Silva (2006, p.125).

De acordo com Faraco (1982), a heterogeneidade e as transformações na organização da sociedade refletem na estrutura da língua e resultam na criação e na difusão de pronomes de tratamento diferentes dos utilizados até os séculos XIV e XV. Até o século XIV, o português mantinha o mesmo sistema pronominal do latim. Devido a fatores históricos e econômicos, a Europa passou por mudanças de ordem políticas e sociais. A burguesia começou a ganhar cada vez mais espaço e os reis passaram a centralizar todo poder. Em função desta nova realidade a língua teve que se adaptar e criar novas formas de tratamento entre as pessoas para determinar a classe social a que elas pertenciam.

Faraco (1982) afirma que, quando os portugueses vieram para o Brasil em meados do final do século XV, a língua trazida por eles foi a não culta, uma vez que os primeiros portugueses que pisaram em solo brasileiro eram de classes não nobres e a forma como se tratavam era marcada pelo uso do tratamento *Vossa Mercê*. [33]

O uso da forma do pronome de tratamento *você* entre estes colonizadores iniciou-se a partir de um processo de simplificação de *Vossa Mercê* até chegar a *você*, o que resultou em uma mudança no sistema pronominal e verbal do português. Para Faraco (1982), em decorrência da mudança dos pronomes de 2ªpessoa, outras transformações foram ocorrendo para promover a estabilidade do sistema, como a reformulação de todo o sistema de conjugação verbal da língua. Segundo o autor, o sistema verbal do português ainda está em processo de mudança, em função do desparecimento da 2ªpp (*vós*) e o uso do pronome *você* no lugar de *tu*.

Sobre o desaparecimento das formas *tu* e *vós*, Faraco (1982, p.205) afirma que "*in terms of Brazil, therefore, we can say that the normal paradigm of the verbal conjugation in the traditional grammar does not describe the present state of the language".* [34]

2.2 O IMPERATIVO ATUAL SOB A PERSPECTIVA DOS GRAMÁTICOS E DOS LINGUISTAS

Cegalla (1967), em sua *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, propõe que o imperativo afirmativo deriva do presente do indicativo a 2ª pessoa do singular e a 2ª pessoa do plural, mediante supressão do *-s* final. As demais pessoas são extraídas do presente do

[33] Sobre a evolução da forma de tratamento *vossa mercê*, confira a seção 7 desta tese.
[34] "Tratando-se do Brasil, por conseguinte, podemos dizer que o paradigma normal da conjugação verbal na gramática tradicional não descreve o estado atual da língua."

subjuntivo. O autor também diz que o imperativo negativo é formado a partir do presente do subjuntivo com o acréscimo da palavra *não* antes das formas verbais conjugadas.

Sobre o uso do modo imperativo, Cunha (1970) diz que tanto o imperativo afirmativo quanto o negativo são utilizados em orações absolutas, orações principais ou em orações coordenadas, podendo ambos exprimirem: a) ordem ou comando; b) exortação ou conselho; c) convite ou solicitação e d) súplica.

Além destes usos, o imperativo pode ser utilizado para sugerir uma hipótese em lugar de asserções expressas por SE + Futuro do Subjuntivo, como, por exemplo:

(10)

Leia este livro, e conhecerá o Brasil. (**Se ler** este livro, conhecerá o Brasil.)

Cunha (1970, p.326), afirma que, embora a palavra *imperativo* esteja ligada, pela sua origem, ao latim *imperare* "comandar", não é para ordem ou comando que, na maioria dos casos, nós utilizamos este modo. De acordo com o autor, há outros meios mais eficazes para expressarmos tais noções. Segundo Cunha (1970, p.326), "quando empregamos o imperativo, em geral, temos o intuito de exortar o nosso interlocutor a cumprir a ação indicada pelo verbo. É, pois, mais o modo da exortação, do conselho, do convite, do que propriamente do comando, da ordem".

Neste sentido, de acordo com o autor, o falante dispõe-se de outros mecanismos para expressar comandos e ordens, utilizando, por exemplo, o presente e o futuro do indicativo com valor semântico de imperativo, como mostram os exemplos:[35]

(11)

O senhor me **traz** o dinheiro amanhã. (= **Traga**-me o dinheiro amanhã.) [36]

[35] Nos exemplos 11 e 12, atenuamos ou reforçamos o caráter do imperativo de acordo com a entoação que empregamos nas frases. Para Cagliari (2007, p. 180), as diferenças de significado carregadas pela entonação fazem parte da gramática da língua. Essas diferenças de significação são da mesma natureza que as diferenças, por exemplo, de tempo, modo e aspecto.

[36] Exemplos retirados de Cunha (1970, p.327).

(12)

Tu **irás** comigo! (= **Vem** comigo!)

De acordo com Cunha (1970, p.327), podemos ainda utilizar o imperfeito do subjuntivo para transformar a ordem numa simples sugestão, como, por exemplo:

(13)

Se você **se calasse**! (= **cale-se**!)

Além destes recursos, podemos ainda exprimir um imperativo impessoal tomando as formas de infinitivo e gerúndio do verbo. O infinitivo é empregado principalmente nas expressões de comando ou proibição:

(14)

Marchar!
Direita, **volver**!
Sublinhar os verbos do texto.
Não assinar as provas.

Já o gerúndio aparece em construções elípticas, frequentemente na linguagem popular, em frases como: ***andando***!; ***correndo***!, etc.

Cunha (1970) apresenta outras construções que podem ser utilizadas no lugar do modo imperativo. Em frases de entoação interrogativa, usa-se o infinitivo do verbo que exprime a ordem, antecedido de formas do presente ou do imperfeito do subjuntivo do verbo *querer*, como mostram os exemplos:

(15)

Quer levantar-se? (= **Levante-se**!)
Queria fechar a janela? (= **Feche** a janela!)

Observando as sentenças do exemplo (15), vemos que as formas verbais conjugadas no modo indicatico (*quer levantar* e *queira fechar*) exercem a função do modo imperativo, ou seja, uma forma verbal capaz de expressar valores ilocucionários de ordem ou pedido. Além disso, nas sentenças acima há uma correlação entre modo verbal e modo semântico, como propõe Perini (1995), uma vez que o imperativo expressa a atitude de dar uma ordem ou fazer um pedido; entretanto, outros modos também podem exercer essa função.

Além dos recursos dispostos acima, Cunha (1970, p.328) afirma que a língua dispõe de variados recursos estilísticos para reforçar ou atenuar a vontade expressa pelo imperativo. De acordo com o autor, a sua eficácia está condicionada ao tom de voz, que é, nas formas afetivas de linguagem, um elemento essencial.

Kury et al. (1977) também apresentam, em sua gramática, tópico destinado à formação do imperativo e uma ressalva interessante feita pelo autor é que as formas verbais imperativas não possuem a 1ª pessoa do singular nem as 3ª pessoas (*ele* e suas flexões). As formas de tratamento *você* e *vocês*, embora revistam aspectos de 3ª pessoa, são na verdade da 2ª pessoa do discurso (a pessoa com quem se fala). Passemos agora para o ponto de vista dos linguistas sobre o modo imperativo.

Mateus et al. (2003) afirmam que, de um ponto de vista pragmático, podemos considerar como frases imperativas todas as sentenças que através de seu enunciado o locutor "visa obter num futuro imediato a execução de uma determinada acção ou atividade por parte de ouvinte, ou de alguém a quem o ouvinte transmita o acto directivo" (MATEUS *et al*., 2003, p.449).

Ainda sobre a estrutura das formas imperativas, Mateus et al. (2003) propõem que do ponto de vista morfossintático, a principal característica do imperativo é a presença de formas verbais específicas. Segundo as autoras, "em português [...] este modo (o imperativo) exibe apenas presente e possui duas únicas formas verbais, que ocorrem exclusivamente em frases afirmativas: a da segunda pessoa do singular e a da segunda pessoa do plural" (MATEUS et al. 2003, p.451).

Assim como outros autores (CEGALLA, 1967; CUNHA 1970, etc.), Mateus et al. (2003) dizem que há a utilização de outras formas verbais em enunciados, tais como o subjuntivo, o indicativo, o infinitivo e o gerúndio.

Sobre esta mudança no sistema imperativo do português, Scherre (2005, p.118) faz um panorama de como as gramáticas normativas apresentam a formação das formas verbais imperativas:

- as formas verbais do imperativo afirmativo relacionadas aos pronomes *tu* e *vós* são derivadas do modo indicativo sem o *-s* (*parte tu*, *parti vós*; *vem tu*, *vinde vós*);
- as demais formas do imperativo afirmativo são derivadas do modo subjuntivo (*parta você*; *partamos nós*; *partam vocês*);
- e as formas do imperativo negativo são todas derivadas do modo subjuntivo (*não partas tu*; *não parta você*; *não partamos nós*, etc.).

Segundo a autora, a regra de formação do imperativo feita pela tradição normativa descreve de modo adequado a expressão do imperativo na escrita sem diálogo. Porém, estas mesmas regras não refletem o uso das formas verbais imperativas na língua falada.

Scherre (2005) constata que, em diálogos ou instruções no singular, quando dirigidas a uma só pessoa, na língua falada de algumas regiões do Brasil, cerca de 90% dos enunciados imperativos são expressos pelas formas associadas ao modo indicativo. A autora ainda afirma que a variação do uso do imperativo não é limitada apenas à língua falada. Ela é amplamente observada em diálogos de revistas em quadrinhos, em diálogos de obras de escritores diversos, em letras de músicas, etc.

Para Scherre (2005), a riqueza dos fatores que entram "em jogo no controle da variação do imperativo é igualmente ímpar. Entre muitos, ressalta-se o efeito do tipo de pronome; da posição e da pessoa do pronome átono; da natureza afirmativa ou negativa da oração; do tipo de conjugação e de posição verbal; do paralelismo fônico e do paralelismo discursivo" (SCHERRE, 2005, p.125).

Perini (2010, p.309) afirma que a forma mais frequente utilizada na segunda pessoa do singular, sobretudo na região Sudeste, é idêntica à da terceira pessoa do singular do presente do indicativo:

(16)

Faz um sanduíche para mim, por favor.

(17)

Vem cá um momento.

Já na região Nordeste conserva-se a forma idêntica ao subjuntivo: *faça um sanduíche; venha cá*.

Castilho e Elias (2012) dizem que o imperativo dispõe de morfemas próprios em sua forma afirmativa e, para a formação do imperativo negativo, tomamos como empréstimo os morfemas do modo subjuntivo. Porém, mais adiante em sua obra, os autores se questionam: Será que é assim mesmo que as coisas funcionam no português?

Para Castilho e Elias (2012, p. 178), do ponto de vista semântico, utilizamos o imperativo para expressar uma ordem (Coma doce de leite, ajude as companhias de laticínios!) uma possibilidade ou uma necessidade (Se você pode comer doce de leite, você deve comê-lo todos os dias.) e volições[37] (Quero comer doce de leite até me empanturar.)[38]. De acordo com os autores, por meio do imperativo apresentamos ao nosso interlocutor o *dito* como um estado de coisas necessárias, que tem de ser. Se estivermos expressando uma ordem ou um pedido, dirigido ao interlocutor, a forma do imperativo só deveria ser conjugada na segunda pessoa. Quando conjugado nas demais pessoas, expressa um desejo, uma volição.

Castilho e Elias (2012) afirmam que as gramáticas escolares criaram uma espécie de regra mnemônica ao ensinar que o imperativo da segunda pessoa do singular e do plural corresponde ao presente do indicativo, subtraído o {*-s*}.

Segundo os autores o português brasileiro sofreu e ainda sofre mudanças no quadro dos pronomes pessoais. Ao substituirmos *tu* por *você, um* pronome discursivamente de segunda pessoa, porém gramaticalmente de terceira, temos como resultado a seguinte estrutura: o imperativo *fala tu*, por exemplo, foi substituído pela forma do presente do indicativo *fala você*.

O mesmo ocorre com a substituição do pronome *vós* por *vocês*. De acordo com os autores, esta troca leva o verbo a ser conjugado na terceira pessoa, resultando o imperativo *falai vós*, que desapareceu e só aparece muito raramente em construções extremamente formais, pela construção *falem vocês, falem os senhores*.

Segundo Castilho e Elias (2012), estas alterações sobre a gramática do português brasileiro foram "tsunâmicas". Para eles, o imperativo tradicional foi "engolido pelas águas, e hoje não passa de um jogo entre formas do indicativo e formas do subjuntivo" (CASTILHO; ELIAS, 2012, p.179). Vejam-se os exemplos:

---

[37] De acordo com o dicionário Aulete Online (2014), o termo volitivo apresenta o seguinte significado: 1. Ref. ou pertencente a volição ou vontade; 2. Que depende ou provém da volição ou a expressa (ato volitivo).

[38] Apesar do que afirmam Castilho e Elias (2012), os dois últimos exemplos apresentados não trazem verbos morfologicamente conjugados em forams imperativas.

(18)

(a) Indicativo: **Fica** quieto!
Subjuntivo: **Fique** quieto!
(b) Indicativo: **Diz** aí, eu ganhei ou não ganhei as eleições?
Subjuntivo: **Diga** aí, eu ganhei ou não ganhei as eleições?

De acordo com Castilho e Elias (2012), as frases que acabaram de ser enunciadas envolvem um problema: se o indicativo e o subjuntivo se alternam nas expressões de ordem, quando usamos o indicativo e quando usamos o subjuntivo?

Segundo os autores, de forma aparente, utilizamos o indicativo com valor de imperativo quando há uma relação de simetria entre os locutores:

(19)

Deixa disso! (relação de simetria, proximidade)

Porém, se o ambiente ou a situação exigir mais respeito ou formalidade dá-se preferência para as formas do subjuntivo:

(20)

Deixe disso!

Por fim, para Castilho e Elias (2012) o imperativo continua vivo, porém, não ostenta mais suas formas próprias, "vampirizando" ora o indicativo presente, ora o subjuntivo. Na opinião dos autores, um destes dois modos irá vencer na formação de sentenças imperativas.

Bagno (2011), em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, também faz suas afirmações sobre o comportamento do modo imperativo no PB. Segundo o autor, a regra tradicional diz que o imperativo afirmativo da 2ªps (*tu*) se forma através da supressão do *-s* final da conjugação do presente do indicativo (*tu falas = fala tu*). Se o falante trata seu interlocutor por *você*, emprega-se a forma da terceira pessoa do singular do presente do subjuntivo (*[que] ele fale = fale você*).

Porém, Bagno (2011) contesta esta regra ao dizer que ela não corresponde ao uso autêntico do PB. De acordo com o autor, o pronome *tu* no Brasil serve muitas vezes para

indicar a terra natal do falante, ou seja, ele "permite reconhecer se a pessoa com quem falamos vem do Pará ou do Maranhão, por exemplo, ou de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul" (BAGNO, 2011, p.567).

Outro aspecto que o autor ressalta sobre o uso do *tu* é que sua morfologia não corresponde à conjugação clássica (*tu falas*, *tu falaste*, etc.) na maioria das variedades em que ele é empregado. Com raras exceções (Amapá, Pará e Maranhão), o que escutamos de modo geral é o *tu* seguido de formas verbais idênticas às da terceira pessoa do singular, como por exemplo, *tu fala*, *tu falou*, etc. A respeito da formação do imperativo, Bagno (2011, p.567) afirma que

> O que as pesquisas revelam é que as formas do imperativo, no português brasileiro contemporâneo, seguem regras bem mais complexas do que as que aparecem nos livros didáticos e nas gramáticas, regras que não são exclusivamente linguísticas, mas em que entram também elementos sociais, culturais, geográficos, interacionais, etc.

O autor aponta para um fenômeno da inversão quase completa do que está proposto nas gramáticas normativas. Bagno (2011) diz que, em muitas áreas onde se emprega o *tu*, nos deparamos com o imperativo usado com as formas do subjuntivo (*venha*, *faça*, *diga*, *traga*, *deixe*, etc.).

Para Bagno (2011), o uso da forma imperativa derivada do subjuntivo está relacionado com questões geográficas, aparecendo com frequência elevada nas regiões norte e nordeste. Já nas regiões onde há um uso amplo do pronome *você* é muito comum empregarmos, às vezes em um mesmo enunciado, formas derivadas do indicativo e do subjuntivo (*Saia da Sibéria e vem para Net*; *Reinvente. Vem com a gente*, etc.). [39]

Sobre o uso das formas derivadas do indicativo e do subjuntivo, Bagno (2011) recorre aos estudos de Scherre (2005). De acordo com a autora, em textos escritos, as formas subjuntivas soam muito mais imperativas (*leia*, *faça*, *beba*, *dirija*, etc.) do que as formas indicativas (*lê*, *faz*, *bebe*, *dirige*, etc.), podendo estas últimas até provocar ambiguidade de leitura.

Para concluir suas reflexões sobre o modo imperativo, Bagno (2011) faz uma síntese do uso das formas verbais imperativas em PB, como pode ser observado no quadro a seguir:

[39] Exemplos retirados de Bagno (2011, p.568).

Quadro 2: Conjugação do Modo Imperativo no PB.

Modo Imperativo no Português Brasileiro			
Afirmativo		Negativo	
tu	fala		
você o senhor a senhora	fala fale	tu você o senhor a senhora	não fala não fale não fale
nós	vamos falar falemos	nós	não vamo(s) fala (r) não falemos
vocês	falem	vocês	não falem
gente, pessoal, etc.	fala	gente, pessoal, etc.	não fala

Fonte: Adaptado de Bagno (2011, p.571).

De acordo com o autor, o emprego das formas derivadas do indicativo e do subjuntivo não está apenas relacionado com o uso de pessoa *tu* e *você*, como as regras tradicionais tentam mostrar, mas com outros fatores mais complexos, entre os quais a origem do falante, o uso falado e escrito da língua, a busca de uma fala monitorada, entre outros.

Bagno (2011, p.568) ainda acrescenta outro aspecto que influencia na escolha do imperativo: o próprio verbo. De acordo com o autor, por exemplo, nenhum brasileiro usa o verbo *estar* no imperativo com a forma de indicativo, mas sempre com a do subjuntivo (*Esteja calmo*.). O mesmo mecanismo também é válido para o verbo *ser*, pois as gramáticas postulam que o imperativo de *ser* para a segunda pessoa do singular é *sê tu* e para a segunda do plural *sede vós*. Tais formas não são mapeadas na fala de ninguém. O que mais aparece é a forma *seja*.

Como pode ser observado nos estudos apresentados, encontramos hoje no PB vários mecanismos para expressar o valor semântico do modo imperativo. Além disso, todo este processo de variação é condicionado por fatores externos e linguísticos, como será abordado na próxima subseção.

2.3 VARIAÇÃO E MUDANÇA

Faraco (2008) afirma que a representação da norma culta vista como superior e melhor que as demais faz com que muitos confundam essa norma com a língua e os faz considerar que todas as outras variedades são deturpações. Para o autor, qualquer língua é sempre heterogênea e repleta de variedades. Como mostra a linguística histórica, as mudanças não

alteram a “plenitude estrutural de nenhuma das variedades da língua. Elas passam por contínuas reconfigurações estruturais e nunca perdem seu caráter estruturado” (FARACO, 2008, p.75).

A norma culta, como entende Faraco (2008), é mais uma das variedades da língua, com funções sócio culturais bem peculiares e seu prestígio é decorrente de processos sócio históricos que vão ao longo dos tempos agregando valores a ela. De acordo com o autor, do ponto de vista gramatical, as variedades (as normas) se equivalem, ou seja, são totalmente organizadas.

Segundo Naro e Scherre (2007, p.26), bem antes da chegada dos portugueses ao Brasil, a nação portuguesa já apresentava uma história de contato com povos que não dominavam sua língua. Do século VIII até o século XI, uma parte de Portugal era ocupada por árabes e durante o período da Idade Média os portugueses participaram das Cruzadas, o que proporcionou contato direto com diversos povos da Europa, África e Oriente Médio.

Sobre a variação do uso do imperativo, Scherre (2004) considera que não existe estigma social relacionado ao uso do imperativo na forma indicativa ou subjuntiva. Para a autora, “as duas formas não são marcadas de prestígio e nem são usadas como estereótipos do suposto mal falar” (SCHERRE, 2004, p.225). A autora argumenta que é possível observarmos em textos de jornais, revistas, cartazes, letreiros, etc., construções sintaticamente imperativas, mas com verbos na forma subjuntiva como é possível observar nos exemplos: [40]

(21)

CORRA, SALTE, ANDE E DEIXE DE FUMAR. (*Correio Brasiliense*, 25/6/1999, Mundo, p.4);

(22)

EVITE O CONSUMO EXCESSIVO DE ÁLCOOL - PROIBIDA A VENDA PARA MENORES DE 18 ANOS (Rótulo de aguardente de cana mineira *Tira Mágoa*, 2001);

(23)

LEIA COM ATENÇÃO (Propaganda da cartomante brasiliense Dona Júlia, 2001).

[40] Exemplos retirados de Scherre (2004, p.221).

Para a autora, embora os enunciados imperativos da escrita sem a presença do diálogo possuam uma correlação muito próxima com a norma da gramática, este fato não ocorre porque os redatores teriam tido consciência de estar escrevendo conforme a norma estabelecida, mas sim porque "para transmitirem inequivocamente a mensagem imperativa, os redatores têm basicamente a opção de usar o verbo na forma subjuntiva" (SCHERRE, 2004, p.221).

Scherre (2004) ainda acrescenta que se os enunciados fossem redigidos com o verbo na forma indicativa, as sentenças poderiam não ser interpretadas como imperativas, no seu papel de aconselhar, sugerir, persuadir, ordenar e suplicar, sem sujeito sintaticamente expresso. A autora expressa que a variação do uso do imperativo não se limita à língua falada e como já vimos é amplamente notável em diálogos de revistas em quadrinhos, em diálogos de obras de escritores, letras de músicas, poesia, etc.

Borges (2004), em sua dissertação de mestrado, trabalhou com formas verbais imperativas em tiras de jornais de grande circulação. As conclusões da autora nos direcionam para a eficácia comunicativa das formas variantes, pois são bastante usadas em situações de diálogos, situações predominantes nas tiras analisadas por Borges (2004).

O argumento da autora para o uso das formas variantes, sobretudo a forma indicativa, é o fato de estarmos caminhando para certa obrigatoriedade do uso do sujeito no PB, "o que resulta em não serem mais necessárias formas distintas para o imperativo e o indicativo" (BORGES, 2004, p.141). De acordo com Borges (2004), "uma forma indicativa com pronome sujeito indicaria o presente do indicativo. Já uma forma indicativa sem sujeito expresso seria interpretada como uma ordem; o imperativo, então, seria caracterizado principalmente por não ter sujeito". Partindo para argumentos históricos para reforçar seu ponto de vista, a autora retoma o fato de já se usar o indicativo no latim em lugar do imperativo e no latim vulgar já haver uma "confusão" entre indicativo e imperativo, que, de acordo com Maurer Jr. (1959), está associada ao uso da 2ªps em latim vulgar. Para ele, o imperativo afirmativo da 2ªps também era possível de ser encontrado na forma subjuntiva. Câmara Jr. (1975 [1970], p.138) também reforça esta ideia ao afirmar que "havia aproximação entre os usos do imperativo e do subjuntivo latinos [...], uma vez que a forma subjuntiva era usada nos contextos em que se deveria usar o imperativo para se atenuar a ordem; isso acontecia tanto no Latim Vulgar como no Clássico".

Andrade et al. (2007) também realizaram um trabalho que trata da variação do imperativo. O *corpus* da pesquisa é contexto discursivo dos diálogos da revista da *Turma da Mônica* do escritor e produtor paulista Maurício de Sousa. Segundo as autoras,

> No português brasileiro atual, *deixA, partE* e *faz*, por um lado, e *deixE, partA* e *façA*, por outro, são variantes do imperativo, que podem expressar pedido, solicitação, convite, súplica, aviso, conselho, sugestão, exortação ou ordem, em orações sem sujeito expresso, todavia, com pouca ou nenhuma relação aos contextos de ocorrência dos pronomes *tu* ou *você*. As orações imperativas do português brasileiro em uso, falado e escrito, evidenciam, assim, processo de variação que se afasta da norma codificada, por ser possível a alternância entre formas associadas ao indicativo ou ao subjuntivo em contextos exclusivos do pronome *você*. (ANDRADE *et al*., 2007, p.1)

As autoras fazem uma análise do uso do imperativo associado à forma indicativa ou à forma subjuntiva. Foram coletados 3632 dados variáveis no singular, sendo 153 de estruturas imperativas na década de 70, 573 da década de 80, 637 na década de 90 do século XX e 2.269 da década 2000 do século XXI.

Andrade et al. (2007) identificam uma razão questionável para a variação entre as formas imperativas e indicativas. Para explicar este tipo de mudança, as autoras apontam a importância da campanha do movimento das *Diretas Já* como motivação desse tipo de variação e propõem que:

> A campanha *Diretas Já!* teve início em novembro de 1983, com um comício em São Paulo, que reuniu 10 mil pessoas. Prosseguiu em janeiro de 1984 com um comício em Curitiba e a concentração de 300 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo e também com a passeata no Rio de Janeiro, da Candelária à Cinelândia, com 60 mil pessoas. No dia 16 de abril, 1,7 milhão de pessoas se mobilizaram pela causa novamente na capital paulista. Foram ao todo cerca de 40 comícios espalhados por todo o Brasil manifestando a vontade do povo para com a volta da democracia política. Todos estes acontecimentos refletiram não só na história política do nosso país, mas também na vida cotidiana e nos sentimentos de toda uma nação. Um acontecimento de tão grande proporção e intensidade não pode ter passado sem deixar marcas na língua, em especial na língua escrita, sejam estas no imperativo ou em outras estruturas do português brasileiro. Afinal, as línguas são também analisadas como forma de comportamento cultural, se relacionam com as predisposições culturais das pessoas que as falam (e/ou as escrevem) e que com elas se identificam. Esse aumento de uso do imperativo associado ao indicativo no contexto do pronome *você* - o "abrasileiramento" do imperativo, nos termos de Paredes et *alii* (2000: 121) - pode ter sido então reflexo deste momento político, uma vez que, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a forma do imperativo associado ao subjuntivo desperta nos ouvintes uma sensação de maior autoritarismo, enquanto a forma imperativa associada ao indicativo é recebida como sendo de maior proximidade e solidariedade.(ANDRADE *et al*., 2007, p.4)

As afirmações propostas por Andrade et al. (2007) podem ser questionadas, sobretudo quando as autoras declaram que o uso da forma variante imperativa teve um aumento

significativo no período das "Diretas Já". Entretanto, experiências pessoais de falantes nativos de PB e trabalhos anteriores (veja-se a referência a Scherre, 2005, adiante) mostram que as pessoas falantes de língua portuguesa, mesmo antes do movimento das "Diretas Já", usavam o indicativo com função de imperativo; portanto, fatores de natureza muito mais linguística do que social ajudam a esclarecer melhor este processo de mudança.

A este respeito, Scherre (2005, p.123) constata que o uso da forma do imperativo associado à forma indicativa pode ser vastamente observado em diálogos de revistas de histórias em quadrinhos, diálogos de obras de inúmeros escritores, letras de músicas, estrofes de poesias, etc. De acordo com a autora, a variação da forma imperativa transita de um polo ao outro, ou seja, podemos encontrar uma ausência quase que absoluta de imperativo na forma indicativa na fala de personagens estrangeiros, como por exemplo, o *Tio Patinhas*[41], até sua presença quase absoluta nas falas de personagens brasileiros, como o famoso representante nativo da área rural criado por Maurício de Souza, o *Chico Bento*. [42]

Para a autora, em textos de outros gêneros a riqueza da variação das formas verbais imperativas é ímpar. Scherre (2005, p. 123-124) afirma que

> Diálogos de múltiplas versões da história infantil de *Chapeuzinho Vermelho* só vão apresentar mais formas imperativas associadas ao indicativo na pena de Maria Clara Machado, escritora carioca. Da mesma forma, Nelson Rodrigues, recifense de nascimento e carioca de formação, privilegia a manifestação do imperativo nas formas indicativas [...]. No verso, Carlos Drummond de Andrade dá preferência ao imperativo nas formas indicativas; na prosa privilegia o imperativo nas formas subjuntivas [...]. Em *Tieta do Agreste*, Jorge Amado exacerba o uso do imperativo nas formas subjuntivas; em *Capitães de Areia*, apresenta leve tendência pelas formas indicativas.

Neste sentido, comparando os resultados de Scherre (2005) com as afirmações de Andrade et al. (2007), podemos dizer que o uso das formas variantes, sobretudo das formas indicativas pelas imperativas, não está relacionado somente com critérios de ordem política e social. Suas ocorrências são relacionadas a fatores de natureza linguística já expostos no

[41]De acordo com site *http://www.guiadosquadrinhos.com*, o personagem Patinhas McPato ou Patinhas McPatinhas, conhecido como Tio Patinhas (*Uncle Scrooge*), foi criado nos Estados Unidos e sua primeira aparição em quadrinhos se deu em dezembro de 1947. Segundo as informações que constam no site, o nome civil de Patinhas, *Scrooge McDuck*, se baseia no avarento *Ebenezer Scrooge*, personagem principal do *Conto de Natal* de Charles Dickens. Tal como muitos outros habitantes da famosa cidade fictícia de Patópolis, a figura se tornou popular no mundo inteiro, mais ainda na Europa, e tem sido traduzida em inúmeros idiomas, inclusive para o português.

[42]Sobre o personagem Chico Bento, encontramos a informação de que foi criado em 1960 por Mauricio de Sousa. Francisco ("Chico") Bento é um menino caipira, de uns oito anos de idade, de uma cidade do interior de "*Sumpaulo*". Embora tenha sido criado em 1960, Chico Bento só foi publicado pela primeira vez em 1963, como personagem secundário, nas tiras que Mauricio de Sousa batizara de "Hiroshi e Zezinho", publicadas no "Diário da Noite", que circulava em São Paulo. (Fonte*: http://www.guiadosquadrinhos.com*, acesso em 14/02/2013).

início desta seção (efeito do tipo de pronome, da posição e da pessoa do pronome átono, da natureza afirmativa ou negativa da oração, etc.).

Outro estudo que trata do uso das formas verbais imperativas no português brasileiro foi desenvolvido por Cardoso (2009). A autora focalizou a variação e a mudança evidenciada em dois grupos de falantes de regiões distintas do Brasil, a saber: Fortaleza e Distrito Federal. De acordo com Cardoso (2009, p.148):

> Constata-se que no português brasileiro o uso do modo imperativo gramatical varia entre as formas do imperativo associado ao indicativo e do imperativo associado ao subjuntivo, tanto para a língua escrita como para a língua falada em situação de diálogo. Fatores linguísticos e sociais interferem nesse processo de variação [...].

Cardoso (2009) propõe que, considerando a tradição gramatical, temos que, em contexto que apresenta o pronome *você* a norma prevê o uso de formas verbais subjuntivas, enquanto que o imperativo expresso na forma de indicativo seria mais restrito para os contextos em que aparecem o pronome *tu*.

Nos dados analisados pela autora a capital cearense apresentou uma frequência de 40% de uso do imperativo associado ao indicativo, enquanto que, no Distrito Federal é possível encontrar um índice mais expressivo, de 90%.

Para efetuar as análises dos dados coletados, Cardoso (2009) se baseou em informações sobre os traços culturais e identitários, correlacionando fatores linguísticos, para se ter uma visão "do conjunto de fatores que envolve o processo de variação e mudança linguística [...]" (CARDOSO, 2009, p.149).

De acordo com Cardoso (2009, p. 151) cada indivíduo, motivado por fatores socioidentitários, pode apresentar comportamento diferente considerando a velocidade da mudança. Sobre os aspectos linguísticos relacionados à variação do imperativo, a autora afirma que tal variação acontece em níveis diferentes e que os fatores linguísticos vão apresentar maior ou menor influência em função da região do falante.

Cardoso (2009) conclui que a percepção que o falante tem do uso das formas variáveis do imperativo pode ser motivada por aspectos sociais que estão subjacentes às questões linguísticas.

Os estudos aqui revistos visam a mostrar o uso das formas variantes em diversos contextos de fala e escrita, além de dados quantitativos que revelam se há uma prefrência por formas indicativas ou subjuntivas em relação à forma imperativa por parte do falante.

Todos estes trabalhos sobre variação e mudança trazem apenas informações e dados do PB contemporâneo. Não encontramos nenhum que apresentasse uma análise mais específica sobre variação e mudança no período arcaico da língua, ressaltando se estes fenômenos que encontramos hoje já ocorriam desde o estágio inicial do português.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta seção foi discorrer sobre os principais trabalhos que tratam do comportamento da flexão verbal do modo imperativo no português, passando por obras que retratam as características de seu sistema verbal desde sua origem até os estudos mais recentes. Por fim, trouxemos textos que envolvem a análise da variação e da mudança no PB referente ao uso do imperativo.

3 EMBASAMENTO TEÓRICO

Nesta seção apresentaremos os principais estudos que serviram de subsídios teórico para a realização das análises e da discussão dos resultados alcançados através dos dados coletados nas CSM. Porém, é importante ressaltar que consideramos, para o desenvolvimento deste trabalho, uma abordagem complementar entre as teorias postuladas pelo gerativismo e pela corrente funcionalista, pois, de acordo com Kato (1998, p.2), "os dois modelos de análise podem contribuir um para o progresso do outro".

Sobre esta discussão, Neves (1997, p.50-51), baseada nas reflexões de Nascimento (1990) e de Dillinger (1991), afirma que

> funcionalismo e formalismo não podem, mesmo, ser vistos como alternativas, exatamente porque estudam o mesmo objeto e fenômenos diferentes; assim, um estudo não exclui o outro, sendo ambos complementares e igualmente necessários. Essa conclusão é, aliás, a mesma de Nascimento (1990), que afirma que cada um dos dois modelos de análise linguística pode contribuir para o progresso do outro, e ambos podem articular-se na explicação da interação entre as representações mentais e o processamento linguístico.

Oliveira (2003, p.103) também reforça a ideia de que

> em linguística, assim como em qualquer outra ciência, pensar em dicotomia, no que é melhor ou pior, é pensar de forma muito limitada no sentido de não enxergar aquilo que outros paradigmas podem oferecer para elevar o conhecimento atual sobre os fenômenos linguísticos.

Iniciaremos esta seção com uma exposição sobre as principais definições de tempo, modo e aspecto, com destaque para a segunda categoria, uma vez que o intuito desta tese é analisar o comportamento do modo imperativo no PA. Posteriormente, trazemos os principais aspectos da morfologia, entre os quais destacamos a definição de morfema. Em um terceiro momento, trataremos de questões relacionadas à presença ou à ausência de sujeito nas orações e, por fim, apontaremos algumas considerações relevantes para a discussão dos resultados sobre o uso dos pronomes pessoais em português.

3.1 TEMPO, MODO E ASPECTO

3.1.1 Tempo

De acordo com Comrie (1976, p.3), qualquer cultura apresenta o conceito de tempo, embora em algumas falte a conceptualização de "mudança qualitativa associada ao deslocamento temporal". Todas as línguas apresentam mecanismos gramaticais para expressar a localização no tempo, o que não quer dizer que as culturas de que tais línguas são a expressão não tenham um conceito de tempo, já que, "mesmo nessas culturas, há relatos que se referem claramente a um tempo passado, ou até mesmo a uma idade de ouro".

Apesar de a concepção de tempo ser uma constante em todas as culturas e todas elas marcarem essa dimensão gramaticalmente, Silva (2002, p.17) mostra que as gramáticas tradicionais adotam geralmente uma concepção ingênua e generalizada de tempo. Segundo o autor, tal concepção se revela na maneira pela qual as gramáticas de inúmeras línguas abordam o **tempo verbal** (uma categoria para representar o tempo) e o **tempo** (construto mental). [43]

Para Silva (2002), algumas línguas marcam estas duas dimensões temporais, como por exemplo, o inglês (*tense* vs. *time*) e o alemão (*Tempus* e *Zeit*). Porém, as línguas românicas, como o português, o francês e o espanhol, apresentam um único termo para designar os dois conceitos (*tempo*, *temps* e *tiempo*). Segundo o autor, "em virtude disso, tende-se a considerar a correspondência entre as duas noções de tempo, ou seja, que a sequência temporal representada pelo tempo verbal reflete as relações temporais reais, o que nem sempre acontece" (SILVA, 2002, p.18).

Silva (2002, p.18) afirma que a referência à tríade presente, passado e futuro não ocorre de maneira simples e universal, já que nem todo sistema temporal apresenta estes três tempos nitidamentes marcados e que, no plano formal, inúmeras línguas (finlandês, húngaro, alemão, russo, etc.) não possuem paradigma verbal futuro, por exemplo, semelhante ao das línguas românicas.

Sobre as línguas românicas, o autor declara que elas possuem mais de três tempos verbais, dos quais alguns são formados por auxiliares, as chamadas formas perifrásticas. Além do presente, do passado e do futuro, o português e o francês, por exemplo, contam com a

[43]Para uma descrição mais detalhada sobre este assunto, conferir os estudos de Fleischman (1982).

formação do imperfeito (*escrevia*, *j' écrivais*), o mais-que-perfeito (*escrevera*; *j'avai écrit*) e o pretérito perfeito composto (*tenho escrito*; *j' ai écrit*).

Segundo Lyons (1968, p.304), o vocábulo ***tempo*** chegou ao português através do termo latino *tempus*, tradução exata de *khrónos*, do grego. Para o autor, a classificação e divisão da noção de tempo em *presente*, *passado* e *futuro* não é um traço universal da linguagem humana, pois existem línguas em que a expressão do aspecto é mais importante do que a do tempo.

Melo (1967, p.135) afirma que a ideia de tempo físico corresponde, de certa forma, à categoria verbal do ***tempo***. Para o autor, nas gramáticas predomina o elemento psicológico, de tal forma que, na divisão do tempo em presente, passado e futuro, são acrescentadas "modulações interpretativas, afetivas, durativas, que geram subdivisões, variáveis na língua para língua, mas sempre atuantes" (MELO, 1967, p.135). Em português, encontramos as seguintes modalidades de tempo:

(24)

Presente	*Amo*
Pretérito (passado)	imperfeito: *amava* perfeito: *amei* mais-que-perfeito: amara
Futuro	do presente: *amarei* do pretérito: *amaria*

De acordo com Melo (1967, p.136), o imperfeito exprime uma ação não delimitada, ou seja, não terminada (*Eu tomava o bonde na hora que você passou*.). Já o perfeito indica uma ação passada e acabada (*Mossoró ganhou a corrida*.). Por sua vez, o mais que perfeito teoricamente relata uma ação ou fato passado em relação a outro passado (*Ele me disse que você na véspera comprara esse mesmo livro*.).

Sobre os tempos do futuro, o autor menciona que o futuro do presente indica uma ação posterior ao momento em que se fala (*Venceremos esta eleição*.), ao passo que o futuro do pretérito representa uma ação posterior a certo momento do passado (*Na quaresma você disse que me visitaria*.).

Perini (1995, p.253) declara que a nomenclatura tradicional não faz a distinção entre o lado formal e o lado semântico, dizendo que "na área de tempo, aspectos e modos, a

discrepância entre forma e significado é muito grande". Neste sentido, o autor apresenta uma distinção entre o tempo verbal (categoria morfológica, portanto formal) e tempo semântico (categoria de significado). Para ele,

> Em *amanhã eu faço isso para você*, a forma *faço* exemplifica o tempo verbal chamado "presente" (do indicativo), mas veicula o tempo semântico "futuro" – isto é, exprime um fato a se realizar em algum momento por vir. A forma *faço* pode exprimir também eventos que não são futuros, como em *eu faço tapeçarias para vender*. Em resumo, a vinculação entre tempo verbal (morfológico) e tempo semântico é complexa; e é uma pena que tenhamos de referir a ambos com a mesma palavra. (PERINI, 1995, p.253)

De acordo com Perini (1995, p.253), as frases ditas em português se entendem, em geral, como localizadas em determinado momento do tempo. Neste sentido, faz diferença em dizermos a) *Manuel está picando a couve.* e b) *Manuel picou a couve.*, pois estas duas orações diferem semanticamente de diversos modos: em (a), podemos entender que a ação de picar a couve executada pelo sujeito está sendo desenrolada no momento em que se fala, e, em (b), compreendemos que o ato se deu em algum período anterior ao momento da fala. Sendo assim, o autor diz que há uma diferença de **tempo** entre (a) e (b).

Outra observação de Perini (1995, p.254) consiste no fato de que o tempo semântico não se confunde com o tempo cronológico, ou seja, aquele registrado nos relógios e calendários, como pode ser observado na análise do exemplo abaixo:

(25)

Manuel disse: "Estou picando a couve".

A respeito do exemplo acima, Perini (1995, p.254) propõe que a locução verbal *estou picando* é presente semântico em relação ao momento da realização da fala de Manuel, porém em relação ao leitor da narrativa o tempo é considerado passado. Conforme o autor,

> Com essa restrição, entretanto, pode-se dizer que o tempo semântico estabelece uma relação com o tempo cronológico tal como entendido extralingüisticamente: ou o tempo real, ou o tempo convencionado em uma narração. Desse ponto de vista, trata-se de uma categoria dêitica – ou seja, a referência do tempo de uma frase depende da situação que a frase é enunciada.

Perini (1995, p.253-254) ainda afirma que na língua portuguesa distinguem-se três tempos semânticos básicos: presnte, passado e futuro. E os três possuem uma representação formal, mas raramente exclusiva, como demonstra o exemplo:

(26)

Presente do indicativo: pode expressar presente, passado ou futuro (Manuel pica a couve neste momento.; Em 1822, o Brasil se torna politicamente independente.; Amanhã bem cedo eu termino este serviço.)
Pretérito Perfeito do Indicativo: pode indicar passado ou futuro (Amanhã quando você chegar eu já limpei tudo.)
Futuro do indicativo: exprime futuro (Chegarei de avião.)

Para o autor, a categoria semântica de tempo é altamente codificada em português, ou seja, a língua tem maneiras mais ou menos especializadas para exprimi-la, como os tempos vebais e certas construções de auxiliar mais um verbo principal.

Mateus et al. (2003) afirmam que, em termos gerais, a categoria de **tempo** é utilizada para localizar as situações expressas nas línguas em diferentes tipos de enunciados. De acordo com as autoras, a maneira mais comum de se marcar essa localização é através dos tempos verbais, embora as expressões adverbiais de tempo e algumas construções temporais também exerçam essa função.

Para Mateus et al. (2003, p.130), considera-se que os tempos gramaticais se referem ao tempo entendido como ordenação linear orientada do passado em direção ao futuro. Assim, segundo as autoras,

> Essa concepção tem como consequência considerar que os tempos gramaticais se articulam em três domínios, o passado, o presente e o futuro, permitindo-nos falar de uma relação de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade do tempo relativamente a um momento escolhido como o de referência e que normalmente é o da enunciação.

Cunha e Cintra (2008, p.395) definem tempo em português “como a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo”. Os autores declaram que, com exceção do infinitivo pessoal, os tempos simples que encontramos no português

correspondem a formações existentes no latim clássico ou no latim vulgar, que sofreram, com o passar dos séculos, naturais alterações fonéticas.

Perini (2010, p.219) observa que a categoria de tempo tem a ver basicamente com "a situação de eventos e estados no tempo cronológico", como pode ser observado no exemplo (27):

(27)

a) O João trabalhou aqui.
b) O João trabalha aqui.
c) O João vai trabalhar aqui.

Nestas três orações é possível notar os três tempos básicos do português: o presente, o passado e o futuro. De acordo com Perini (2010, p.219), é sobre este esquema aparentemente simples que a língua portuguesa constrói um sistema muito mais rico, que inclui

> a expressão da relação temporal entre dois eventos igualmente do passado (um antes do outro); a representação de um evento passado como tendo ocorrido apenas uma vez ou repetidamente, ou durante um período extenso de tempo; a visão de um evento presente como habitual ou momentâneo (simultâneo com o momento da fala), e assim por diante.

Perini (2010, p.220) afirma que nem todas as relações citadas anteriormente podem ser consideradas de tempo. Algumas estão mais relacionadas com o aspecto, porém, segundo o autor, podem ser tratadas juntamente com as definições de tempo, pois "o aspecto e o tempo não têm representação formal distinta em português e [...] costumam invadir um o território do outro".

Por fim, Castilho e Elias (2012, p.163) atestam que o tempo é uma propriedade semântica do verbo, cuja interpretação está remetida à situação de fala e que pode ser representada da seguinte maneira:

(28)

- ✓ Passado: anterior à situação de fala.
- ✓ Presente: simultaneamente à situação de fala.
- ✓ Futuro: posterioridade à situação de fala.

De acordo com os autores, para compreendermos essa divisão da noção de tempo, é necessário tomar como referência o sujeito falante. Outro aspecto relevante tratado por Castilho e Elias (2012, p.162) está relacionado com situações de uso que fazemos da categoria **tempo** em português.

Para os autores, não utilizamos as formas de tempo aqui apresentadas unicamente para fixar cronologias de estados de coisas, situando-as num tempo real, que pode ser mensurável pelo relógio e descritos em termos de: simultâneo ao ato da fala (presente); tempo anterior ao ato da fala (passado); e tempo posterior ao ato da fala (futuro).

Podemos usar os valores das formas temporais para nos movimentarmos de modo livre por uma linha do tempo, de acordo com nossas necessidades expressivas e, de acordo com Castilho e Elias (2012, p.162), podemos nos refugiar num tempo imaginário, que escapa à imaginação cronológica, num domínio vago, genérico, atemporal.

3.1.2 Modo

Na maioria das vezes o que encontramos sobre a expressão do modo verbal são poucos comentários, que grande parte das vezes são repetições da Gramática tradicional. Alguns trabalhos mais recentes (PONTES, 1972; FARACO, 1982, 1986, 1996; MENON, 1984, MONTEIRO, 2002 e SCHERRE, 2002, 2005) têm voltado seus olhares para a questão do modo verbal e, em especial, o modo imperativo.

Começaremos com as definições de modo mais tradicionais para, em um segundo momento, apresentarmos as propostas que estes estudos mais recentes apresentam. É "muito importante, antes de qualquer averiguação, [...] definirmos exatamente o que seria modo imperativo, e antes mesmo disso, o que seria modo na Língua Portuguesa" (BORGES, 2004, p.27).

Primeiramente, serão expostas as definições básicas de modo encontradas nos dicionários de linguística e nos dicionários escolares. Em um segundo momento, serão apresentados os conceitos de modo nas gramáticas, nas gramáticas históricas e nas gramáticas escolares contemporâneas, a fim de mostrar um percurso histórico deste tema e enfatizar como essas gramáticas tratavam e ainda tratam o assunto. Posteriormente, mostraremos como os estudos de morfologia dentro da linguística abordam o assunto e, por fim, exporemos algumas reflexões de trabalhos acadêmicos sobre variação e mudança.

3.1.2.1 A definição de modo nos dicionários escolares e de linguística

A maioria dos dicionários escolares apresenta diferentes definições para o verbete modo. Nesta seção daremos maior destaque para as definições gramaticais, sobretudo as do modo imperativo, objeto de estudo desta pesquisa. Vejamos o que os autores afirmam:

> **modo**, s.m. (1.*modu*). 1. Forma ou maneira de ser ou manifestar-se uma coisa. 2. Maneira ou forma particular de fazer as coisas, ou de falar. 3. Forma, método. 4. Disposição de espírito das pessoas. 5. Jeito, habilidade, destreza. 6. Maneira de vestir; moda. 7. *Filos*. As diferentes maneiras de ação ou de existência de uma mesma substância. 8. *Mús*. Ordenação dos sons na escala diatônica. 9. ***Gram*. Variações que os verbos tomam e pelas quais eles exprimem as diversas maneiras por que se realizam os fatos por eles expressos**. *M. de ser*: forma especial de existência dos seres. *M.de vida*: emprego, ocupação, profissão. **M. imperativo, *Gram*.: o que exprime ordem, pedido, conselho, exortação ou súplica** [...]. (MARINS, 1995, p.604, grifo nosso)

> **modo** s.m. (sXIV cf. FichIVPM) **1** forma ou variedade particular de algo **1.1** maneira de ser ou de portar-se; conduta, procedimento<*reagiu de m.irracional*> **1.2** forma ou maneira de expressão; estilo< *m.brusco de falar*> < *escreve ao m. de meu avô*> **1.3** jeito possível, usual ou preferido de fazer algo <de que m. se liga este aparelho> [...] **5 GRAM cada um dos diferentes paradigmas que o verbo apresenta em algumas línguas, como as neolatinas, para indicar a modalidade, a atitude (de certeza, dúvida, desejo, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia [Em português há três paradigmas modais: indicativo, subjuntivo e imperativo; em outras línguas , como o optativo, o real, o irreal, etc.]** [...] **m. imperativo GRAM paradigma de formas verbais que exprimem ordem, pedido ou exortação; jussivo** [...]. (HOUAISS, 2001, p.1942, grifo nosso)

> **mo.do** sm (lat *modu*) **1** Forma ou maneira de ser ou manifestar-se uma coisa. **2** Maneira ou forma particular de fazer as coisas, ou de falar [...] **13 *Gram* Variações que os verbos tomam e pelas quais eles exprimem as diversas maneiras por que realizam os fatos por eles expressos [...] M.imperativo, Gram: o que exprime ordem, pedido, conselho, exortação ou súplica** [....]. (MICHAELLIS, 2002, p.1395, grifo nosso)

Com relação aos dicionários escolares, foi possível constatar que grande parte deles não traz uma abordagem clara quando apresenta as definições gramaticais de modo. De todos os dicionários consultados, o único que possui uma explicação mais clara e próxima das apresentadas nos dicionários de linguística (CÂMARA JR. 1964; JOTA, 1976; DUBOIS, 1978; TRASK, 2004) é o dicionário *Houaiss da língua portuguesa* (2002), ao retratar que o

modo é um paradigma que indica a modalidade e a atitude do falante em relação ao fato que enuncia. Passemos, agora, às definições encontradas nos dicionários de linguística.

Câmara Jr. (1964), baseado no estudo de Bally (1950, p.256), afirma que modo é uma propriedade que toma a forma verbal de designar a nossa atitude psíquica em face do fato que exprimimos, ou seja, a função lógica da modalidade é exprimir a reação do sujeito pensante à sua representação. Para ele, "na língua portuguesa há três modos essenciais, como herança tradicional indo-européia: indicativo, em que asseguramos o fato; subjuntivo ou conjuntivo, em que anunciamos um fato com dúvida; imperativo, em que queremos que um fato se dê […]" (CÂMARA JR, 1964, p.231).

O autor ainda continua sua afirmação e diz que o modo indicativo "ficou de tal sorte predominante, que interfere na área dos outros dois (subjuntivo e imperativo), cabendo à expressão da dúvida e da vontade a advérbios ou ao tipo de toda a construção frasal" (CÂMARA JR, 1964, p.28).

Já Jota (1976) apresenta uma definição um pouco mais completa do que seria modo. De acordo com a autora, modo é a categoria gramatical que consiste em exprimir o modo como se efetiva o processo verbal. Segundo Jota (1976), desde o indo-europeu já era possível encontrar um esvaziamento, ou distorção, dos modos. Existiam temas (= desinências) especiais para o indicativo, o imperativo, o subjuntivo, o desiderativo e o optativo. Segundo a autora, o subjuntivo indicava o processo que se esperava realizar, uma eventualidade ou vontade, o optativo, uma ação possível, e o desiderativo, um desejo ou uma intenção.

Para a autora (JOTA, 1976, p.209), o uso desses modos, contudo, "acabou por ser determinado pela estrutura da frase, obliterando-se o valor próprio de cada um". Em suma, a autora diz que o modo ou se obliterou no seu valor ou se alterou tão profundamente, que não há exagero em dizer que ele já não existe senão como forma, e assim mesmo limitado. No português, Jota (1976) considera que há três modos: indicativo, subjuntivo e imperativo.

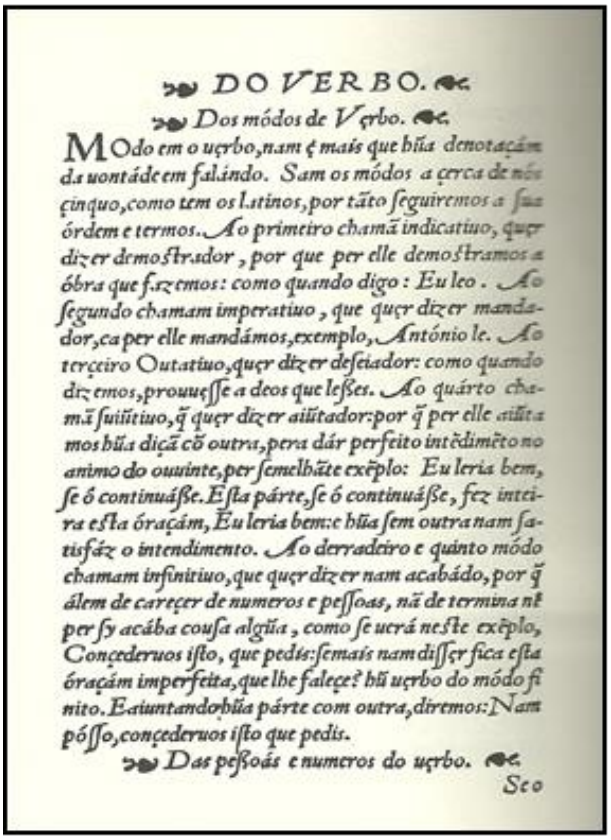
E, por fim, Dubois (1978, p.415) caracteriza modo como uma categoria gramatical, em geral associada ao verbo e que traduz o tipo de comunicação instituído pelo falante entre ele e seu interlocutor ou a atitude do falante com relação aos seus próprios enunciados. Trask (2004), assim como Dubois (1978), também afirma que o modo é a categoria gramatical que expressa o grau ou o tipo de realidade que se atribui a um enunciado.

3.1.2.2 A definição de modo nas gramáticas (primeiras, históricas e tradicionais)

Como poderemos observar, todos os autores aqui citados são unânimes em afirmar que no português temos três modos: indicativo, subjuntivo e o imperativo. Porém, estudos linguísticos mais recentes apresentam abordagens que põem em questão se esta afirmação é válida e muitos chegam até dizer que no português o modo imperativo já não se comporta mais como um modo independente. Nesta subseção, apresentaremos as definições de modo presentes nas primeiras gramáticas, nas históricas e nas tradicionais.

Em 1539-1540, João de Barros, em sua *Gramática da Língua Portuguesa*, já apresentava uma definição sobre modo. Segundo o autor, em português existiam cinco modos, assim como ocorria em latim, sendo eles o indicativo, o imperativo, o optativo, o subjuntivo e o infinitivo.

Figura 10. Capítulo sobre modo.



DO VERBO.

Dos módos de Vçrbo.

MOdo em o uçrbo, nam ç mais que hũa denotaçám da uontáde em falándo. Sam os módos a çerca de nós çinquo, como tem os Latinos, por tãto seguiremos a sua órdem e termos. Ao primeiro chamã indicatiuo, quçr dizer demostrador, por que per elle demostramos a óbra que fazemos: como quando digo: Eu leo. Ao segundo chamam imperatiuo, que quçr dizer mandador, ca per elle mandámos, exemplo, António le. Ao terçeiro Outatiuo, quçr dizer deseiador: como quando dizemos, prouuesse a deos que leßes. Ao quárto chamã suiũtiuo, q̃ quçr dizer aiũtador: por q̃ per elle aiũtamos hũa diçã cõ outra, pera dár perfeito intẽdimẽto no animo do ouuinte, per semelhãte exẽplo: Eu leria bem, se ó continuáße. Esta párte, se ó continuáße, fez inteira esta óraçám, Eu leria bem: e hũa sem outra nam satisfáz o intendimento. Ao derradeiro e quinto módo chamam infinitiuo, que quçr dizer nam acabádo, por q̃ álem de careçer de numeros e peßoas, nã determina nẽ per sy acába cousa algũa, como se ucrá neste exẽplo, Conçederuos isto, que pedis: semais nam dißer fica esta óraçám imperfeita, que lhe faleçe? hũ uçrbo do módo finito. E aiuntando hũa párte com outra, diremos: Nam póßo, conçederuos isto que pedis.

Das peßoás e numeros do uçrbo.

Sco

Fonte: BARROS, J. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa,1971, p.96 (organização de M.L.C. Buescu).

Sobre o modo imperativo, objeto de estudo desta pesquisa, Barros (1971 [1539-1540], p.330) afirma que "chamam imperativo que quér dizer mandador, ca per ele mandamos; exemplo: António, lê".

Partindo para uma perspectiva histórica, Lyons (1979, p.322), define modo como a "atitude do falante em relação ao *status* factual do que está dizendo isto é, sua certeza e ênfase, sua incerteza ou dúvida, etc."

Baseada nos estudos de Lyons (1979), Matos e Silva (1989) afirma que em português há três modos: o indicativo, o subjuntivo e o imperativo. Sobre estes dois últimos modos e partindo de uma definição semântica, a autora diz que o modo subjuntivo e o imperativo se sobrepõem do ponto de vista da forma.

Segundo Mattos e Silva (1989, p.405), exceto a segunda pessoa do singular e a segunda pessoa do plural, as demais pessoas do imperativo e todo o imperativo negativo "são homónimos ou homomórficos às formas do subjuntivo". A autora ainda conclui dizendo que numa classificação semântica a oposição básica se faz entre o indicativo e o imperativo-subjuntivo.

Câmara Jr (1972, p.95) também admite que o modo imperativo apresenta um baixo rendimento, ao afirmar que este está sendo substituído pelo indicativo, através de uma forma indireta de ordem, parecendo mais um pedido. Sobre este assunto, Câmara Jr. (1972), a respeito do modo imperativo, diz que este é utilizado para exprimir ordem, tendo relação com o presente e com o futuro. O autor ainda ressalta que as formas imperativas são apenas referentes às segundas pessoas, porém considera também a existência da terceira pessoa, devido ao que ele chama de "tratamento indireto", e a primeira pessoa do plural, pois o falante pode se inserir na ordem expressa.

O autor também explica que a correspondência das formas do imperativo com a do presente do indicativo relativas a *tu*, na perspectiva histórica, provêm do imperativo latino. A respeito dessa relação, Câmara Jr. (1964) declara ser aquele mais "agressivo" e este usado para expressar ordens de forma mais indireta.

Nas gramáticas tradicionais, Cunha (1970) chama de modo as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia. Segundo o autor, existem três modos em português: o indicativo, o subjuntivo e o imperativo.

Para Cunha (1970), o indicativo apresenta o fato de um modo real, certo, positivo (*Estudo português.*; *Voltei do trabalho.*[44]). O modo subjuntivo serve para expressar um desejo, apresenta o fato como possível ou duvidoso (*Meus pais desejam que eu estude.*). E, por fim, o modo imperativo apresenta o fato como uma ordem, um conselho, uma exortação ou uma súplica (*Estuda português, para que passes de ano.*).

Cunha e Cintra (1985) definem modo como a propriedade que o verbo tem de indicar a atitude da pessoa que fala ao fato que se enuncia. Os autores reconhecem para o português três modos: indicativo, subjuntivo e imperativo.

O modo indicativo, segundo os autores, indica uma ação ou um estado considerados na sua realidade ou na certeza, quer fazendo referência ao presente, quer ao passado ou ao futuro. Por sua vez, o modo subjuntivo expressa a existência ou não do fato como algo incerto ou duvidoso, eventual ou irreal. E, por fim, o modo imperativo serve para "exortar o nosso interlocutor a cumprir a ação indicada pelo verbo. É, pois, o modo da exortação, do conselho, do convite, do que propriamente do comando ou da ordem" (CUNHA; CINTRA, 1985, p.465).

Rocha Lima (1994) também faz afirmações sobre o modo imperativo, não trazendo nenhuma informação adicional. Sua fala não diferencia das dos demais autores. Para ele, usamos este modo para manifestar o que queremos que uma ou mais pessoas façam. O autor ainda discorre afirmando que o imperativo é um modo misto, já que é formado pelo presente do indicativo e presente do subjuntivo e que o imperativo é extraído em sua plenitude do presente do subjuntivo. Passamos agora para as definições de modo segundo os linguístas.

3.1.2.3 A definição de modo nos demais trabalhos linguísticos

Jespersen (1924) define modo como uma categoria sintática, que é mostrada através do processo de flexão verbal, enquanto a modalidade está localizada na esfera da categoria nocional. De acordo com o autor, ela (modalidade) não é expressa em todas as línguas através da morfologia verbal, sendo muitas vezes representada pelos verbos modais ou partículas que podem ser separadas dos verbos.

Palmer (1986, p. 21) também ressalta que é relavante realizarmos uma distinção entre *modo* e *modalidade* ao estudarmos a categoria *modo*. Para o autor,

[44]Exemplos retirados de Cunha (1970, p.254-255).

> *The distinction between mood and modality is the similar to that between tense and time, gender and sex. There are, however, some problems concerning both the terminology and the nature of mood and the way it relates, or is seen to relate, to modality.*[45]

Segundo Palmer (1986, p.21) o termo **modo** é tradicionalmente restrito a um estado expresso na morfologia verbal, e é formalmente uma categoria morfossintática do verbo, como tempo e aspecto, embora a sua função semântica relacione-se com o conteúdo de toda a sentença. Já a modalidade é definida pelo autor como a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante. Palmer (1986), baseado nos estudos de Jespersen (1924), distingue a modalidade em duas categorias: a epistêmica e a deôntica[46] e suas subcategorias.

Para Palmer (1986), a modalidade epistêmica relaciona-se com as noções de possibilidade e necessidade e envolve também o grau de compromisso do falante com o que ele diz, incluindo, dessa forma, os juízos próprios e o tipo de garantia que ele tem para o que ele diz. Já a modalidade deôntica relaciona-se às modalidades como contendo um elemento de vontade.

De acordo com Palmer (1986), a modalidade, de uma maneira abrangente, acontece por meio dos verbos lexicais relacionados à expectativa e ao desejo (*I hope John will come.*) e imperativos (*Come here.*)[47]. Porém, o autor declara que a modalidade não está somente ligada ao verbo, mas à toda a sentença. No caso do inglês, por exemplo, a modalidade também é marcada em outros termos da oração, envolvendo os verbos modais, como advérbios (*maybe*, *probably*, etc.).[48]

Para o autor, em suma, a modalidade caracteriza uma categoria que possui um conjunto de formas que permitem a expressão do posicionamento do falante com relação ao que seria a possibilidade de um evento apresentado por um verbo. Já modo seria uma das possibilidades de se expressar a modalidade.

Travaglia (1981), ao fazer algumas considerações sobre modo, em especial do modo imperativo, afirma que suas flexões marcam essencialmente modalidade, acrescentando que o imperativo é enunciado no tempo presente, mas expressa uma ação que está por realizar-se.

O autor define modo como "a atitude do falante com relação ao seu próprio enunciado, a explicitação da atitude psíquica do falante em face da situação que exprime"

---

[45]"A distinção entre modo e modalidade é semelhante à que existe entre tempo gramatical (*tense*) e tempo (construto mental, *time*), gênero e sexo. Existem, no entanto, alguns problemas relativos tanto à terminologia quanto à natureza do modo e a maneira como ele se relaciona, ou parece se relacionar, à modalidade."

[46]A modalidade deôntica está relacionada à conduta, ou seja, à atitude do falante em relação aos valores de dever e a epistêmica, à verdade, à crença e ao conhecimento (PALMER 1986, p.16).

[47]Exemplos retirados de Palmer (1986, p.29). "Eu espero que João venha" e " Venha aqui".

[48] "Talvez" e "provavelmente".

(TRAVAGLIA, 1981, p.295). Travaglia (1981) apresenta as noções modais que podem ser indicadas: certeza, prescrição, obrigação, necessidade, intenção, possibilidade e probabilidade. A cargo das formas verbais imperativas fica a expressão da prescrição ordenativa positiva ou negativa.

Ilari e Basso (2007), a partir de uma visão descritiva, declaram que o modo se refere àquilo que se altera nas sentenças, opondo-se a *dictum*, o conteúdo proposicional que não se altera. De acordo com os autores, os modos são capazes de distinguir ações, colaboram na distinção entre o real e o irreal e aparecem como parte de certos automatismos sintáticos. Para os autores, em um dos eixos da "área modo" está a modalização.

O aspecto mais relevante ressaltado por Ilari e Basso (2007) consiste no fato de que, ao analisarmos os exemplos de modalidade nas línguas naturais, devemos sempre considerar que eles precisam ser analisados levando em conta seu vínculo com a realidade. Neste caso, ao modalizar, o falante acaba considerando um determiando estado de coisas a partir de conhecimentos, valores ou obrigações que são estabelecidos e compartilhados por seu interlocutor.

Fazendo um recorte e detendo-se à definição do modo imperativo, Pontes (1972), ao fazer sua análise sobre o modo, afirma que em português temos apenas o modo indicativo e o modo subjuntivo, não fazendo qualquer tipo de comentário sobre o modo imperativo. Porém, ao final de sua obra, a autora afirma que não temos mais o imperativo, mas uma extensão do uso do presente do indicativo.

Menon (1984) afirma que, por mais que em uma língua não exista o modo imperativo, isso não atesta que não haja outros recursos que possam exprimir ordem ou proibição. Neste caso, para dar ordem, além da utilização de outros modos que não sejam o imperativo, nem precisamos utilizar palavras, bastando gestos, sinais ou olhares. Assim, o trabalho de Menon (1984) corrobora os resultados alcançados por outros trabalhos da sóciolinguística, que mostram que no PB há outras formas que variam com o imperativo para expressar ordens ou pedidos.

Para Stavrou (1973, p.93), a forma variante seria o presente do indicativo e esse uso, ao invés da forma subjuntiva, ocorre devido a *"the softening of command forms"* ["abrandamento das formas de comando"], que é uma espécie de suavização das formas imperativas. De acordo com o autor, no PB falado não usamos mais o subjuntivo para expressar o imperativo, mas sim a forma indicativa.

Perini (1995, p.257) também nos apresenta suas reflexões acerca do modo em PB. De acordo com o autor, tradicionalmente se considera que os verbos codificariam uma oposição

semântica de modo. Neste caso, teríamos em português basicamente três modos: a) indicativo, que exprimiria uma atitude de certeza do falante quanto ao que declara (*Selma afirmou que lavou o carro ontem.*); b) imperativo, que indicaria ordens ou desejos (*Lave o carro!*) e, por fim, c) subjuntivo, que expressaria atitudes de incerteza, dúvida ou desejos (*Duvido que Selma lave o carro.*).

Porém, o autor declara que a oposição de modo em português tende a se tornar puramente formal. No caso do imperativo, ordens e pedidos podem perfeitamente ser veiculadas por orações no indicativo, como mostra o exemplo (29):[49]

(29)

Você poderia fechar essa janela.

Neste caso, podemos observar uma correlação unidirecional entre modo verbal e modo semântico. Segundo Perini (1995, p.259), o imperativo expressa a atitude de dar uma ordem ou fazer um pedido; entretanto não é só o imperativo que possui esta função.

Monteiro (2002) também faz suas considerações sobre o imperativo, porém afirma que o imperativo existe apenas com a 2ª pessoa, seja ela do singular ou do plural, pois as ordens são dirigidas ao ouvinte, ou seja, aquele com quem se fala. As demais formas são derivadas do presente do subjuntivo e para o autor não fazem parte do paradigma do imperativo.

O argumento apresentado por Monteiro (2002) consiste no fato da existência de duas desinências modo-temporais diferentes, uma oriunda do presente do indicativo e outra do presente do subjuntivo. Para o autor, este fato seria incoerente, pois

> O modo imperativo na realidade só possui a segunda pessoa (singular e plural), já que as ordens ou instruções são em geral dadas diretamente ao ouvinte (Lyons, 1979:323). Entretanto, algumas gramáticas conjugam as demais pessoas, com exceção da primeira, usando as formas do presente do subjuntivo. Se aceitarmos esse procedimento, indicaremos duas desinências modo-temporais diferentes, uma tirada do presente do indicativo (Ø) e outra do presente do subjuntivo (/e/ ~/a/), o que se torna incoerente. (MONTEIRO, 2002, p.103)

[49] Exemplo retirado de Perini (1995, p.259).

Outro aspecto interessante abordado por Monteiro (2002) é sobre a formação do imperativo negativo. Para o autor, o imperativo negativo não apresenta uma existência própria. De acordo com ele, teríamos o presente do subjuntivo empregado para fazer o papel do modo imperativo, aliás, o que é, para Monteiro, muito comum na língua portuguesa.

Para Vilela e Koch (2001), o modo é a interferência do sujeito falante no processo verbal; sobre o modo imperativo, os autores o consideram como uma forma semiconjugada, em função da maior parte das formas coincidirem com presente do subjuntivo. Segundo os autores, o valor do imperativo está relacionado a qualquer situação comunicativa e só pelo contexto sabemos se ele (o imperativo) está sendo usado para expressar imposição, conselho ou pedido. Vilela e Koch (2001) ainda afirmam que há outras formas que podem ser utilizadas no lugar do imperativo, como, por exemplo, frases com o infinitivo, o presente do indicativo, o futuro, frases subordinadas, etc.

E, por fim, Bagno (2011, p.566) propõe que o modo imperativo é descrito de modo tradicional como "aquele em que o falante emite uma ordem, um comando, uma exortação, um pedido, etc.". O autor afirma que as gramáticas tradicionais e os materiais didáticos se apoiam nesta definição tradicionalista, apresentando "um quadro de formação do imperativo que não corresponde em nada à realidade do PB falado e escrito nos dias de hoje" (BAGNO, 2011, p.566).

Segundo Bagno (2011), a gramática tradicional se apega a uma descrição exaustiva dos usos do pronome *tu*, que, de acordo com o autor, são marcas de variação regional, e do pronome *vós*, que não é mais utilizado na fala. Ressaltamos que o pronome *vós* pode aparecer em textos específicos, como, por exemplo, em traduções da Bíblia.

O autor ainda afirma também que "a riqueza de expressão do imperativo no PB precisa ser reconhecida no ensino e nos materiais dedicados ao ensino" (BAGNO, 2011, p.572). Para Bagno (2011), a insistência na preservação tradicional da formação do imperativo, que no ponto de vista do autor é uma visão extremamente pobre se comparada à realidade do uso, cria como consequência um sentimento entre os falantes de que a língua é difícil e que ninguém sabe usá-la de modo correto.

3.1.3 Aspecto

Para mostrar que o imperativo se expressa a partir das relações de modo em PA, e não se refere a questões aspectuais, exploraremos nesta seção a noção de aspecto.

Ao analisar as gramáticas tradicionais, podemos observar que a categoria do aspecto é relatada de modo superficial. O que encontramos são descrições breves ou sua definição que está relacionada à descrição da categoria dos tempos verbais.

Segundo Barbosa (2008, p.78), existem dois motivos que justificam este comportamento: 1º) na língua portuguesa não há, realmente, marcas morfológicas características da categoria, como há em russo e em outras línguas eslavas, por exemplo, e 2º) **tempo**, **modo** e **aspecto** podem vir amalgamados tanto em desinências como em lexemas adjacentes (verbos auxiliares, adjuntos adverbiais, etc.).

Porém, existem estudos linguísticos que abordam o conceito da categoria de aspecto e pontuam fatos relevantes para os estudos da língua.

Câmara Jr. (1975 [1970], p.126) afirma que os gramáticos latinos não haviam depreendido a noção geral do "aspecto", porém, desde o gramático Varrão (séc. I a.C), tinham reconhecido a oposição entre evento concluso e inconcluso que apresentavam as formas verbais latinas. Segundo o autor, o aspecto é o modo de ser da ação, apresentando o processo verbal do ponto de vista da sua duração (CÂMARA JR., 1989 [1957], p.141). Essa duração do processo pode ser caracterizada das seguintes formas: "1) como um ponto, ou instantâneo; 2) como uma linha apreciável de duração contínua ou repetida; 3) como apenas iniciado; 4) como concluso; 5) como permanecendo em seus efeitos depois de realizado; e assim por diante" (CÂMARA JR., 1989 [1957], p.148).

Said Ali (1964 [1931]), por sua vez, ao contrário de Câmara Jr. (1989 [1957]), que apresenta um estudo um pouco mais detalhado, retrata de modo mais indireto a noção de aspecto, quando afirma que o presente e o pretérito imperfeito do indicativo expressam ação durativa, ou seja, expressam um "aspecto durativo".

O estudo de Castilho (1966) é considerado um dos pioneiros em relação à temática do aspecto verbal. O autor relata que o aspecto é "a relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração e desenvolvimento" (CASTILHO, 1966, p.14), podendo designar os seguintes valores fundamentais: completamento (perfectivo), duração (imperfectivo), repetição (iterativo), e neutralidade (indeterminado). O autor também ressalta que há outros recursos linguísticos para se expressar o aspecto, entre os quais destacamos: o semantema do verbo, a flexão temporal, os adjuntos adverbiais, certos tipos oracionais, o complemento do verbo, as perífrases e os sufixos.

Travaglia (1994), assim como Castilho (1966), fez um estudo sobre o aspecto em português. Para o autor, o aspecto é uma "categoria verbal de Tempo, não dêitica, através da

qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vistas: o do desenvolvimento, do completamento e da realização da situação" (TRAVAGLIA, 1994, p.44).

Já Perini (1995, p.256) afirma que, para estudarmos o aspecto, é preciso diferenciá-lo da noção de tempo semântico. De acordo com o autor, ao observarmos as seguintes orações: a) *Meu tio escreveu um livro.* e b) *Meu tio estava escrevendo um livro.*, é possível notar uma diferença semântica nítida entre elas, e não se trata de uma diferença de referência temporal, uma vez que ambas se situam no passado. Para o autor, neste caso, trata-se de uma diferença de aspecto. Baseando-se no estudo de Comrie (1976), Perini (1995) afirma que os aspectos são maneiras diferentes de encarar a constituição interna de uma situação e, para explicar este conceito, o autor faz uso do seguinte exemplo:

(30)

Cecília estava lendo quando eu entrei.

De acordo com Perini (1995), ao lermos atentamente a sentença acima, o fato veiculado por *entrei* é considerado globalmente e, segundo Comrie (1976, p.3), "[a situação] é apresentada como um todo único, não analisável, com começo, meio e fim englobados em uma coisa só; não há tentativa de dividir a situação nas várias fases individuais que compõe a ação de entrar".

Neste sentido, Perini (1995, p.256) afirma que a locução verbal presente na primeira parte da oração (*estava lendo*) é considerada o desenvolvimento e focaliza o meio da ação, e não o seu início ou fim. Para o autor, o resultado é que a interpretação semântica inclui a ideia de que "eu" "entrei" durante o desenvolvimento da ação de ler, executada por Cecília. Assim, a diferença semnântica entre as duas formas verbais não deve ser considerada uma diferença de tempo semântico. Segundo Perinir (1995, p.256), *entrei* expressa o aspecto perfectivo e *estava lendo*, o aspecto imperfectivo.

Mateus et al. (2003, p.129) também nos chamam a atenção para a definição do aspecto e declaram que esta categoria "fornece informações sobre a forma como é perspectivada ou focalizada a estrutura temporal interna de uma situação, descrita pela frase, em particular, pela sua predicação".

Segundo as autoras (MATEUS et al., 2003, p.133), na língua portuguesa, assim como em outras línguas naturais, a noção aspectual pode ser expressa por afixos portadores de informações temporais, através de construções com auxiliares e também por meio de

combinações de vários fatores presentes em uma determinada frase, como por exemplo, alguns advérbios e sintagmas nominais, dependendo da sua natureza sintático-semântica, como podemos observar a seguir:[50]

(31)

a. A Maria **canta** árias de óperas famosas.
b. A Maria **cantava** árias de óperas famosas.
c. A Maria **costuma cantar** árias de óperas famosas.
d. A Maria **cantou** árias de óperas famosas **durante muitos anos.**

Já de acordo com Bagno (2010, p.547), a enunciação do aspecto serve para exprimir o ponto de vista do enunciador acerca dos eventos e/ou estado de coisas que ele relata. A palavra *aspecto* deriva da raiz indo-europeia **spek-* (*ver*) e, de fato, o aspecto verbal nos mostra de que maneira o falante vê (ou seja, percebe, analisa, avalia, considera e julga uma determinada informação) aquele desdobramento.

Castilho e Elias (2012) também apresentam definições para o aspecto em português. Para os autores, o aspecto verbal é usado para expressar um ponto de vista sobre o sentido do verbo, ou seja, se representa uma duração, não duração, repetição e resultado. Quando o verbo indica uma duração, é possível representar o grau do desenvolvimento dessa duração, ou seja, começo, meio e fim. Assim, nos exemplos[51] adiante, podemos observar as seguintes situações:

(32)

a. **Estou lendo** um livro de autoajuda fantástico.
b. Se **está recebendo** conselhos de outra pessoa...
c. Você que **escreveu**?
d. Eu **comprei**...
e. Autoajuda não **inclui** outra pessoa.

[50] Exemplos retirados de Mateus et al. (2003, p.133).
[51] Exemplos extraídos de Castilho e Elias (2012, p.161).

Em (a) e (b), os verbos *ler* e *receber* representam ações em seu desenvolvimento, em sua duração, ao passo que, nos exemplos (c), (d) e (e), as formas verbais *escrever*, *comprar* e *incluir* são apresentados em sua completude, ou seja, como ações acabadas.

Neste sentido, Castilho e Elias (2012, p,162) declaram que o aspecto verbal pode representar, portanto: a) o que dura (aspecto imperfectivo); b) o que começa e acaba (aspecto perfectivo) e c) o que se repete (aspecto iterativo), como já fora mencionado em parágrafos anteriores.

3.2 O CONCEITO DE MORFEMA

O conceito de morfema é muito importante quando se trata de análises morfológicas. Nesta pesquisa, para realizar a análise dos dados mapeados, tomamos como ponto de partida a fragmentação das formas verbais em unidades mínimas portadoras de significado.

A respeito da definição de morfema, Freitas (1979) reúne os trabalhos de diversos autores (FREI, 1954; MARTINET, 1960; CÂMARA JR., 1964; POTTIER, 1968; ADRADOS, 1969 e NIDA, 1970), mostrando, através dos pontos divergentes e convergentes de cada estudioso, que existe uma imprecisão nos critérios, pois não há o consenso de uma definição que se aplique de modo eficaz para classificar todos os tipos de morfemas existentes. Quando a teoria se aplica em um caso, ela é falha em outro.

Rocha (1999, p.27) afirma que foi no advento de descrever as línguas que os estruturalistas chegaram ao conceito de morfema. Bloomfield (1984 [1933], p.564) define morfema como uma forma recorrente (com significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores. A esse respeito, Basílio (1974, p.80) ainda propõe que:

> dois passos são fundamentais no processo de identificação dos morfemas. No primeiro, o da segmentação, serão isoladas na cadeia da fala seqüências fônicas recorrentes mínimas que apresentam significado; no segundo, o da classificação, serão considerados membros do mesmo morfema os morfes que apresentam distintividade fonético-semântica comum.

Para Rosa (2000, p.48), cada morfema é um átomo de som e significado – isto é, um signo mínimo. De acordo com essa perspectiva, a morfologia é o estudo desses átomos e das combinações que podem ocorrer. Segundo a autora, o papel da morfologia passa ser o de

juntar "pedaços de material", ou morfemas (que são signos mínimos), para que se possa fazer uma análise estrutural ou sintagmática (ROSA, 2000, p.45).

Já Kehdi (2003, p.40) apresenta uma definição sobre morfemas baseada no *Dicionário de Lingüística e Gramática* de Câmara Jr. (1964). O autor diz que os morfemas, do ponto de vista do significante, podem ser divididos em: aditivos, subtrativos, alternativos, reduplicativos, de posição e zero. [52]

Dos tipos de morfemas constituintes das formas verbais do PA estudadas, o mais recorrente é o morfema zero, já que as formas verbais imperativas coincidentes com a do presente do indicativo não possuem morfemas modos temporais, ou melhor, os morfemas que os representam não se manifestam foneticamente; assim, eles são representados pelo morfema zero que marca essa ausência.

Segundo Kehdi (2003, p.47), o morfema zero é postulado se três condições forem satisfeitas: 1) é preciso que o morfema zero corresponda a um espaço vazio; 2) esse espaço vazio deve opor-se a um ou mais segmentos em outras formas; 3) a noção expressa pelo morfema zero deve ser inerente à classe gramatical do vocábulo examinado. De acordo com o autor, são comuns, na língua portuguesa, os exemplos de morfema zero (Ø) na flexão verbal, uma vez que as desinências modo-temporais e número-pessoais são frequentemente representadas por Ø. Por exemplo, ao compararmos as formas verbais *falávamos* x *falava*, podemos destacar o morfema *-mos*, indicando a primeira pessoa do plural. Já em *falava*, forma verbal que representa tanto a primeira quanto a terceira pessoal do singular, não se destacou nenhum segmento que represente a noção de número-pessoa. Neste caso, a ausência de marca, aqui, indica a pessoa e o número. Assim, a representação desta ausência é dada morfologicamente pelo uso do morfema zero.

Ainda sobre a definição de morfemas, é importante ressaltar a existência do processo de cumulação. Para Rosa (2000, p.65), na análise morfêmica espera-se a que um elemento de significado deva corresponder um elemento no nível da expressão e vice-versa. Porém, propor que um único morfe possa representar a vogal temática e a desinência para TMA[53] (verbo *amar* conjugado na segunda pessoa do singular: *am- [raiz]*, *-a- [VT+ind.pres] +-s [2ªps])* quebra a afirmação inicial, uma vez que um único morfe representa duas posições distintas do padrão verbal, como pode ser observado em *amo* (1ª ps do presente do indicativo).

[52]Nesta tese não abordaremos com mais detalhes as definições dos demais tipos de morferma, uma vez que para as análises dos resultados nos detemos apenas ao uso do morfema zero.
[53]Segundo Rosa (2000), TMA deve ser lido como tempo-modo-aspecto.

Carone (2000, p.29) também faz ressalvas importantes sobre o processo de *cumulação*. De acordo com a autora, cumulação é o nome que se dá ao fenômeno de um só morfema conter em si dois ou mais valores, cuja existência só pode ser comprovada pelo processo de comutação, ou seja, pela troca de um morfema por outro em um processo flexional, por exemplo. Segundo a autora, se pegarmos o morfema verbal *-s* em *amas*, é impossível dizer onde reside a pessoa (2ª) e o número (singular) sem considerar o processo de cumulação. De acordo com Carone (2000, p.29), se comutarmos *-s* por *-is* (*amais*), teremos a mesma pessoa, mas outro número. Já se trocarmos Ø (*ama-* Ø), ficaremos com o mesmo número, porém outra pessoa.

Outro conceito importante, quando se realizam trabalhos na área de morfologia, é a definição de radical. Para a discussão dos resultados, este tipo de noção é extremamente importante, pois partimos da fragmentação da estrutura morfológica do verbo para poder obter uma análise mais detalhada. Embora o conceito de radical seja relevante nos estudos de morfologia, nem todos os autores o delimitam da mesma maneira, com relação à língua portuguesa.

Baseado em diversos trabalhos morfológicos, Rocha (1999, p.103) declara que, para identificarmos o radical de uma palavra, deve-se flexionar o nome em gênero e número e o verbo em pessoa, número, tempo, modo e aspecto. A parte comum às variações de flexão é o radical. A ideia é que o radical, diferentemente da raiz, pode ser decomposto, como, por exemplo, a palavra *saltitar* pode ser dividida da seguinte forma: $[[salt]_{R]}\ it]_{R2}a]\ _{tema]}r]$.

A respeito da definição de radical, Cagliari (2002, p.51) declara que é uma unidade formada pela raiz e pelos afixos. As desinências são deixadas de lado. De acordo com o autor, a partir de uma forma de base ou raiz lexical, podemos ter radicais criados pela adjunção sucessiva de morfemas (*mar*, *mares* , *marinha*, *marinheiro*, *submarino*, etc). [54]

Cagliari (2002, p.51) ainda afirma que na tradição portuguesa há uma diferença entre raiz e radical. Tomando como base os exemplos mencionados no parágrafo anterior, a raiz é *mar* e através delas podemos formar muitos radicais, removendo as flexões e as vogais temáticas. Já o radical corresponde à raiz somente na forma mais primitiva da palavra. De acordo com o autor, "o termo inglês que corresponde à noção de radical é *stem*, ou seja, é a formação morfológica que agrega todos os elementos, exceto as desinências de flexão" (CAGLIARI, 2002, p.51).

[54] Exemplos retirados de Cagliari (2002, p.51).

Kehdi (2003, p.27) também declara que o radical corresponde ao elemento irredutível e comum às palavras da mesma família. Para o autor, devemos evitar a designação de raiz, vinculada à perspectiva diacrônica, para se referir ao radical. O autor ainda ressalta que muitas vezes não há coincidência entre os enfoques sincrônico e diacrônico, por exemplo, em *comer*, o radical é *com-* (*comid*a, *comilão*), ao passo que a raiz é *ed-*. A raiz faz parte "do domínio da origem histórica e o radical é do domínio da sincronia da língua" (KEHDI, 2003, p.26-27).

Além do exemplo citado por Kehdi (2003), podemos mencionar também a palavra *vinagre*, que apresenta na formação de sua raiz histórica duas palavras. Segundo Nascentes (1952), a palavra *vinagre* é formada por duas raízes latinas e significa "líquido ácido resultante da fementação ácida de um vinho". De acordo com o autor, seus componentes lexicais são *vinun* (vinho) + *acre* (ácido). Assim, enquanto a raiz de *vinagre* é *vinun acre*, o radical desta palavra é *vinagr-*.

Para a realização desta tese não tomamos como base a definição de radical proposta por Kehdi (2003) que leva em consideração os enfoques sincrônicos e diacrônicos. Optamos por adotar o mesmo procedimento proposto por Rocha (1999) a fim de encontrar os radicais das formas verbais do modo imperativo. As partes que são comuns às variações da flexão, adotamos como radical. Por exemplo, nas formas verbais *cantei*, *cantava*, *cantara* e *cantai*, afirmamos que o radical é *cant-*, parte comum e invariável nas quatro formas.

Os conceitos acima foram de extrema importância para o desenvolvimento das análises dos dados, uma vez que partimos da fragmentação da estrutura morfológica do verbo para poder obter uma análise mais detalhada do comportamento das formas verbais imperativas em PA. Passemos agora para uma apresentação mais detalhada sobre a estrutura morfológica dos verbos em língua portuguesa.

3.3 MORFOLOGIA VERBAL

Sobre a estrutura mofológica dos verbos portugueses, Câmara Jr. (1975 [1970], p.144) apresenta a seguinte representação:

(33) T (= R+ V) + SF (= SMT+ SNP) [55]

Para o autor, essa estrutura é a mesma que apresentam os verbos latinos[56] (*amābāmus* = *amā* (=*am* +*ā*) + *bamus* (= *bā* + *mus*)). Segundo Câmara Jr. (1975 [1970]), qualquer um dos constituintes da fórmula, depois do radical do verbo, pode faltar ou equivaler a **Ø**. O SMT é zero no presente do indicativo, em paralelismo com a estrutura latina.

Laroca (2005, p.61) também apresenta estudos sobre a morfologia verbal portuguesa e, além da estruturação proposta por Câmara Jr. (1975 [1970]), a autora acrescenta o sufixo verbo-nominal[57] e ressalta que a estrutura verbal pode ser representada de forma hierárquica da seguinte maneira:

(34)

(R + ST) + SMT) + SNP)

R = raiz ou radical
ST = Sufixo temático ou vogal temática
SMT = sufixo modo- temporal
SNP = sufixo número – pessoal
SVN = sufixo verbo – nominal

A autora toma como exemplo a forma verbal *cantávamos* (2ªpp, pretérito imperfeito do modo indicativo), aplicada na fórmula acima. O resultado obtido é: *cant-* (radical), *-a* (sufixo temático/vogal temática), *-va* (sufixo modo-temporal) e *-mos* (sufixo número-pesoal). Aplicando a mesma estrutura para a forma *cantando*, temos: *cant-* (radical), *-a* (sufixo temático/vogal temática) e *-ndo* (sufixo verbo-nominal) (LAROCA, 2005, p.61).

Segundo Laroca (2005, p.61), os STs representam os morfemas de 1ª, 2ª e 3ª conjugações. Por sua vez, os SMTs são os morfemas de presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito mais-que-perfeito do

[55]Lê-se T = tema, R= radical, V= vogal temática, SF= sufixo flexional, SMT= sufixo modo-temporal e SNP= sufixo número-pessoal.
[56]Câmara Jr., 1975 [1970], p.144).
[57]O SVN não consta no exemplo de Laroca (2005, p.61), porque pode ser encontrado apenas nas formas nominais (gerúndio, particípio e infinitivo), não flexionadas em pessoa. Porém, contruímos alguns exemplos a fim de visualizarmos de modo completo a estrutura morfológica verbal apresentada pela autora: *amando* (*am*+*a*)+ *ø*) + *ndo*; *amado* (*am*+*a*)+ *ø*)+ *do*; *amar* (*am*+*a*) + *ø*) +*r*.

indicativo, futuro do presente do indicativo, futuro do pretérito do indicativo, presente do subjuntivo, pretérito imperfeito do subjuntivo, futuro do subjuntivo e imperativo.

Já os SVNs representam as formas nominais dos verbos, que, segundo a autora, são os morfemas de gerúndio, infinitivo e particípio. E, por fim, temos os SNPs, que são os morfemas da primeira pessoa do singular e plural, segunda pessoa do singular e plural e terceira pessoa do singular e plural.

Em relação aos sufixos temáticos (vogais temáticas), encontramos algumas mudanças morfofonêmicas relevantes descritas por Laroca (2005, p.67):

A) Supressão dos morfes STs na primeira pessoa do singular do presente do indicativo: *Canto* (*cant- a- ø- o*), etc. Essa supressão também se verifica no imperativo, nas pessoas derivadas do presente do subjuntivo;

B) Neutralização morfofonológica nos STs da segunda e terceira conjugações no presente do indicativo, com implicações de identidade ortográfica nas estruturas onde o morfe temático é o segmento vocálico átono: *vend-e-s*/ *part-e-s*;

C) Neutralização morfológica e crase do ST na segunda e terceira conjugações com o morfe da primeira pessoa do singular no pretérito perfeito do indicativo: *vend-i- ø-i*. (crase);

D) Crase do ST da terceira conjugação com o morfe da segunda pessoa do plural: *part-i- ø- is* (crase);

E) Harmonização vocálica do ST da primeira conjugação na primeira e terceira pessoa do singular respectivamente: *cant-e-i*/ *cant-o-u*.

A autora apresenta quadros dos sufixos temáticos, sufixos modo-temporais, sufixos verbo-nominais e dos sufixos número-pessoais, com seus respectivos morfes e alomorfes:

Quadro 3: Lista dos sufixos temáticos e suas realizações.[58]

Morfema	**Alomorfes**
1ª Conj	*/-a-~-e-~o-/* Ex: *-a- cant-a-mos* *-e- cant-e-i* *-o- cant-o-u* *- cant- ø-e-m*
2ª Conj	*/-e-~-i-/* *Ex: -e- vend-e-mos* *-i- vend-i-do* *vend- ø-a-m*
3ª Conj	*/i-~-e/* Ex: *-i- part-i-mos* *-e- part-e-m* *part- ø-a-m*

Fonte: Laroca (2005, p.66)

Quadro 4: Lista dos sufixos modo-temporais e verbo-nominais.

Morfema	**Morfes/Alomorfes**
{pres.ind}	*Ø*
{pret.imp.ind}	*/-va~-ve-~/~/-ia- ~-ie/*
{pret.perf.ind.}	*/ ø~-ra-/*
{pert. + que perf. ind.}	*/-ra-~-re-/*
{fut.pres.ind.}	*/-re-~-ra-/ (tônicos)*
{fut.pret.ind.}	*/-ria-~-rie-/*
{pres.subj.}	*/-e-~-a-/*
{pret.i,p.subj.}	*-sse-*
{fut.subj.}	*-r-*
{imper.}	*/Ø~-e-/ ~/ Ø~-a-/*
{infinit.}	*-r-*
{ger.}	*-ndo*
{part.}	*-do*

Fonte: Laroca (2005, p.67).

Monteiro (2002, p.109) afirma que, em virtude da ocorrência de diversos tempos e pessoas gramaticais, há um número considerável de desinências. A chamada segunda pessoa do plural já desapareceu e as desinências número-pessoais estão sofrendo um processo de neutralização, com a introdução de outras formas pronominais como *você(s)* e *a gente*.

[58] Ressaltamos que Laroca (2005) apresenta em seu texto uma incoerência ao grafar os sufixos temáticos das formas verbais imperativas. Ao retratar o paradigma flexional do imperativo, a autora marca o processo de supressão de vogal temática, das forma derivadas do presente do subjuntivo, da seguinte maneira: *cant-e-m*. Já na tabela de sufixos temáticos, ela faz uso do morfema zero (ø) para retratar o mesmo fenômeno.

As mudanças apresentadas por Monteiro (2002) são significativas, pois afetam diretamente o mecanismo da flexão verbal, sobretudo das formais verbais conjugadas no modo imperativo, tema de estudo desta pesquisa.

Voltando para a descrição da morfologia verbal, Cagliari (2002) apresenta um *layout* um pouco mais detalhado em relação aos demais autores já citados. De acordo com o autor, temos que a estrutura morfológica dos verbos do português é a seguinte:

(35)

({prefixos}) {raiz} (sufixos N/V) {V. T.} ({desinências verbais})

Para Cagliari (2002, p.62), as desinências verbais correspondem às desinências de tempo e modo + desinências de pessoa e número. O autor ainda complementa suas reflexões, declarando que, no caso das formas verbais, entende-se por radical da palavra tudo que precede a vogal temática. A "unidade constituída pelo radical mais a vogal temática chama-se tema. O tema do verbo, portanto, indica a que conjugação[59] ele pertence" (CAGLIARI, 2002, p.62).

Ilari e Basso (2007, p.100) também estudaram as flexões verbais portuguesas. Para os autores, assim como as demais línguas românicas, o português apresenta, como herança da língua latina, uma morfologia verbal muito rica. Neste sentido, os autores declaram que o paradigma de conjugação dos verbos portugueses inclui, como se sabe, alguns "tempos" que inexistem nas outras línguas latinas, entre eles o futuro do subjuntivo (se eu fizer, quando eu puder) e o infinitivo flexionado (trouxe o carro para nós consertarmos).

Coutinho (1958) afirma que existiam quatro conjugações no latim clássico, definidas pelas suas respectivas vogais temáticas:

(36)

-*ā*: na primeira conjugação
-*ē*: na segunda conjugação
-*ĭ* e -*u*: na terceira conjugação
-*ī*: na quarta conjugação

[59]Segundo Cagliari (2002, p.62), as gramáticas tradicionais indicam as entradas lexicais dos verbos pelo infinitivo impessoal m (*cant+ar*, *vend+ er*, *part+ ir*) e não tema (*cant+a*, *vend+e*, *part+i*).

De acordo com o autor, no latim popular (vulgar), ocorria certa "confusão" (termo do autor) entre as conjugações e as que menos sofreram modificações foram a primeira e a quarta. Já no período relatado como português arcaico, havia, tal como hoje, três conjugações. As terminações de infinitivos foram mantidas, ou seja, não sofreram alterações durante o processo de evolução da língua (COUTINHO, 1958, p.300):

(37)

-*ar*: primeira conjugação
-*er*: segunda conjugação
-*ir*: terceira conjugação.

Em relação à produtividade das conjugações, Coutinho (1958, p.300) propõe que "de tôdas as conjugações é esta [primeira] a que ainda conserva a capacidade criadora, em português. Com efeito, se excetuarmos a segunda, que serve apenas para formar verbos incoativos, as demais são inteiramente improdutivas" (COUTINHO, 1958, p.300).

De acordo com o autor, para as novas criações verbais recorria-se à primeira conjugação, assim como fazemos até os dias de hoje no português atual. Explica-se o fato de a primeira conjugação ser a mais produtiva, pois ela apresentava e apresenta ainda hoje formas verbais decorrentes de substantivo, como, por exemplo, no latim, *plantare* (*planta*) e, em português, *plantar* (*planta*); provenientes de adjetivos e particípios; originários do grego com a terminação *-an*, *-ein*, *-izein* e formas oriundas do germânico com a terminação *-an*, *-on*.

Além de apresentar uma alta produtividade, a primeira conjugação é a que mais resistência demonstra no decorrer do processo de transformação da língua portuguesa, ao passo que verbos das outras conjugações (2ª e 3ª) têm passado para a 1ª conjugação, como por exemplo, *torrere-torrare* (*torrar*).

A segunda conjugação possui uma capacidade criadora limitada à formação de verbos incoativos, como, por exemplo, *anoitecer* (*noite*) e *amanhecer* (*manhã*), *adoecer* (*doente*), *embranquecer* (*branco*), etc. Em português, a segunda conjugação é resultado da fusão da segunda conjugação latina com a terceira (COUTINHO, 1958, p.273).

Trataremos agora, em especial, da morfologia dos verbos conjugados no modo imperativo.[60]

[60]Informações mais detalhadas sobre a formação histórica do modo imperativo estão localizadas na seção 2 desta tese.

Na língua arcaica, Hauy (1989, p.65) propõe que havia a troca de *e* e *o* por *i* e *u* no imperativo dos verbos de tema *e* e *i* (2ª e 3ª conjugações). Segundo a autora, a língua arcaica trocava frequentemente o *e* e *o* que precediam a sílaba final do infinitivo por *i* e *u*, respectivamente (*aprender ~aprinde*; *sobir~sube*; *temer~time*; *comer~cume*, etc.).

Rocha Lima (1994 [1972], p. 129) afirma que, para expressarmos o imperativo, existem duas formas, a afirmativa e a negativa. A respeito da formação do imperativo afirmativo, o autor ressalta que este é um tempo misto, pois, como já vimos anteriormente, para sua formação concorrem o presente do indicativo e o presente do subjuntivo. Veja-se a conjugação do verbo *louvar*, no exemplo (38):[61]

(38)

Presente do Indicativo	**Presente do Subjuntivo**	**Imperativo Afirmativo**
eu louvo	eu louve	
* tu louva(s)	tu louves	louva tu
ele louva	* ele louve	louve você
nós louvamos	nós louvemos	
* vós louvai(s)	vós louveis	louvai vós
eles louvam	*eles louvem	louvem vocês

De acordo com Rocha (1994 [1972]), não é comum usar a primeira pessoa, tanto no singular quanto no plural (*eu*, *nós*); as duas formas da segunda pessoa (*tu* e *vós*) são extraídas do presente do indicativo sem o *-s* final; as duas outras (*você*, *vocês*) são retiradas do presente do subjuntivo sem alteração.

Nas CSM, ao contrário do que propõe Rocha (1994 [1972]), mapeamos 44 formas verbais conjugadas na 1ªpp (e que não serão consideradas na análise apresentada na seção 2, uma vez que focalizaremos apenas as formas de segunda pessoa), como mostra o quadro 7:

[61] Os asterísticos indicam a formação verbal do imperativo, ou seja, demonstram quais pessoas são retiradas do presente do indicativo e do presente do subjuntivo.

Quadro 5: Formas Verbais Conjugadas no Imperativo na 1ªpp.[62]

Formas verbais conjugadas na 1ªpp	**Ocorrências**
ajamo (s)	1 (263.9)
cantemos	1 (288.33)
devemos	23 (2.3; 10.14; 29.4; 29.23; 36.3; 36.9; 36.14; 36.19; 36.24; 36.29; 36.34; 36.39; 51. 4; 57.5; 118. 43; 150.2; 170.2; 270.3; 270.9; 300.17; 300.22; 300.29; 370.4)
leixemo(s)	1 (5.118)
matemo (s)	1 (9.99)
movamos	1 (9.49)
onrremos	1 (150.4)
ouçamos	1 (9.25)
partamos	1 (9.94)
peçamos	1 (150.22)
ponnamos	1 (35.53)
precemos	1 (150.3)
roguemos	3 (178.48; 270.11; 406.54)
sejamo (s)	1 (263.10)
tornemos	1 (15.144)
vaamos	3 (9.72; 187.21; 287.21)
vejamos	1 (9.39)
Total	44

A ocorrência da 1ªpp é notável nas CSM, quando a pessoa que fala se associa àquela que está discursando, participando também do evento que está sendo narrado, como pode ser observado nos exemplos:[63]

(39)

"Por que non matamos
este, pois, desvia?
Dar-ll-ei con mia lança,
e o seu **partamos**,
logo sen perfilha
todos per iguança." (CSM 9, v.91-96)

[...] "Mas **tornemos** y log' a cordura,
por Deus que o mund' en poder ten,
ca este feit' é de tal natura [...]". (CSM 15, v.144-146)

[62] No quadro 5, algumas das formas foram mapeadas em contextos em que ocorrem processos fonológicos de ressilabação, tais como *Matemo-los*. Por esta razão, aparecem marcadas com (s) final.
[63]O primeiro número corresponde à cantiga e os demais aos números de versos. Assim, neste e nos demais exemplos, lê-se Cantigas de Santa Maria 9, versos 91 a 96.

Hoje, no PB, este tipo de conjugação também pode ocorrer, apesar de Rocha Lima (1994 [1972], p.129) afirmar que esta estrutura foi se perdendo ao longo dos anos de evolução da língua. Em alguns contextos mais específicos, como, por exemplo, em celebrações religiosas, é possível encontramos sentenças da seguinte natureza:

(40)

Louvemos ao Senhor!
Cantemos em louvor e glória Senhor.
Fiquemos em pé para a procissão de entrada.

Em relação à formação do imperativo negativo, Rocha (1994 [1972], p.129) declara que basta antepor a partícula *não* às formas do presente do subjuntivo, excluídas também as primeiras pessoas (*eu, nós*). Neste sentido, é comum encontrarmos formas como *Não louves tu; Não louve você, o Sr., Sr^{a}; Não louveis vós; Não louvem os Sr^{s}., as Sr^{as}*.

Mateus (1975), ao realizar suas reflexões sobre a estrutura morfológica do imperativo, propõe que, nas formas deste modo, é possível visualizar o radical e a vogal temática nas três conjugações, como é mostrado a seguir: [64]

(41)

fala	[' falɑ]	bate	['bat(ə)]	parte	['part+(ə)]
falai	[fɑ'laj]	batei	[bɑ'tɑj]	pati	[par'ti]

De acordo com a autora, as desinências pessoais são *Ø* na 2ªps e /*i*/ na 2ªpp e a distinção entre os dois modos se dá em função da ausência do *-s* (*falas~fala*; *falais~falai*).

Mateus (1975, p.108) ressalta um aspecto interessante em relação à conjugação das formas verbais no imperativo. Para ela,

[64]Os exemplos estão transcritos foneticamente de acordo com o português europeu, variedade focalizada pela autora.

> Se observarmos [...] as representações fonéticas irregulares *vede*, *crede*, *lede*, *ide*, *tende*, *ponde*, *vinde*, tal como fizemos no ind pres, somos levados a propor a característica /de/ nas representações subjacentes de *falai*, *batei* e *parti*, admitindo, além disso, que as derivações fonológicas destas palavras incluem as mesmas regras gerais enunciadas [...] que foram indicadas nas formas correspondentes do ind pres (elevação do /e/ precedido de vogal, alteração do traço silábico centralizado do /e/, simplificação). A presença do /d/ impede, como no ind pres, a supressão da vogal temática.

A autora ressalta que a relação fonológica existente entre as formas do imperativo e as correlatas do indicativo é confirmada pela relação estabelecida por traços semânticos e sintáticos, que "lhes estão adstritos e prova a interdependência dos vários níveis da língua" (MATEUS, 1975, p.108). Como exemplo, a autora utiliza a forma *falai*:

(42)

[fa+la+de]	forma subjacente
fal +' a+ de	regra de acentuação
fal+ 'a+ e	regra de supressão do /d/
[fɑ'laj]	forma de base

Ao retratar da estrutura morfológica do modo imperativo, Monteiro (2002, p.118) declara que as formas verbais imperativas se distinguem das do presente do indicativo nas desinências de número-pessoa (Ø~[*s*] e [*i*]~[*is*] / *louvas* → *louva*/ *louvais* → *louvai*). O autor ressalta que as desinências Ø e [*i*] ocorrem apenas no imperativo e são alomorfes de [*s*] e [*is*].

Monteiro (2002) mostra que, nos verbos que pertencem à terceira conjugação, o [*i*] desinencial sofreu crase em função de ser tônica a vogal temática da segunda pessoa do plural, como ocorre no presente do indicativo. Além deste fenômeno, o autor observa que, nos verbos de radical monossilábico da segunda e terceira conjugações, a desinência de número-pessoa [*i*] se manifesta com a forma [*de*] ([*le*]+[*de*], [*ten*]+[*de*],[*cre*]+[*de*]).

Apresentaremos agora questões relacionadas à presença ou à ausência de sujeito nas orações, tema bastante relevante para a discussão dos resultados.

3.4 SINTAXE: PRESENÇA OU AUSÊNCIA DE SUJEITO

Durante a coleta e a análise dos dados, para considerar uma forma verbal imperativa ou não, levamos em consideração a presença ou ausência de sujeito na sentença. Neste sentido, abordaremos nesta subseção aspectos relevantes sobre o posicionamento (ordem) dos elementos na frase ou oração.

Câmara Jr. (1979 [1975], p.233) declara que a língua portuguesa, assim como as demais línguas românicas (francês, espanhol, etc), preservou o padrão frasal básico da língua latina, que consistia num "nexo" entre "sujeito" e "predicado", segundo as nomenclaturas que as gramáticas latinas adotaram ao traduzir e acompanhar a gramaticologia grega.

Para relacionar os constituintes de um grupo frasal, é importante, segundo o autor, nos atentarmos à colocação desses elementos em relação uns aos outros. De acordo com Câmara Jr. (1979 [1975], p.250), em latim, a colocação dos termos era absolutamente livre, do ponto de vista gramatical, apesar de existirem certas construções mais usuais. Já em português, a colocação dos constituintes não se fixou de modo tão rígido, como no francês, por exemplo, mas existe um princípio básico de ordenamento dos elementos nas frases ou orações.

A respeito da ordenação do sujeito, tema abordado durante a discussão dos resultados desta tese, Câmara Jr. (1979 [1975], p.252) propõe que, sendo o sujeito tema da informação contida no predicado, este aparece naturalmente na primeira posição da sentença, quando não há motivações particulares condicionando outras colocações.[65]

O autor considera que, do padrão básico com a anteposição do sujeito, temos como resultado a distribuição de sujeito e objeto direto em torno de um verbo transitivo direto: O *menino viu o lobo.*, ou, ao contrário, *O lobo viu o menino*. Câmara Jr. (1979 [1975], p.252) ainda traz como exemplo o caso das orações relativas, em que o pronome *que* é objeto direto e sua posição inicial inevitável é compensada pela anteposição do sujeito ao verbo (*o lobo que viu o menino*).

Já a respeito da anteposição do verbo ao sujeito, Câmara Jr. (1979 [1975]) afirma ser de um valor estilístico, cuja função consiste na melhor focalização da ação verbal como tema da comunicação. Neste aspecto, o autor ressalta que, na linguagem coloquial e em especial na

[65] Câmara Jr. (1979 [1975], p.252) apresenta, como exemplo, o contexto do verbo *dicendi* intercalado ou acrescentado às palavras de outrem citadas em discurso direto: a) *É muito tarde – disse ele – para partirmos.*; b) *Não desanimemos por tão pouco – aconselhou meu pai.* Outro contexto também proposto pelo autor é a presença inicial de um advérbio intensivo para demarcar a importância primacial de uma circunstância: a) *Lá vêm eles!*; b) *Só então chegaram os viajantes*.

literária, há possibilidade de inversão do sujeito, quando não existe objeto direto para opor, pela colocação, ao sujeito.

Em referência à posição do verbo, o autor menciona que em latim havia uma preferência em ordená-lo como constituinte final, fechando a oração. Por sua vez, em português, segundo Câmara Jr. (1979 [1975], p.253), o verbo se situa naturalmente entre o seu sujeito e os nomes que servem de complementos verbais (lat. *Labienus litteras Caesari remittit.*; port. Labieno envia uma carta a Cesar.).

Mattos e Silva (1993, p.123), ao analisar o sintagma nominal e o sintagma verbal, também traz informações relevantes sobre o posicionamento dos constituintes nas orações. Segundo a autora,

> Perdidas as marcas flexionais que expressavam o caso ou função sintática dos nominais no latim, o que lhe permitia uma ordem gramatical livre, embora estilisticamente, privilegiasse o verbo na última posição, o português, tal como outras línguas românicas, passa a ter uma ordem básica gramaticalmente mais fixa […]. (MATTOS E SILVA, 1993, p.124)

Sobre o PA, Mattos e Silva (1993), baseada nos estudos de Huber (1986 [1933]), ressalta que nesse período a ordem direta ou "normal" (aspas da autora) é a SVC (sujeito - verbo - complemento). A autora destaca que a ordem CSV era muito pouco usada no português arcaico. Na coleta dos dados do *corpus* dos *DSG*[66], a autora mapeou 768 ocorrências com a ordem (S) V (C)[67] como a mais frequente e, portanto, sendo a ordem menos marcada. As demais posições aparecem com as seguintes frequências: (S)CV com 278 ocorrências, (C)VS com 102, CSV com 85, VSC com 31 e VCS com 13 formas mapeadas.

Ilari (2000, p.108) também traz observações interessantes sobre a constituição sintática do período latino, que acabou influenciando na composição das línguas românicas. Segundo o autor, a perda dos casos obrigou a oração do latim vulgar buscar novas maneiras para indicar funções sintáticas, tarefa que passou a ser desempenhada pela ordem das palavras e pelo uso das preposições.

Para Ilari (2000), foi através deste contexto que o português desenvolveu uma ordem mais fixa, em relação à existente no latim, com a finalidade de distinguir entre as expressões

[66]O *corpus* utilizado por Mattos e Silva (1993) em seus estudos sobre o período arcaico da língua é composto dos *Diálogos de São Gregório*, que visavam à educação religiosa.
[67]De acordo com Matos e Silva (1993, p.125), as marcações entre parênteses indicam que os elementos podem ser marcados na flexão verbal.

nominais da oração o sujeito e o objeto direto. Partiremos agora para os estudos linguísticos e gramaticais mais recentes sobre a sintaxe do português.

Mateus et al. (2003) trazem uma abordagem bastante completa e interessante em relação à sintaxe do português, em especial das frases imperativas. Segundo as autoras, do ponto de vista semântico-lexical, as frases imperativas, que contêm valor de ordem, pedido ou súplica, envolvem predicados dinâmicos, que denotam propriedades ou situações controláveis pela entidade a quem se dirige o ato de fala, como demonstram as sentenças: [68]

(43)

a. Come a sopa!
b. Controla-te!
c. Sê simpático!
d. Dá-me um abraço, por favor!

Mateus et al. (2003, p.454) propõem que, quando as orações apresentam situações que designam situações não controláveis pelo destinatário, as frases imperativas são interpretadas como desejos e exortações (*Dorme bem*!; *Envergonha-te do que fizeste*!; *Adormece*!; etc.).

A respeito da posição do sujeito, as autoras declaram que nas frases imperativas o sujeito designa preferencialmente o ouvinte, pelo que maioritariamente o verbo exibe marcas de 2ª pessoa ou de 3ª pessoa, correspondendo estas últimas aos casos em que o ouvinte é interpelado com forma de tratamento de 3ª pessoa (MATEUS *et al.*, 2003, p.456).

Mateus et al. (2003) ainda acrescentam que nas orações imperativas diretas o sujeito pode englobar o locutor, ocorrendo então o verbo na 1ªpp, como podemos observar no exemplo (44):

(44)

Arrumemos o carro no parqueamento!

As autoras afirmam que o sujeito nas orações imperativas não é usualmente expresso. Entretanto, a expressão do sujeito pode ocorrer nas imperativas diretivas afirmativas, quando

[68]Os exemplos fazem referência ao PE.

há a presença de uma expressão nominal explicitamente, ela deve ser interpretada como um vocativo em posição periférica nas frases, assim como exemplificam as orações :

(45)

a. Tu, empresta-me esse livro!
b. Maria, empresta-me esse livro!
c. O senhor, arrume o carro no parqueamento!

Mateus et al. (2003) ressaltam que os vocativos nesse tipo de sentenças podem ocorrer também em posição pós-verbal periférica (*Empresta-me o livro, tu!; Arrume o carro no parqueamento, você*!, etc.).

Perini (2010, p.78) também apresenta informações específicas quanto à sintaxe do português, sobretudo quando o verbo está conjugado no modo imperativo. De acordo com o autor, o sujeito pode ser, e é geralmente, omitido. Este fato ocorre, pois o sujeito da frase imperativa sempre se refere ao ouvinte, com ou sem inclusão do falante, e a estrutura verbal deixa cada caso bem evidente, como mostra o exemplo (46):

(46)

a. Lava esse carro, por favor.
b. Vamos lavar esse carro.

No exemplo (46a) sabemos que o agente de lavar deve ser o enunciatário e, em (46b), em função da morfologia verbal (no caso a desinência de NP é *-mos* (1ªpp)), só podem ser o falante e o ouvinte os agentes desta ação.

O autor ainda ressalta que o sujeito não é necessário para efeitos de informação. Ele só aparece quando é enfático ou contrastivo:

(47)

a. Lava **você** esse carro!
b. Vamos lavar **nós mesmos** esse carro.

A respeito destas modificações, Bagno (2011) afirma que uma das características do latim e das línguas que derivaram dele é a possibilidade que há de omitir o sujeito do verbo, graças à presença das desinências verbais, que já explicitam o sujeito. Veja-se o quadro 8, com as conjugações do verbo *cantar* no presente do indicativo em algumas línguas românicas:

Quadro 6. Verbo *cantar* conjugado no presente do indicativo.

Latim	**Sardo**	**Romeno**	**Italiano**	**Occitano**	**Catalão**	**Galego**	**Espanhol**	**Português**
canto	canto	cânt	canto	canti	canto	canto	canto	canto
cantas	cantas	cântşi	canti	cantas	cantes	cantas	cantas	cantas
cantat	cantat	cântă	canta	canta	canta	canta	canta	canta
cantamus	cantamus	cântăm	cantiamo	cantam	canten	cantamos	cantamos	cantamos
cantatis	cantadzis	cântaţşi	cantate	cantatz	canteu	cantades	cantáis	cantais
cantant	cantan	cânta	cantano	cantam	cantem	cantam	cantam	cantam

Fonte: Adaptado de Bagno (2011, p.466).

Ao observarmos o quadro, notamos semelhanças entre a conjugação verbal das línguas consideradas em relação ao verbo *cantar* no presente do indicativo. O radical em todas as formas é *cant-* e a ele são adjungidas as desinências número-pessoais, que coincidem em algumas línguas. Por exemplo, na primeira pessoa do singular, temos a forma *canto* (radical *cant-* + a desinência de número-pessoa *-o*) em latim, sardo, italiano, catalão, galego, espanhol e português.

Por sua vez, no quadro não há a conjugação do francês, pois, assim como ocorre com o inglês, nessas duas línguas a explicitação do sujeito deve ser obrigatória no Presente do Indicativo. Bagno (2011) mostra que este fenômeno fica em evidência quando analisamos a conjugação do mesmo verbo (*cantar*) com a transcrição fonética, como demonstra o quadro 9:

Quadro 7. Conjugação do verbo *chanter* (*cantar*) em francês.

je chante	[‘ ʃãt]
tu chantes	[‘ʃãt]
il chante	[‘ʃãt]
nous chantons on chante	[ʃã’tõ] [‘ʃãt]
vous chantez	[ʃã’te]
ils chantent	[‘ʃãt]

Fonte: Adaptado de Bagno (2011, p.467).

Para o autor, das seis pessoas verbais, quatro possuem pronúncia idêntica e não há um modo de distinguir em francês a não pessoa singular da não pessoa plural, nem sequer pelo pronome, pois *il* e *ils* têm a mesma pronúncia, uma vez que o *-s* final nunca é pronunciado. Bagno (2011, p.467) afirma que a consequência deste fenômeno é o fato de que “em francês, um verbo nunca vem desacompanhado de seu sujeito, seja ele um nome, um índice de pessoa ou pronome”.

O mesmo processo também ocorre com o inglês e de modo mais radical. Bagno (2011, p.467) observa que, no presente, só é possível distinguir a 3ª ps das demais formas verbais em função do *-s* que é acrescentado no final do verbo (*he/she/ it sings*), enquanto que as outras pessoas são dêiticas (*sing*). O autor ainda acrescenta que, em francês e em inglês, a obrigatoriedade da enunciação fonética do sujeito é tão importante, que ela aparece até com verbos impessoais (*Il pleut*, *It rains*). [69]

Bagno (2011) faz estas observações sobre o francês e inglês para discutir a mudança que o português vem sofrendo em relação ao uso obrigatório do sujeito. Para o autor, o PB está em uma fase de transição do princípio <evite pronome> para o princípio <explicite pronome>, ou melhor, <explicite sujeito>. Com isso, o PB vai se afastando das demais línguas românicas e se aproxima do francês e do inglês.

Analisando as variedades urbanas mais prestigiadas, Bagno (2011, p.468) traz o seguinte paradigma para flexão do verbo *cantar*: [70]

[69]De acordo com Bagno (2011, p. 467), em francês *il* não se refere a ninguém, é chamado de sujeito aparente. Em relação ao *it*, este é tido como um *dummy subject*, uma espécie de simulacro de sujeito.
[70] Exemplo retirado de Bagno (2011, p. 468).

(48)

eu	canto
tu	cantas
tu*	canta
você	
ele/ela	
o/a/senhor/a	
a gente	
se	
nós	cantamos
vocês	cantam
eles/elas	

[(*) Em vup como as do RS, por exemplo]

De acordo com o autor, ao analisarmos o exemplo acima, nos deparamos com 13 expressões de pessoa e cinco formas verbais. Há uma morfologia verbal única (*canta*) para, segundo Bagno (2011), uma multiplicidade discursiva e semântica. O autor sintetiza sua discussão com a seguinte fórmula:

(49)

$$\frac{\text{+ morfologia verbal}}{\text{- sujeito}} = \frac{\text{- morfologia verbal}}{\text{+ sujeito}}$$

Para Castilho e Elias (2012, p.448), nas formas do indicativo, é necessário manter o sujeito na sentença, pois nem sempre é possível recuperá-lo pela morfologia do verbo. Por exemplo, a forma verbal *fala* pode pertencer à segunda pessoa do singular (*você fala*), à terceira pessoa do singular (*ele fala*) e ainda à primeira pessoa do plural (*a gente fala*).

Estas informações sobre a ordem dos constituintes na oração e a presença ou ausência do sujeito são fundamentais para a análise dos resultados, quando se trata de averiguar a presença de outras formas capazes de expressar o imperativo no PA.

Borges (2004, p.52), assim como outros estudiosos anteriores a ela (NARO; LEMLE, 1977; FARACO, 1982; SANDMANN 1993), declara que hoje, no PB, o sujeito nas sentenças declarativas está se tornando cada vez mais presente, devido a uma simplificação das flexões verbais. Tomando como base estas afirmações, analisamos os contextos (função semântica)

em que cada forma verbal imperativa foi usada em PA, a fim de averiguar a presença ou a ausência de sujeito nos dados mapeados.

Como foi possível observar nos estudos apresentados anteriormente nesta subseção, a morfologia das formas verbais está passando por um processo de simplificação e todo este fênomeno é oriundo das transformações que os pronomes pessoais e de tratamento vêm sofrendo ao longo dos anos. Abordaremos, a seguir, o comportamento do sistema pronominal português, associado à simplificação da flexão verbal.

3.5 PRONOMES PESSOAIS E DE TRATAMENTO

Além dos principais conceitos da área de morfologia e da sintaxe, também foi necessário realizar um levantamento sobre o comportamento do sistema pronominal português ao longo dos anos, pois, com o surgimento da forma de tratamento *Você* em meados do século XVIII, o paradigma da conjugação verbal começou a sofrer uma série de alterações.

Para compreendermos o sistema pronominal da língua portuguesa e as alterações que ele sofreu ao longo dos anos durante o processo de evolução da língua portuguesa, será necessário abordar como era o comportamento dos pronomes em latim, sobretudo no latim vulgar.

Câmara Jr. (1979 [1975], p.89) afirma que, em latim, o sistema de indicação dos pronomes possuía como ponto inicial o eixo falante-ouvinte, que se estabelecia num ato de comunicação. Neste sentindo, o autor declara que

> Havia assim, antes de tudo, formas para indicar o falante, num momento dado, independente do indivíduo considerado em si. Marcus, Sextus ou Tullia, ou Cornelia indicavam-se a si mesmos, então, como *ego* (ou seja, a pessoa que no momento fala). Analogamente, eram referidos indiferentemente por *tu*, quando a um deles se dirigiam outro falante. (CÂMARA JR. (1979 [1975], p.89)

Em função das demarcações dos casos no período latino, os pronomes variavam morfologicamente como nominativo, acusativo, genitivo, etc. De acordo com Câmara Jr. (1979 [1975], p.90), as formas *ego* e *tu*, que expressavam nominativo, eram alternadas com outras (genitivo = *mei*, *tui*; dativo = *mihi*, *tibi* e ablativo = *mē*, *tē*). Para Câmara Jr. (1979 [1975], p.90),

> No sistema morfológico geral da língua latina, eram essas outras formas as de uso constante e freqüente, porque a indicação do falante ou do ouvinte como sujeito, que cabia a *ego* ou *tu*, conforme o caso, vinha dada em desinência na própria forma verbal. Nestas condiçõs, *ego* e *tu* só se empregava por uma redundância enfática ou como "vocativos", numa comunicação isolada, ou numa frase de verbo inexpresso (*Ego bonus* " Eu sou bom").

Em relação ao uso da primeira pessoa do plural, Câmara Jr. (1979 [1975]) declara que havia a possibilidade de o falante se expressar não só em seu nome, mas no de outras pessoas também, a ele associadas ou de se dirigir a mais de um ouvinte. O sistema morfológico expressava esta existência através da forma *nōs*, que indicava o falante e mais alguém.

Um aspecto interessante, que também é apontado pelo autor, é a forma que o latim possuía de expressar a 3ª pessoa. Segundo Câmara Jr. (1979 [1975], p.91), a língua latina não levava em conta no sistema de pronomes pessoais uma 3ªpessoa, fora do eixo falante-ouvinte. Esta marcação era realizada através da flexão verbal, quando o sujeito não era nem o ouvinte e nem o falante. A demarcação desse sujeito ocorria pela especificação do respectivo nome substantivo (*Marcus currit.*) ou por um pronome demonstrativo (*Ille currit.*), em função do campo mostrativo da comunicação.

Sobre o sistema pronominal da língua portuguesa, Câmara Jr. (1979 [1975], p.92) afirma que, como nas demais línguas românicas, o sistema de pronomes, sobretudo os pessoais, se ampliou. De acordo com o autor, encontramos em português, "ao lado de *eu*, *tu*, *nós*, *vós*, uma série de *ele-ela*, masc. e fem., respectivamente, no sing. e, no plural, nas mesmas condições *eles-elas*" (CÂMARA JR. 1979 [1975], p.92).

Câmara Jr. (1979 [1975], p.93) ainda ressalta que,

> Conceptual e morfologicamente, o sistema de pronomes pessoais em português é a rigor dicotômico. De uma parte, há a antiga estrutura heterônima latina com – *eu, tu, nós, vós*; de outra parte, a série de 3ª pessoa com a estrutura nominal de feminino *-a* e plural *-s*. Os primeiros referem-se às pessoas que participam ativamente da comunicação lingüística; o segundo substitui no contexto lingüístico um nome substantivo, que por sua vez se refere a qualquer coisa que é assunto passivo da comunicação.

Said Ali (1964 [1931]), p.74), ao realizar suas reflexões sobre as formas pronominais portuguesas, afirma que, do latim, vieram para o português as formas *tu* e *vós* como tratamento direto da(s) pessoa(s) a quem se dirige a palavra. Sobre o surgimento do *vós*, o autor declara que

> Tornando-se insuficiente para expressar o sentimento de humildade e respeito, recorreu-se ao tratamento indireto. Por um dos expedientes, o mais antigo em linguagem portuguesa, o atrevimento de vir perante um indivíduo de hierarquia superior, e olhar para ele face a face, se disfarçou fingindo repartida a vista pelo seu cortejo ou nimbo, real ou imaginário. Desta atenção, com que se magnificava e lisonjeava a pessoa única, se originou o costume de empregar o plural *vós*, em vez do pronome singular, como simples prova de respeito e polidez […].

O autor ressalta que o tratamento indireto constituía em fingir que se dirigia a palavra a um atributo ou qualidade eminente de uma pessoa de categoria ou instância superior, e não a ela própria. Said Ali (1964 [1931], p.74-75), por exemplo, diz que os vassalos ao cumprimentarem o rei usavam como forma de tratamento as expressões *vossa mercê, vossa senhoria*, que passaram a ser substituídos por *vossa alteza*, e por fim *vossa majestade*.

Cintra (1972, p.14) afirma que, nas primeiras décadas do século XV, em Portugal, existia somente uma distinção de tratamento entre o plano da intimidade e da igualdade. De acordo com o autor, no plano da intimidade eram usadas as formas *tu* e *vós*. Já no âmbito do tratamento, utilizava-se unicamente o *vós,* que tinha duplo emprego: quando era usado no singular indicava cortesia, mas, no plural, representava o modo de tratamento indiferente.

A respeito da interferência de tratamento social, Câmara Jr. (1979 [1975], p.94) também já havia feito algumas ressalvas. Segundo o autor, o imperador romano não era dirigido como *Uos*, mas como *Uestra Maiestas* (*Vossa Majestade*) e o verbo ficava na 3ª pessoa do singular. Neste sentido, o autor afirma que

> O português deu especial intensidade e amplitude a este novo tipo de construção. […] Com um sujeito do padrão *Uestra Maiestas* (*Vossa Majestade* ou *Vossa Alteza*, para os reis, Vossa Mercê, Vossa Senhoria e assim por diante), empregava-se, porém, esse pronome de 3ª pessoa em função de complemento, na sua forma específica, em vez de longa e pesada expressão, que por outro lado, adquiriu uma forma sucedânea mais breve e mais leve -*Você*, por contração de *Vossa Mercê*. (CÂMARA JR., 1979 [1975], p.94)

Sobre o uso da expressão de tratamento *vossa mercê*, Said Ali (1964 [1931]) faz observações relevantes. Para o autor, do "uso e abuso" (aspas do autor) desta fórmula na linguagem cotidiana do povo surgiu, ao longo dos anos, a variante *você*, "a qual não só perdeu todo seu antigo brilho, mas acabou por aplicar-se a indivíduos de condição igual ou inferior, à da pessoa que fala […]" (SAID ALI, 1964 [1931], p.75).

Em relação aos pronomes pessoais, Coutinho (1958, p.253) afirma que eram mais empregados no latim vulgar que no período clássico. Segundo o autor, de todas as classes de palavras, são os pronomes pessoais que mais fielmente guardam os vestígios da declinação latina. Podem ser tônicos, ou seja, acentuados (*eu, mim, tu, ti, nós, vós*) ou átonos, isto é, sem acento (*me, te, se, o, a, nos, vos, lhes, os, as*).

Rocha Lima (1972) define que pronomes pessoais são as palavras que representam as três pessoas do discurso, indicando-as simplesmente, sem nomeá-las. Segundo o autor, "a primeira pessoa, aquela que fala, chama-se *eu*, com o plural *nós*; a segunda pessoa, *tu*, que é a com quem se fala, com o plural *vós*; a terceira, que é a pessoa ou coisa de que se fala, é *ele* ou *ela*, com os plurais respectivos *eles* ou *elas*" (ROCHA LIMA, 1994 [1972], p.110).

Rocha Lima (1994 [1972], p.111) ainda acrescenta que o verbo sempre declara, com as formas especiais de sua conjugação, a qual das três pessoas se refere o predicado, e também, o número gramatical dessas pessoas, como é possível no exemplo (50):

(50)

am-o	(eu)
am-a-s	(tu)
am-a	(ele, ela)
am-a-mos	(nós)
am-a-is	(vós)
am-a-m	(eles, elas)

Ilari (2000), ao fazer suas reflexões sobre a evolução dos pronomes pessoais na língua portuguesa, acredita que a inovação mais importante foi a criação de um pronome de terceira pessoa com base no demonstrativo *ille*. Em relação ao uso dos pronomes pessoais, o autor afirma que a utilização dos pronomes sujeitos era dada de maneira enfática na língua literária, e esta característica foi perdida no latim vulgar, tornando-se facultativa a presença do sujeito pronominal.

Ilari (2000, p.106) diz que essa função não enfática do sujeito pronominal em latim vulgar evoluiu para duas situações distintas: o pronome é hoje obrigatório em algumas línguas românicas (francês), ao passo que é normalmente omitido em outras (português).

Ilari e Basso (2007, p.114) mostram que a subclasse dos pronomes pessoais continua sendo representada nas gramáticas composta de três pessoas no singular (*eu, tu, ele/ela, o/ a, lhe*) e três pessoas no plural (*nós, vós, eles / elas, os / as, lhes*). Sobre do pronome *vós*, os

autores afirmam que ele sobrevive em gêneros escritos formais e arcaizantes, como, por exemplo, em algumas reedições da Bíblia. Já *tu* tem um uso mais regionalista, alternando-se com *você*.[71]

Os autores ainda acrescentam que, em grande parte do território brasileiro, o sistema dos pronomes pessoais inclui os pronomes-sujeito *eu*, *você*, *ele/ela*, *nós*, *vocês*, *eles/elas*, e *nós* pode se alternar com *a gente*. E, em documentos menos formais, é possível encontrar o pronome oblíquo *te* sendo usado em coferrência com *você* (*Eu te disse para cair fora, mas você não me escutou.*).

Ilari e Basso (2007, p.115) ressaltam que,

> A propósito dos pronomes pessoais, é sempre bom lembrar: as verdadeiras "pessoas do discurso" são, de fato, apenas a 1ª e a 2ª, porque, no diálogo, apenas os papéis de locutor e interlocutor alternam entre si. Também é bom lembrar que *nós* (ou *a gente*) e *vocês* não são extamente o plural de *eu* e *você*, no sentido de que *nós* pode significar *eu + você ou eu+ ele(s),* ou ainda, *eu + você (s)+ele(s)*. Lembre-se, ainda, de que muitas vezes, os pronomes pessoais são usados para indeterminar (*É assalto de todo lado*; *Você sai na rua e é assaltado*, etc.).

Nesta tese, iremos nos deter em particular aos índices da 2ª pessoa, que estão diretamente relacionados às mudanças que o paradigma verbal, e em especial o do modo imperativo, vem sofrendo ao longo dos anos. Para a expressão da 2ª pessoa do discurso, no PB, dispomos das seguintes formas:

[71] De acordo com Câmara Jr. (1975 [1970]) p. 99), na língua coloquial do Brasil, mesmo nas classes escolarizadas, o subsistema pronominal de terceira pessoa foi profundamente remodelado. *Lhe* (com o plural *lhes*) passou à forma adverbial para o ouvinte tratado em terceira pessoa, em identidade de função com *te* (e até substituído por *te*, em virtude da equivalência entre *você* e *tu*), enquanto *o, a, as* estão obsolescentes. Além disso, como mostra o autor, a 3ª pessoa se reduz à forma *ele, ela, eles, elas* em qualquer função sintática.

Quadro 8 .Indicadores da 2ª pessoa no PB.

INDICADORES DA 2ª PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO									
discurso (menos) monitorado									
Sujeito		Obj. Direto		Obj. Indireto		Reflexivo		Complem. Obliquo	
sing.	plur.	sing	plur.	sing	plur.	sing.	plur.	sing.	plur.
você ocê cê tu ti	vocês ocês cês	te lhe o/a/os/as você ocê tu	você ocês o/a/os/as	te lhe pra/a você procê	pra/a vocês procês	se te	se	você ocê ti contigo tu	você ocês
discurso (mais) monitorado									
o sr. a sra.	vocês os srs. as sras.	o sr. a sra. o/a/os/as lhe te	vocês os srs. as sras. o/a/os/as	para/ao sr. sra. lhe te	para/a vocês para/aos srs. para/as sras.	se	se	o sr. a sra.	vocês os srs. as sras.

Fonte: Adaptado de Bagno (2011, p.746).

Para explicar a emergência da forma *você* no PB, retomamos os estudos de Faraco (1982, 1996, 2005), que buscou elementos históricos da sociedade no período medieval, a fim de analisar aspectos que favoreceram a introdução dessas novas formas de tratamento na sociedade portuguesa.

De acordo com autor, no início do século XII, o continente europeu começa a se estruturar economicamente. É o fim do sistema feudal e o ponto de partida para as grandes navegações. Como consequência desta mudança no quadro político e econômico, surge uma nova classe social, a burguesia, que,

> com sua crescente riqueza e envolvimento político, passa a competir status com a nobreza. Era necessário, portanto, que essa nova aristocracia, que vinha substituindo a estrutura feudal, estabelecesse seu papel social e, como conseqüência disso, diversos aspectos sociais, inclusive a língua, passam a se adaptar a uma nova realidade. (FARACO, 1996, p.55-57)

A partir destes fatos, Faraco (2005, p.21) observa que o português sofreu várias mudanças, desde substituições lexicais até alterações estilísticas. Segundo o autor, um exemplo clássico da história da língua é a criação de um novo pronome pessoal (*você*), a partir da expressão lexical plena (*Vossa Mercê*), ressaltando que

> Nesse exemplo, são observáveis as etapas, que segundo as discussões em andamento do processo de gramaticalização, incluem a descoloração semântica (a expressão perde seu significado lexical original e adquire novo significado e função gramatical) e a redução fonética (se *você* é já resultado dessa redução, o processo claramente não se interrompeu aí, considerando que é comum na fala espontânea brasileira a forma *cê*). (FARACO, 2005, p. 39)

Além de *você*, o autor ainda ressalta que os linguistas também têm analisado como um fenômeno de gramaticalização, o "processo pelo qual a expressão lexical plena, *a gente*, vem se transmudando num novo pronome equivalente a *nós*" (FARACO, 2005, p.39-40).

Machado (1952) afirma que o tratamento *Vossa Mercê*, empregado em sua origem para se dirigir ao rei, vem do termo latino *mercede*, que indica salário, recompensa, etc. A raiz desta palavra é a mesma que há em ***merc**.ado*, *co.**mérc**.io*, ***merc**.enário* e até no nome do deus ***Merc**.úrio* (grifos do autor). Também é deste termo que vem o nome próprio *Mercedes*, de origem religiosa, que significa Maria, mãe de Jesus, entre seus muitos títulos, é Nossa Senhora das Mercês.

Nascentes (2003, p.436), por sua vez, revela que a expressão *Vossa Mercê* agradava a todos, e as classes mais humildes apoderaram-se da forma para uso próprio. As pessoas foram ao longo do tempo abreviando o termo (*vossancê* < *vossemercê*) até chegar a *você*, tal como conhecemos e usamos hoje no PB.

Sobre o percurso da gramaticalização de *Vossa Mercê*, Bagno (2011, p.748) afirma que se deu, de modo simultâneo, nas seguintes direções:

- fonológica: *vossa mercê* > *vossemercê* > *vosmecê* > *você* > *ocê* > *cê*. Com exceção de *cê*[72], as demais formas conservam a sílaba tônica das duas palavras originais: ***vo**.ssa*. *mer**.cê***.
- sintática: sintagma nominal > índice de pessoa.
- Discursiva: de cima para baixo (do súdito ao rei); de baixo para cima (do plebeu ao fidalgo); de baixo para cima (do humilde ao burguês); de igual para igual (pessoas íntimas, da mesma classe social, da mesma faixa etária, da mesma profissão, etc).

[72]Ressaltamos que, ao contrário do que afirma Bagno (2011), a forma *cê* conservou a tônica principal do sintagma *vossa mercê* > *vossemercê* > *vosmecê* > *você* > *ocê* > *cê*.

Em relação à morfologia, sendo a forma *você* derivada de uma expressão de tratamento, é empregada com as desinências número-pessoais da não-pessoa: *você é, tem, foi, dá, deu, quis, viaja*, etc.

Castilho e Elias (2012), assim como os demais pesquisadores, atestam que, no Português Brasileiro, os pronomes pessoais passaram por uma grande reestruturação, como demonstra o quadro 9:

Quadro 9. Pronomes pessoais do Português Brasileiro.

Pessoa	**Português brasileiro formal**		**Português brasileiro informal**	
	Sujeito	**Complemento**	**Sujeito**	**Complemento**
1ª pessoa do singular	eu	me, mim, comigo	eu, a gente	eu, me , mim, prep + eu, mim
2ª pessoa do singular	tu, você, o senhor, a senhora	te, ti, contigo, (Preposição+) o senhor, com a senhora	você/ ocê /tu	você / ocê / cê, te, ti, Prep + você / ocê (= docê, cocê)
3ª pessoa do singular	ele, ela	o /a (em desaparecimento), lhe, se, si, consigo	ele / ei, ela	ele, ela, lhe, prep + ele, ela
1ª pessoa do plural	nós	nos, conosco	a gente	a gente, prep + a gente
2ª pessoa do plural	vós (de uso muito restrito), os senhores, as senhoras e vocês	(preposição +) os senhores, as senhoras	vocês / ocês / cês	vocês / ocês / cês, prep + vocês / ocês
3ª pessoa do plural	eles, elas	os / as (em desaparecimento), se, si, consigo	eles / eis, elas	eles / eis, elas, prep + eles/ eis, elas

Fonte: Adaptado de Castilho e Elias (2012, p.87).

Segundo os autores, as mudanças repercutem na morfologia, simplificando as terminações verbais, e na sintaxe, a partir das regras de concordância do sujeito com o verbo e na representação do sujeito e dos complementos na sentença.

Neste sentido, quando se estuda o uso do modo imperativo, é muito relevante compreender as alterações que ocorreram com o quadro de pronomes pessoais e de tratamento em português, durante os anos de evolução da língua, pois tais mudanças afetaram, sobretudo, o paradigma da conjugação verbal no PB, como foi visto na seção anterior.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção discorremos sobre os principais aspectos teóricos que serviram de base para a análise dos dados realizadas nesta tese. Foram abordadas questões relevantes acerca da morfologia verbal das formas imperativas em português, além de questões relacionadas à sua sintaxe, de modo mais específico, à presença ou ausência do sujeito nas orações imperativas. Outro aspecto retratado diz respeito ao uso dos pronomes pessoais junto a verbos imperativos e sua evolução ao longo da história da língua portuguesa.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo desta seção é apresentar os resultados obtidos por esta pesquisa, a partir da observação das formas verbais imperativas mapeadas nas CSM. Em primeiro lugar, apresentaremos a metodologia, os dados quantitativos referentes à coleta dos verbos conjugados no imperativo nas CSM e, na sequência, apresentam-se as reflexões sobre as estruturas morfológicas e sintáticas das formas verbais em PA.

Abordaremos, também, o comportamento dos pronomes clíticos, pois o posicionamento dos pronomes oblíquos átonos adjungidos às formas verbais imperativas presentes no *corpus* auxilia na averiguação da presença ou não de variação relacionada ao uso do modo imperativo no período arcaico.

4.1 SOBRE A METODOLOGIA E A QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS

A metodologia baseia-se no mapeamento das formas verbais do modo imperativo nas Cantigas de Santa Maria. Contamos também com glossários, vocabulários, dicionários e, especialmente, o glossário de Mettmann (1972), como auxílio na categorização das formas verbais. Após a localização dos dados, realçamos em negrito a ocorrência, como demonstram os seguintes exemplos:

(51)

“**Di**-me que fazes, meu fillo, | ou que estás atendendo,
que non vees a ta madre, | que já as mort’ entende.” (CSM 61 , v.5-6)

(52)

A bõa dona se foi ben dali
a un’ eigreja, per quant’ aprendi,
de Santa Maria, e diss’ assi:
“Sennor, **acorre** a tua coitada”. (CSM 17, v.55-58)

(53)

Chorando dos ollos mui de oraçon,
lle diss': "Ai Sennor, **oe** mi oraçon [...]". (CSM 21, v.15-16)

(54)

E o maestre da nave diss' a un seu ome: "**Vai**, coz
carn' e pescado do meu aver, que te non cost' hũa noz". (CSM 5, v.147-148)

Depois de mapeadas as ocorrências em todas as cantigas do *corpus*, de acordo com os procedimentos descritos acima, foram montados quadros, nos quais as formas verbais encontradas são classificadas por conjugação e número-pessoa, e tabelas, que trazem a quantificação dos dados.

Após o trabalho de coleta das formas verbais, foram analisadas as estruturas morfológicas imperativas encontradas, comparando-as com a estrutura morfológica das formas verbais do presente do indicativo e do subjuntivo presentes no *corpus*[73], a fim de explicar se critérios, tais como ordem, presença ou ausência do sujeito e contextos relacionados a atos de fala (ordem ou pedido), podem ser utilizados para considerar uma forma imperativa ou não. O exemplo a seguir representa a divisão morfológica realizada durante a análise dos dados:[74]

(55)

Verbo *Levar* (PA) = *Levar (PB)*

Imperativo: *levade*

Radical	VT	MT	NP
lev	*a*	**ø**	*de*

[73]Ressaltamos que não foram mapeados os verbos conjugados no presente do indicativo e no presente do subjuntivo presentes nas CSM. As formas verbais foram comparadas com o auxílio do glossário de Mettmann (1972).

[74] No decorrer da análise dos dados indicaremos a supressão da VT da seguinte maneira: /**a̷**/, /**e̷**/ e /**i̷**/.

Presente do Indicativo: *levades*

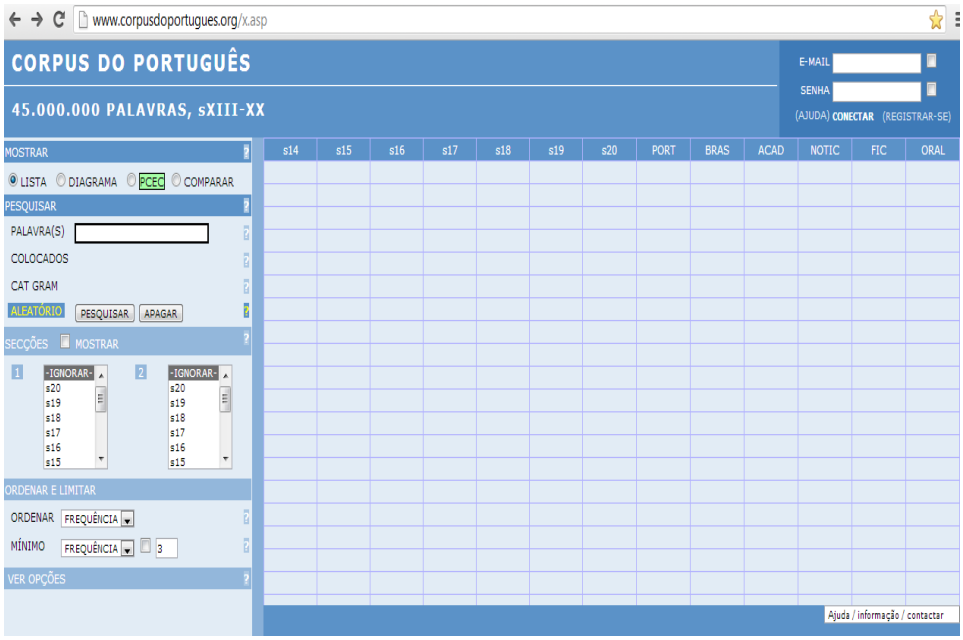
Radical	VT	MT	NP
lev	*a*	*ø*	*des*

Presente do Subjuntivo: *levedes*

Radical	VT	MT	NP
lev	~~*a*~~	*e*	*des*

Por fim, outro aspecto metodológico importante foi a busca das mesmas ocorrências de verbos de padrão especial, mapeadas nas CSM, no *Corpus do Português* (doravante, CP)[75], desenvolvido pelos professores doutores Michael J. Ferreira e Mark Davis, ambos da Universidade de Georgetown. O material é de fácil acesso e contém textos em português dos séculos XIV até o século XX.

Figura 11. *Layout* do site *Corpus do Português*.



Fonte: http://www.corpusdoportugues.org/x.asp, acessado em 24/03/2013.

[75]O *corpus* está localizado no seguinte endereço eletrônico: *http://www.corpusdoportugues.org/x.asp*.

A busca das formas verbais imperativas de padrão especial neste *corpus* foi muito relevante, pois possibilitou sustentar a hipótese desta pesquisa de que as formas verbais imperativas no PA ainda eram usadas como modo independente, ou seja, possuíam uma estrutura morfológica específica para expressar este modo, sem concorrer com formas variantes.

Vale ressaltar que não serão comparadas quantitativamente as ocorrências mapeadas em dois *corpora* de natureza diferentes. O que será realizado é a checagem da forma atual de ocorrências mapeadas no *corpus* do PA. Portanto, foram quantificadas somente as palavras encontradas como resultado da busca das equivalentes atuais das formas verbais mapeadas em PA. Por isso, não se trata de um mapeamento de todas as formas imperativas no *corpus* do português atual. Nas próximas seções iremos apresentar os resultados obtidos com as análises dos dados relativo às formas verbais imperativas no período arcaico.

A coleta dos dados no *corpus* proporcionou o mapeamento das formas verbais do modo imperativo nas CSM, para a realização das análises. Apresentaremos nesta seção os resultados obtidos. Foram coletadas 217 formas verbais conjugadas no modo imperativo. Deste total, 175 ocorrências estão conjugadas nas 2ªpp e 2ªps. Observem-se as tabelas 1 e 2 com a lista de ocorrências e a quantificação dos dados, além do gráfico 1 com a distribuição de porcentagem referentes às 2ªps e 2ªpp:

Tabela 2: Lista de ocorrências e quantificação das formas verbais conjugadas no imperativo na 2ªps.[76]

Formas verbais conjugadas no imperativo na 2ªps.	**Lista de ocorrências**	**Quantidade**
acorre	3 (16.58; 303.31; 357.17)	3 (2,0%)
adu	2 (116.40; 338.13)	2 (1,4%)
ajuda	1 (69.102)	1 (0,7%)
busca	1 (163.14)	1 (0,7%)
cala	1 (163.14)	1 (0,7%)
cata	1 (138.40)	1 (0,7%)
chama	1 (65.173)	1 (0,7%)
come	2 (353.82; 353.83)	2 (1,4%)
coz	1 (5.147)	1 (0,7%)
dá	15 (6.63; 21.18;21.43; 21.48;57.55;105.114;130.32;167.28; 168.34; 251.71; 268.47; 299.29; 299.43; 381 26.)	15 (10,2%)
deita	1 (195.193)	1 (0,7%)
deve	17 (5.4; 10.10; 27.5; 291.9; 291.14;	17 (11,6%)

[76] Ao final desta tese encontra-se um glossário para auxiliar na compreensão do significado das formas verbais imperativas coletadas em PA.

	291.19; 291.24; 291.29;291.34; 291.39; 291.44; 291.49; 291.54; 291.59;295.6, 296.7; 328.48)	
di	9 (6.5; 6.84; 67.91; 104.47; 125.2; 125.50; 132.98; 139.40;165.50)	9 (6,1%)
doe	1 (213.48)	1 (0,7%)
erge[77]	2 (158.18; 237.82)	2 (1,4%)
fais, faz, fas	6 (119.59 ;125.51, 130.16; 143.46;195.131;303.33)	6 (4,1%)
fuge	1 ocorrência (47.35)	1 (0,7%)
guarda	6 (47.4; 125.21; 130.17; 201.53; 245.61)	6 (4,1%)
guari	1 (5.164)	1 (0,7%)
leva	6 (6.80; 6.84; 176.21; 176.26; 195.192; 381.27)	6 (4,1%)
mete	2 (119.58; 130.10)	2 (1,4%)
moira	1 (5.106)	1 (0,7%)
muda	1 (32.35)	1 (0,7%)
nenbra	1 (268.42)	1 (0,7%)
passa	1 (158.23)	1 (0,7%)
pon	1 (127.54)	1 (0,7%)
punna	1 (80.24)	1 (0,7%)
roga	11 (155.52; 250.3; 250.5; 250.8; 250.10; 250.12; 250.18; 253.11; 343.42; 401.9; 401.54)	11 (7,5%)
saca	1 (138.40)	1 (0,7%)
sal	5 (75.155; 176.21; 176.27; 301.28; 352.46)	5 (0,7%)
sey	1 (237.89)	1 (0,7%)
tira	1 (55.52)	1 (0,7%)
toll/ tolle	2 (16.65; 298.61)	2 (1,4%)
torna	1 (125.50)	1 (0,7%)
vai/ vay	12 (5.147; 65.43; 65.72; 65.171; 158.18; 158.23; 176.25; 265.75; 298.61; 299.25; 363.12)	12 (9,3%)
val	8 (97.54; 103.35; 124.23; 186.53; 209.24; 337.30; 385.18)	8 (6,1%)
ven	3 (75.138; 79.45; 79.46)	3 (2,0%)
ves	2 (115.332; 186.33)	2 (2,4%)
Total	133	133 (100%)

[77] Do verbo “erguer”.

Tabela 3: Lista de ocorrências e quantificação das formas verbais conjugadas no imperativo na 2ªpp.

Formas Verbais conjugadas no imperativo na 2ªpp.	**Lista de ocorrências**	**Quantidade**
acordade	1 (134.66)	1 (2,5%)
assolvede	1 (75.100)	1 (2,5%)
calade	1 (175.68)	1 (2,5%)
creed' (creede)	2 (6.5; 16.40)	2 (5,0%)
dade	1 (134.46)	1 (2,5%)
dizede	3 (5.76; 64.56; 245.50)	3 (7,5%)
enforcade	1 (175,38)	1 (2,5%)
entrade	1 (75.90)	1 (2,5%)
estade	2 (45.44; 45.44)	2 (5,0%)
fazede	1 (16.41)	1 (2,5%)
ide	12 (11.47; 24.40;35.28; 40.4; 64.57; 69.71; 75.123; 125.29; 131.89; 155.28; 175.63; 259.17)	12 (30,0%)
leixad'(leixade)	2 (119.44; 178.28)	2 (5,0%)
levade	3 (5.142; 134.45; 255.99)	3 (7,5%)
oviade, uviado	3 (45.89; 45.89, 354.81)	3 (7,5%)
oyde	2 (52.8; 197.29)	2 (5,0%)
pedide	1 (16.42)	1 (2,5%)
põede	1 (48.32)	1 (2,5%)
seede	2 (5.29; 99.100)	2 (5,0%)
soltade	1 (65.183)	1 (2,5%)
veede	1 (306.33)	1(2,5%)
Total	42	42 (100%)

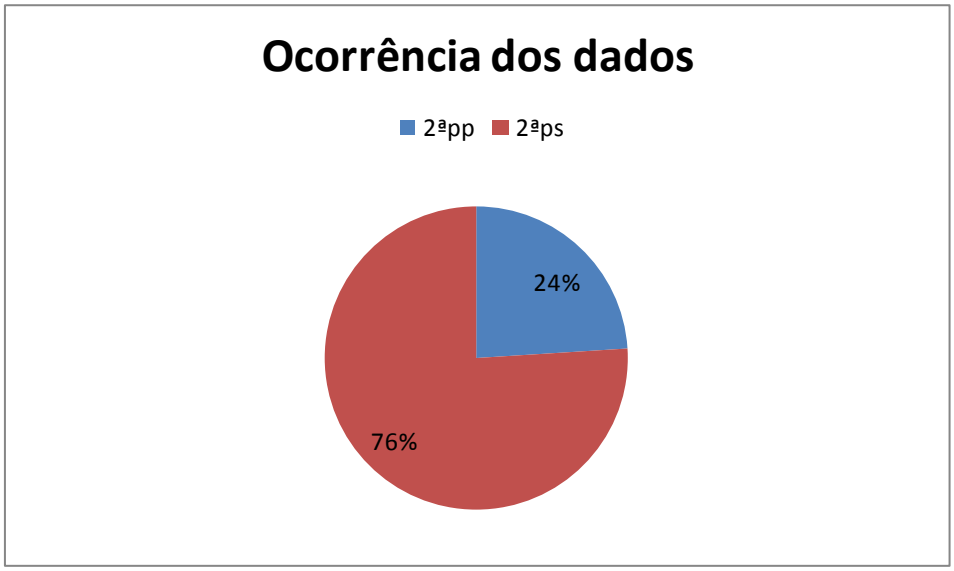


Gráfico 1. Porcentagem de distribuição das formas verbais (ocorrências) por pessoa.

Ao observar as tabelas, podemos afirmar que nas CSM ocorre o uso expressivo da 2ªps em relação à 2ªpp, num total de 76,0% e 24,0% de ocorrência respectivamente. Este fenômeno ocorre, pois a presença da 2ªpp ficou restringida aos episódios que narram acontecimentos que envolvem pessoas da nobreza, familiares do rei ou quando a cantiga é lavrada por Afonso X.

Para a realização desta pesquisa, os dados referentes à 2ªpp e à 2ps foram mais interessantes, por serem estas formas verbais as únicas exclusivas do modo imperativo, porque (supostamente) derivadas do presente do indicativo, contudo, sem o *-s* final. Além disso, são formas verbais que estão diretamente relacionadas aos atos de fala, o que poderia sugerir o uso de estruturas variantes.

Optamos por excluir de nossas análises as ocorrências mapeadas na 3ªps, 1ªpp e 3ªpp, pois estas pessoas são todas extraídas do presente do subjuntivo, o que já favorece o uso de uma estrutura morfológica específica e bem demarcada para expressar o modo imperativo.

Abaixo, os exemplos ressaltam que, nesses casos, o imperativo não pode ser distinguido do subjuntivo:

(56)

[…] começou: “**Salve** Regina”. | assi como lle mandara
a Virgen Santa Maria | que o gran tempo criara […]. (CSM 55, v.66-67)

[...] mas disse: “**Movamos**,”
a as companhia,
“que gran demorança
aqui u estamos
bõa non seria
sen aver pitança”. (CSM 9, v.47-52)

Sobr’ esto deu Cesar seu joyz’ atal:
“**Serren** a eigreja, u non aja al [...]”. (CSM 27, v.30-31)

Fazendo a divisão morfológica das formas verbais destacadas acima, verificamos a seguinte situação:

(57)

Verbo *Salvar* (PA) = *Salvar* (PB)

Imperativo: *salve*

Radical	VT	MT	NP
salv	~~a~~	*e*	*ø*

Presente do Indicativo: *salva*

Radical	VT	MT	NP
salv	*a*	*ø*	*ø*

Presente do Subjuntivo: *salve*

Radical	VT	MT	NP
salv	~~a~~	*e*	*ø*

(58)

Verbo *Mover* (PA) = *Mover* (PB)

Imperativo: *movamos*

Radical	VT	MT	NP
mov	~~e~~	*a*	*mos*

Presente do Indicativo: *movemos*

Radical	VT	MT	NP
mov	*e*	*ø*	*mos*

Presente do Subjuntivo: *movamos*

Radical	VT	MT	NP
mov	~~e~~	*a*	*mos*

(59)

Verbo *Serrar* (PA) = *Fechar, Cerrar* (PB)

Imperativo: *serren*

Radical	VT	MT	NP
serr	~~*a*~~	*e*	*n*

Presente do Indicativo: *serran*

Radical	VT	MT	NP
serr	*a*	*ø*	*n*

Presente do Subjuntivo: *serren*

Radical	VT	MT	NP
serr	~~*a*~~	*e*	*n*

Ao analisarmos os exemplos acima, podemos constatar que as formas referentes ao imperativo das 3ª ps, 1ª pp e 3ª pp, apresentam exatamente a mesma estrutura morfológica do presente do modo subjuntivo. Além disso, vale ressaltar que é possível observar a presença do processo morfofonológico de supressão da vogal temática em todas as pessoas que são derivadas do presente do subjuntivo para formar o imperativo. Segundo Mateus (1982 [1975], p.109), neste processo, a vogal temática é suprimida quando à sua direita se encontra uma vogal baixa (VT+V_b) e, de acordo com a autora, a vogal temática está integrada em toda estrutura subjacente, não sendo manifestada na superfície, como demonstra a regra:

(60)

Regra de supressão da vogal temática

$$V \rightarrow \text{ø} \; / + [_] + V \;]_{[Vb]}$$

Aplicando a regra proposta por Mateus (1975) e tomando como exemplo a forma verbal *serren*, obtemos a seguinte estrutura:

(61)

[serr + **a** + **e** + n] forma subjacente
[serr + **e** + n] supressão da vogal
[‘serr + e + n] regra de acentuação[78]
[‘serren] forma de superfície

Ressaltamos que neste trabalho não iremos aprofundar o processo morfofonológico de supressão, uma vez que não é o foco de estudo desta tese. Para assegurar a produtividade das formas imperativas, os dados foram analisados morfologicamente, levando-se em consideração seu contexto de aplicação.

4.2 ANÁLISE DOS VERBOS CONJUGADOS NO MODO IMPERATIVO EM PA

Iniciamos nossa discussão destacando a estrutura morfológica e sintática diferenciada que o imperativo possui no período retratado nesta tese, enfocando na sequência o estudo da presença ou ausência de sujeito nas orações em que foram mapeadas as formas verbais em PA. Em um segundo momento, trataremos do comportamento dos pronomes clíticos que aparecem com algumas formas verbais imperativas mapeadas no *corpus*.

4.2.1 Estrutura Morfológica Diferenciada e Presença ou ausência de sujeito explícito

Em relação à estrutura morfológica verbal do português[79], Piel (1989, p.213) propõe que o verbo românico herdou do latim um sistema variado de flexão e a conjugação portuguesa não oferece a mesma riqueza que as formas latinas. Para o autor, houve uma simplificação que varia segundo os idiomas, e que em português e espanhol não atinge o grau

[78] Segundo Mateus (1982 [1975], p.105), a regra de supressão ocorre antes da regra de acentuação, pois, se a vogal tivesse recebido o acento, já não estaria sujeita a regra de truncamento.
[79] Seção 2 para uma leitura mais detalhada sobre a estrutura morfológica verbal do imperativo, tanto em PA quanto em PB.

a que chegou, por exemplo, o francês. As perdas que se verificam em tempos e modos devem-se, em primeiro lugar, às alterações que estes sofreram nas suas funções (PIEL, 1989, p.213).

Maia (1997 [1986]) sugere que as quatro conjugações do latim clássico (*-āre*, *-ēre*, *-ĕre* e *-īre*) foram conservadas como tipos flexionais distintos em algumas línguas românicas, entre as quais a autora aponta o catalão, o francês, o italiano e o romeno. Porém, em línguas como o galego-português, o castelhano, o leonês e o macedo-romeno, as conjugações latinas reduziram-se a três, devido à perda da terceira conjugação latina, sendo que a maior parte dos verbos passou para a segunda conjugação. A junção da terceira com a segunda conjugação nessas línguas pode ser considerada como resultado de uma tendência que já se manifestava em latim.

A autora ressalta ainda que os verbos latinos que pertenciam à segunda conjugação aparecem, na maioria das vezes, integrados nos verbos em *-er*, como, por exemplo, os verbos *aver*, *poer*, *teer*, *seer*, *valer*, etc. Esses verbos mantêm o mesmo tipo de conjugação tanto no português quanto no galego atuais. "A partir do século XVI, a forma verbal *poer* foi substituída pela forma pôr. Em galego, mantém-se sob a forma *poñer*, embora haja um infinitivo paralelo: *pór*" (MAIA, 1997 [1986], p.726).

Silva Neto (1952), a respeito de cada conjugação, afirma que a primeira sempre mostrou maior vitalidade, uma vez que a ela se adaptavam empréstimos e novas formações. Já faziam parte da segunda conjugação os verbos incoativos.

Sobre as desinências verbais, Said Ali (1964 [1931], p.129) informa que das desinências latinas não passaram ao português a desinência *-m* da 1ª pessoa do singular e nem a desinência *-t* da 3ª pessoa do singular. De acordo com o autor, a desinência *-nt* da 3ª pessoa do plural entrou para o português contemporâneo reduzida a *-n*. Disso resultou a nasalização da vogal precedente, como, por exemplo, na conjugação do verbo *cantar*, em que que temos a forma *cantam*.

Favaro (2009, 2012), assim como os demais autores citados, ressalta, em seus estudos realizados com dados extraídos das CSM, que "as formas verbais […] já apresentavam as mesmas características que encontramos hoje no PB, sobretudo no que diz respeito aos processos morfofonológicos […]. Isso é possível, pois, pelo menos no que diz respeito ao aspecto verbal, as conjugações já estavam definidas na passagem do latim para o português" (FAVARO, 2012, p.171).

Neste sentido, tomando como base os trabalhos citados anteriormente e que na passagem do latim para o português as flexões verbais possuiam uma estrutura morfológica bem definida, apresentaremos argumentos favoráveis à consideração do imperativo como

modo independente em PA, adotando que a divisão dos modos imperativo x indicativo x subjuntivo ainda era preservada no estágio inicial da língua portuguesa.

No *corpus* analisado foram mapeados 119 verbos regulares conjugados no imperativo na 2ª pp e na 2ª ps, como mostram as tabelas 3 e 4:

Tabela 4. Formas verbais regulares[80] conjugadas no imperativo na 2ª pp.

Formas Verbais conjugadas no imperativo na 2ªpp	**Quantidade**
acordade	1 (2,5%)
assolvede	1 (2,5%)
calade	1 (2,5%)
creed' (creede)	2 (5,0%)
dade	1 (2,5%)
dizede	3 (7,5%)
enforcade	1 (2,5%)
entrade	1 (2,5%)
estade	2 (5,0%)
fazede	1 (2,5%)
ide	12 (30,0%)
leixad'(leixade)	2 (5,0%)
levade	3 (7,5%)
oviade	2 (5,0%)
oyde	2 (5,0%)
pedide	1 (2,5%)
põede	1 (2,5%)
seede	2 (5,0%)
soltade	1 (2,5%)
uviade	1(2,5%)
veede	1(2,5%)
Total	42 (100%)

Tabela 5: Formas verbais regulares conjugadas no imperativo na 2ª ps.

Formas verbais conjugadas no imperativo na 2ªps	**Quantidade**
acorre	3 (2,0%)
ajuda	1 (0,7%)
busca	1 (0,7%)
cala	1 (0,7%)

[80]Vale ressaltar que os verbos *creer* (*crer*), *seer* (*ser*), *estar*, *fazer*, *ir*, *põer* (*por*), *dizer*, e *veer* (*ver*) são classificados de acordo com a gramática normativa como irregulares (verbos de padrão especial), pois apresentam especificidades durante o processo de flexão verbal. Porém, a formação do imperativo destes verbos segue o mesmo paradigma dos verbos regulares, ou seja, todos apresentam *-de* como desinência número-pessoal (*creede*, *seede*, *estade*, *fazede*, *ide*, *põede*, *dizede* e *veede*). Tal estrutura morfológica ainda é presente no PB (Seção 2), sobretudo na escrita, já que na fala não realizamos mais a 2ªpp como *vós*. Em seu lugar os falantes fazem uso do pronome de tratamento *vocês.*

cata	1 (0,7%)
chama	1 (0,7%)
come	2 (1,4%)
coz	1 (0,7%)
deita	1 (0,7%)
deve	17 (11,6%)
doe	1 (0,7%)
erge	2 (1,4%)
fuge	1 (0,7%)
guarda	6 (4,1%)
guari	1 (0,7%)
leva	6 (4,1%)
mete	2 (1,4%)
moira	1 (0,7%)
muda	1 (0,7%)
nenbra	1 (0,7%)
passa	1 (0,7%)
punna	1 (0,7%)
roga	11 (7,5%)
saca	1 (0,7%)
tira	1 (0,7%)
toll/ tolle	2 (1,4%)
torna	1 (0,7%)
val	8 (6,1%)
Total	77 (100%)

Devido à ocorrência significativa das formas verbais e por se tratar de verbos regulares[81] que seguem um mesmo paradigma para a realização da flexão verbal, escolhemos o verbo *levar* para representar a 2ªpp e o verbo *acorrer (acordar em, resolver, decidir)* para a 2ªps, mas o mesmo ocorre com outros verbos, tais como *leixar* (*deixar*), *nenbrar* (*lembrar*) e *gaannar* (*ganhar*), etc. Fazendo a representação morfológica das formas conjugadas no imperativo e comparando-as com a sua conjugação no indicativo e no subjuntivo, temos a seguinte estrutura:

[81]Os verbos de padrão especial serão retratados em uma seção separada, pois apresentam características morfológicas distintas para expressar o modo imperativo.

(62)

Verbo *Levar* (PA) = *Levar (PB)*

Imperativo: *levade*

Radical	**VT**	**MT**	**NP**
lev	*a*	*ø*	*de*

Presente do Indicativo: *levades*

Radical	**VT**	**MT**	**NP**
lev	*a*	*ø*	*des*

Presente do Subjuntivo: *levedes*

Radical	**VT**	**MT**	**NP**
lev	~~*a*~~	*e*	*des*

(63)

Verbo *Acorrer* (PA) = *Acordar em, resolver, decidir* (PB)

Imperativo: *acorre*

Radical	**VT**	**MT**	**NP**
acorr	*e*	*ø*	*ø*

Presente do Indicativo: *acorres*

Radical	**VT**	**MT**	**NP**
acorr	*e*	*ø*	*s*

Presente do Subjuntivo: *acorras*

Radical	**VT**	**MT**	**NP**
acorr	~~*e*~~	*a*	*s*

Ao realizar a divisão dos dados em morfemas, notamos que as formas verbais mapeadas no *corpus* são quase idênticas às formas do presente do indicativo, contudo sem o morfema *-s* final. Este tipo de fenômeno ocorre, pois, quando formamos o imperativo, a segunda pessoa tanto do singular quanto do plural coincide com as formas do presente do indicativo, e isto já acontecia desde o latim, como exemplificam Ernout (1945) e Faria (1958).

Não foi mapeada qualquer ocorrência em que tivéssemos uma forma morfologicamente idêntica para representar o imperativo, o presente do indicativo e o presente do subjuntivo ao mesmo tempo. Ao compararmos a ocorrência com seu correspondente no presente do indicativo e no presente do subjuntivo, vemos que cada forma mantém uma estrutura morfológica específica, uma vez que a diferença entre tais estruturas está concentrada no morfema de NP.

Levando em consideração o contexto em que os dados aparecem, há diversos elementos que nos permitem afirmar que se trata indubitavelmente de formas conjugadas no imperativo, e não de outros tempos verbais. Entre os itens que podem auxiliar nesta investigação acerca das formas verbais imperativas, destacamos a presença ou a ausência de sujeito explícito nas frases.

A ausência de sujeito é o critério crucial para afirmarmos que se trata de uma forma imperativa e não de outro modo. Para desenvolver nossas análises acerca da presença ou ausência de sujeito nas formas verbais do modo imperativo em PA, partimos de estudos desenvolvidos por linguistas (NARO; LEMLE, 1977; FARACO, 1982, 1986; SANDMANN, 1993, BORGES, 2004 e MATTOS E SILVA, 2004) sobre o fenômeno no PB.

Em seus estudos sobre a sintaxe do português, Naro e Lemle (1977, p.1977) afirmam que

> *In the speech of the lower socio-economic classes of Brazil the rule of subject-verb number agreement is currently undergoing a process of change. In earlier stages of language, as in the standard language and upper classes, this rule is categorical in the sense that every verb agrees with the subject. In the lower classes, on the other hand, the rule is obviously well on its way to extinction.*[82]

Os autores propõem que a regra de concordância sujeito-verbo é respeitada em classes econômicas superiores, enquanto que o não cumprimento está associado ao falar de pessoas ou comunidades mais carentes.

[82]"Na fala das classes socioeconômicas mais baixas do Brasil, a regra de concordância de número entre sujeito-verbo está atualmente passando por um processo de mudança. Em estágios iniciais do idioma, como na língua padrão e das classes superiores, essa regra é categórica no sentido de que cada verbo concorda com o sujeito. Nas classes mais baixas, por outro lado, a regra está, obviamente, no caminho da extinção."

Sobre este assunto, Sandmann (1993, p.41) também declara que as flexões de número e pessoa dos verbos foram, de modo geral, suprimidas na variante inculta. Estruturas do tipo *eu trabaio, tu trabaia, você trabaiava, eles trabaiava*, etc., são comuns e esse fenômeno se deve "ao seu valor não semântico e à sua função puramente gramatical, fato observável também no inglês, inclusive em sua variante culta ou formal, em que todas as pessoas são iguais, menos a 3ª do singular: *I love, you love, he loves, you love, they love*" [83] (SANDMANN, 1993, p.41).

Faraco (1982, p.207), assim como os demais autores, afirma que "*in a tense such as the imperfect indicative, which in the standard variant has three forms (*cantava, cantávamos, cantavam, *for example), in the rural variants has just one (*cantava*)*".[84] O autor ainda ressalta que este fenômeno está ocorrendo no PB e não só em dialetos rurais ou falados por pessoas de baixo poder econômico, mas de um modo geral no falar dos brasileiros, em que é possível observar que a "falta de flexão" dos verbos está acarretando a obrigatoriedade do sujeito em grande parte das frases ou orações declarativas.[85]

Mattos e Silva (2004, p. 143) também declara que, com o aumento do uso do pronome *você* e da expressão *a gente* com funções de pronomes pessoais e com a diminuição dos pronomes *tu* e *vós*, ocorreu uma generalização com a 3ª pessoa verbal. De acordo com a autora, hoje no PB encontramos um paradigma verbal de quatro formas flexionadas (*eu falo*, *ele*, *você e a gente fala*; *nós falamos*; *eles e vocês falam*), um outro de três posições verbais (*eu falo*; *ele*, *você*, *a gente fala*; *eles e vocês falam*) e por fim, em regiões rurais, áreas geodialetais e em comunidades onde há uma concentração de falantes menos escolarizados, segundo Mattos e Silva (2004, p.144), temos apenas duas posições verbais (*eu falo*; *ele*, *você*, *a gente*, *eles e vocês fala*). Para Mattos e Silva (2004, p.144), assim como já haviam proposto os demais autores, quanto mais reduzido for o paradigma flexional número-pessoa do verbo, mais necessário é o preenchimento do sujeito pronominal.

Porém, em relação aos dados mapeados em PA e, levando-se em consideração o contexto que as formas verbais foram empregradas, não foi encontrado qualquer tipo de ocorrência que trouxesse o sujeito com matriz fonológica, isto é, o sujeito com realização lexical, como demonstram os exemplos citados nos parágrafos anteriores.

---

[83] "Eu amo, você ama, ele ama, vocês amam, eles amam."

[84]"em um tempo como o do imperfeito do indicativo, que na variedade padrão possui três formas (*cantava*, *cantávamos*, *cantavam*, por exemplo), na variedade rural há apenas uma (*cantava*)."

[85]Vale ressaltar que no português há certos tipos de frases e orações declarativas que não possuem sujeito: a) sentenças com verbos que expressam fenômenos da natureza (*Choveu muito.*), b) quando os verbos *fazer*, *ser* e *estar* indicam tempo ou fenômenos da natureza (*Está frio no litoral hoje.* ou *São quatro horas da tarde.*) e, por fim, c) em situações que o verbo *haver* possui o significado de existência (*Há muitas pessoas na rua.*).

Levando-se em consideração a grande ocorrência das formas verbais, tomamos como exemplos os verbos *levar* e *acorrer* para exemplificar o comportamento sintático do imperativo no período trovadoresco. Foram mapeadas três ocorrências com o verbo *levar* e três com o verbo *acorrer* conjugados respecitvamente na 2ª pp e na 2ª ps, como mostram os exemplos (64) e (65):

(64)

Pois chegaron, rogou-lles muito chorando dos ollos seus,
dizendo: " **Levade**-me voc'[86], ay, amigos meus!". (CSM 5,v.141-142)

[...] e dizian assi: " Varões, **levade**
e a Santa Maria loores dade**".** (CSM 134, v.45-46)

E logo tan toste o meirynno
disse: " Varões, **levade**-a já
fora da vila cab' o camĩo [...]" (CSM 255, v.98-100)

(65)

"Sennor, **acorre** a tua coitada" (CSM 16,v.58)

E chorando e tremendo | diss': "Ai, Virgen groriosa,
acorre-m' a esta coita | tu que es tan piadosa
que acorre-los coitados; | poren, Sennor preciosa,
fais que est' erro que fige | que cáia en obridança". (CSM 303, v.30-33)

Mais pois entrou na ygreja | daquesta Santa Reynna,
chorando muit' e dizendo: | " Se[n]or, **acorre**-m' aginna [...]" (CSM 357, v.16-17)

Ao realizar a divisão sintática dos elementos acima, encontramos a seguinte situação:

[86]A forma *voc'* não se diz respeito ao pronome de tratamento *você*. Trata-se da forma arcaica do pronome *convosco*. Sobre a evolução desta forma pronominal, Silveira Bueno (1967, p. 132) afirma que "as formas preposicionadas do ablativo latino *mecum*, *tecum*, *secum*, *voscum* (*vobiscum*), *noscum* (*nobiscum*) foram primeiramente *mego*, *tego*, *sego*, *nosco*, *vosco*; a metafonia se encarregou do timbre do *e*, passando-o a *i*: *migo*, *tigo*, *sigo*; mais tarde, ao conseqüente olvido de que na composição já existia a preposição *com*, repetiu-se novamente a preposição: *comigo*, *contigo*, *consigo*, *conosco*, *convosco*".

(66)

Pois chegaron, rogou-lles muito chorando dos ollos seus,
dizendo: " **Levade**-me voc', ay, amigos meus!". (CSM 5,v.141-142)

Sujeito: -
Predicado: **Levade**-me voc', ay, amigos meus
Vocativo: ay, amigos meus

[...] e dizian assi: "Varões, **levade**
e a Santa Maria loores dade**".** (CSM 134, v.45-46)

Sujeito: -
Predicado: **levade** e a Santa Maria loores dade
Vocativo: Varões

E logo tan toste o meirynno
disse: " Varões, **levade**-a já
fora da vila cab' o camĩo [...]" (CSM 255, v.98-100)

Sujeito: -
Predicado: **levade**-a já fora da vila cab' o camĩo [...]
Vocativo: Varões

(67)

"Sennor, **acorre** a tua coitada" (CSM 16,v.58)

Sujeito: -
Predicado: **acorre** a tua coitada
Vocativo: Sennor

E chorando e tremendo | diss': "Ai, Virgen groriosa,
acorre-m' a esta coita | tu que es tan piadosa
que acorre-los coitados; | poren, Sennor preciosa,
fais que est' erro que fige | que cáia en obridança". (CSM 303, v.30-33)

Sujeito: -
Predicado: **acorre-m'** a esta coita
Vocativo: Ai, Virgen groriosa

Mais pois entrou na ygreja | daquesta Santa Reynna,
chorando muit' e dizendo: | " Se[n]or, **acorre**-m' aginna [...]" (CSM 357, v.16-17)

Sujeito: -
Predicado: **acorre**-m' aginna [...]
Vocativo: Se[n]nor

Ao observamos atentamente os exemplos (64) e (65), temos que a posição ocupada pelo sujeito, em PA, quando estamos diante de formas verbais imperativas, é nula. Retomando o trabalho de Mateus et al. (2003, p.457), podemos afirmar que o sujeito, nas frases imperativas, designa o ouvinte em que a morfologia desinencial do verbo remete à 2ª pessoa do discurso (Δ *FAZ o dever*!). As autoras ainda declaram que o sujeito também pode englobar o locutor, no caso do imperativo na primeira pessoa do plural (*Façamos o dever*.) ou ele ainda pode ser interpretado como uma expressão nominal pré-verbal ou pós-verbal correferencial com o sujeito, mas realizada como vocativo.

A respeito do uso do vocativo em frases imperativas, Mateus et al. (1994, p.249) afirmam que este termo ocupa uma posição periférica na sentença, uma vez que não é argumento externo ou interno do sintagma verbal, e sua função é designar o alocatário, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(68) Come a sopa, Joana!

(69) Joana, come a sopa!

De acordo com Agustini (2004, p.11),

> a forma imperativa dos verbos é aquela em que há uma concentração da segunda pessoa — o interlocutor da alocução; sendo, por conseguinte, a forma que dispensa a ocupação do lugar sintático de sujeito, visto que se trata de uma forma direcionada ao interlocutor correlato ao locutor no processo de intersubjetividade da prática linguageira. Em decorrência, juntamente a essa forma verbal ocorre apenas o vocativo. O vocativo, nesse sentido, surge como elemento especificador da relação social estabelecida no processo de prática linguageira, o que o torna pertinente à construção enunciativa do texto em que se dá .

Bechara (2005, p.460) também propõe que o vocativo é uma unidade à parte, desligada da estrutura da oração, separada por uma curva de entoação[87] exclamativa. O vocativo cumpre uma função de apelo de 2ªps, pois, por seu intermédio, chamamos em evidência a pessoa a quem nos dirigimos: [88]

[87]Massini-Cagliari e Cagliari (2001, p.117) afirmam que todas as sílabas da fala são pronunciadas com certa altura melódica. Em línguas classificadas como tonais, como o chinês, por exemplo, cada sílaba das palavras tem uma altura melódica fixa. Já em línguas entoacionais, como é o caso do português, diferentes tipos de enunciados carreiam padrões melódicos predeterminados pelo sistema.

[88]Exemplos retirados de Bechara (2005, p.460).

(70)

José, vem cá!

(71)

Tu, **meu irmão**, precisas estudar!

(72)

Felicidade, onde te escondes?

Outro exemplo mencionado pelo autor é o uso da expressão *ó*, que as gramaticas tradicionais incluem na classe de palavras das interjeições, mas que, de acordo com Bechara (2005, p.460), pode ser vista na realidade como um morfema de vocativo, dada a característica entonacional que a diferencia das interjeições propriamente dita.

(73)

"Deus, *ó Deus*, onde estás que não respondes?" [Cav.141][89]

Para Bechara (2005, p.461), os exemplos anteriores expõem algumas particularidades que envolvem vocativo. De acordo com o autor,

> Pelo desligamento da estrutura argumental da oração, constitui [o vocativo], por si só, a rigor, uma frase exclamativa à parte ou um fragmento de oração, à semelhança das interjeições. Por outro lado, como no caso, *Tu, meu irmão precisas estudar!*, às vezes, se aproxima do aposto explicativo, pela razão que vai constituir a particularidade seguinte. Por fim, o vocativo, na função apelativa, está ligado ao imperativo ou conteúdo volitivo, na função que, em se tratando de ordem ou manifestações de desejo endereçada à pessoa com quem falamos ou a quem nos dirigimos, presente quase sempre, não há necessidade de marcar o sujeito. Quando surge a necessidade de explicitá-lo, por algum motivo, aludimos a esse sujeito em forma de vocativo.

O vocativo, segundo Bechara (2005, p.461), pode ser representado por substantivo ou pronome, podendo admitir a presença de expansões, como o uso de adjuntos adnominais e de orações adjetivas ("Desce do espaço imenso, *ó águia do oceano*").

[89] ALVES, A. *Obras Completas*, ed. Afrêncio Peixoto. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1921.

Nos dados mapeados nas CSM o vocativo foi empregado para expressar ordem ou manifestações de desejo endereçadas à pessoa para qual o narrador, ou seja, o eu-lírico, se dirige, como, por exemplo, a Virgem Maria, um representante do clero ou da nobreza, o indivíduo envolvido no milagre, etc., como pode ser observado nos exemplos:

(74)

"*Sennor*, **acorre** a tua coitada" (CSM 16,v.58)
Vocativo: *Sennor* (Senhora)

"*Virgen Santa Maria,*
guarda-nos, se te praz,
da gran sabedoria […]" (CSM 47, v.3-5)
Vocativo: *Virgen Santa Maria* (Virgem Santa Maria)

[...] " *Virgen santa, Reynna,*
dá-me vingança,
ca pris viltança
en ta romaria [...]." (CSM 57, v.54-57)
Vocativo: *Virgen santa, Reynna* (Virgem Santa Rainha)

Ainda sobre o uso do vocativo, Moreira (2008) realizou um trabalho sobre o comportamento desta estrutura, tendo como *corpus* peças teatrais escritas no século XIX e XX. A autora investiga um processo de mudança no PB envolvendo as posições de colocação do vocativo na oração, a saber, [Voc + Or], [Or + Voc] e [Or +Voc + Or]. Segundo Moreira (2008, p.101), foi constatado que o uso da variante [Voc + Or], que ocorre com mais frequência na 1ª metade do século XIX, decresce gradativamente ao longo do tempo, ao passo que a variante [Or + Voc] apresenta perfil de uso ascendente, com maior índice de ocorrência na 2ª metade do século XX.

Nos dados coletados nas CSM, as sentenças que apresentam o uso do vocativo por parte do interlocutor possuem a estrutura [Voc + Or] como *default*. Apenas uma ocorrência é configurada na ordem [Or +Voc + Or], como pode ser observado:

(75)

Estrutura: [Voc + Or]

"Sennor, **acorre** a tua coitada" (CSM 16, v.58)

[Sennor,] + [**acorre** a tua coitada]

Voc Or

[...] Fillo, **dá**-m' este meu que veja riir. (CSM 21, v.43)

[Fillo,] + [**dá**-m' este meu que veja riir]

Voc Or

Virgen Santa Maria,
guarda-nos, se te praz,
da gran sabedoria […] (CSM 47, v.3-5)

[Virgen Santa Maria,] + [**guarda**-nos, se te praz, da gran sabedoria]

Voc Or

(76)

Estrutura: [Or +Voc + Or]

Punna, Sennor, de nos salvar,
pois Deus por ti quer perdoar [...]. (CSM 80, v.24-25)

[Punna,] + [Sennor] + [de nos salvar, pois Deus por ti quer perdoar]

Or Voc Or

Em suas conclusões, Moreira (2008) afirma que o vocativo pode apresentar uma estrutura morfológica distinta, como ocorria na língua latina. A autora discorda de que o vocativo sirva somente para fornecer informações apelativas e que sua estrutura esteja desligada da rede argumentativa do verbo. Para ela, "há construções em que o vocativo sequer

faz referência a um termo da oração a qual se encontra anexado e, ainda, aquelas que se referem a um termo da oração" (MOREIRA, 2008, p.19).[90]

Por sua vez, nas CSM o vocativo aparece juntamente com as formas verbais imperativas num tom apelativo e de interação entre o locutor e o alocatário, visto que as cantigas eram poemas para serem cantados em louvor à Virgem Maria, narrando os milagres e as graças alcançadas, como já foi mencionado anteriormente. Neste caso, para a execução desta tese, consideramos o vocativo como uma sentença ou partícula desligada da estrutura argumentativa do verbo. A presença significativa da posição VC tanto da 2ªps quanto da 2ªpp nos reforça a hipótese de que, pelo menos nos dados relativos às CSM, há o uso do imperativo como modo, pois não há marca de sujeito com realização lexical.

(77)

"**Vai**-te ao Papa, ca muit' ás errado". (CSM 65, v.43)

[Vai] + [-te ao Papa, ca muit' ás errado]

Verbo **Complemento**

"**Ide** daqui vossa via, que dest' alm' aver [...]". (CSM 11, v.47-48)

[Ide] + **[**daqui vossa via, que dest' alm' aver]

Verbo **Complemento**

Nesta seção, através da análise da estrutura morfológica e sintática das formas verbais imperativas mapeadas no PA, através das CSM, foi possível verificar que, no período compreendido por esta pesquisa, o modo imperativo ainda tinha sua estrutura morfológica diferenciada dos demais modos. Passemos agora para a análise dos pronomes clíticos.

[90]Moreira (2008) faz uma análise variacionista do uso do vocativo em PB. A autora compara a estrutura do vocativo com à da topicalização e a da focalização. Não entraremos em detalhe neste estudo, pois este não é o objetivo desta tese.

4.3 PRONOMES CLÍTICOS

Nesta subseção, mostraremos que os pronomes clíticos encontrados junto às formas verbais imperativas em PA não favorecem o uso presente do indicativo ou do presente do subjuntivo com o valor semântico de imperativo. Para nortear nossas discussões, abordaremos primeiramente alguns conceitos e estudos relevantes sobre os pronomes clíticos em português. Em um segundo momento, realizaremos a análise das formas verbais imperativas acopanhadas de pronomes clíticos, confrontando os dados coletados em PA com os da pesquisadora Scherre (2002 e 2005).

Câmara Jr. (1975, [1970], p.117) afirma que os pronomes clíticos são uma das formas do pronome pessoal, caracterizando-os como uma forma dependente, ou seja, "usada [...] junto a um verbo, para expressar um complemento, que fonologicamente é uma partícula proclítica ou enclítica do verbo; respectivamente: *me, nos*; *te, vos*; *o, a*, ou *lhe*; *os, as*, ou *lhes*".

Para Crystal (2000, p.49), são chamados, em português, de clíticos

> os pronomes átonos: *me, te, se, o, a*, etc. Os clíticos podem ser classificados de acordo com sua posição em relação à palavra de que dependem: proclíticos (próclise) dependem da palavra seguinte (é o caso dos artigos e de formas como *Eu me sento*); mesoclíticos (mesóclise) ficam no meio do verbo (*sentar-me-ei*) e os enclíticos (ênclise) dependem da palavra precedente (*sentei-me*).

Cagliari (2002, p.48-49) também apresenta uma reflexão sobre o uso dos pronomes clíticos em português, argumentando que

> Clítico é uma palavra que, embora tenha uma identidade morfológica própria, aparece sempre grudada sintaticamente em outra, chamada de "hospedeira". Os pronomes oblíquos do Português são exemplos de clíticos, pois aparecem sempre ligados a um verbo; por exemplo: "eu *te* vi"; "Maria *lhe* disse"; "achei-*os* na gaveta", etc.

Em relação à mobilidade dos clíticos, Bisol (2000) propõe a existência de estruturas capazes de atrair os pronomes para a posição pré-verbal (certos advérbios, quantificadores, operadores Wh[91], complementizadores e palavras de forma negativa), como mostra o exemplo (78): [92]

(78)

a. dou-*te* a'. não *te* dou
b. eles ouviram-*te* b'. todos eles *te* ouviram

Realizando a leitura do trabalho Biazolli (2010), que retrata o comportamento dos pronomes clíticos no português paulista em meados de 1880 até 1920, verificamos que a autora arrola um grupo de fatores que podem ser observados quando o pronome clítico está adjungido a uma lexia verbal simples: tipos de clíticos, função do clítico, formas verbais, tipo de verbo (do ponto de vista lógico-semântico), ocorrência ou não de elemento procalisador na oração e verbo hospedeiro do pronome clítico em início ou não absoluto na oração.

Dentre os fatores mencionados por Biazolli (2010), o que trata do uso das formas verbais associadas aos pronomes clíticos é muito relevante para a análise dos dados desta tese. De acordo com a autora,

> Quanto aos verbos nos tempos do Modo Indicativo, nenhum favorecimento a nenhuma posição - seriam neutros quanto à ordem dos clíticos pronominais, atuando, de forma predominante, na oração, outros fatores condicionantes – e se acredite que os tempos do Modo Subjuntivo influenciam o uso da próclise – já que apresentam natureza subordinativa, ocorrendo, também, em orações que exigem conjunções e palavras QU, típicos atratores, quanto ao pronome, da posição pré-verbal –, convém observar a atuação deste grupo de fatores. Por fim, em contextos de formas no Imperativo e Formas Nominais, avalia-se sobressair o uso da ênclise. (BIAZOLLI, 2010, p.122)

[91]De acordo com Vigário (2001), Wh questions são os pronomes interrogativos do inglês, como por exemplo: *why* (por que), *when* (quando), *what* (o que), *who* (quem), *which* (qual), *where* (onde). A abreviatura Wh em inglês equivale a QU-, em português. De acordo com Lopes-Rossi (1996, p.1), o termo QU- é utilizado para definir os pronomes e advérbios interrogativos como: *o que, que, quem, onde, como, quando, por que* e *quanto*. Na literatura gerativista podem ser também denominados pelos termos sintagmas/elementos interrogativos, sintagmas-Wh (do inglês Wh-phrase), sintagmas-Qu ou, ainda, sintagmas-Q. Segundo a autora, "mais de três décadas de estudos em Gramática Gerativa, no entanto, já consagraram essa denominação bem como o termo movimento-Wh em referência ao mecanismo sintático que coloca esses sintagmas na posição inicial da sentença nas línguas classificadas como [+movimento Wh]" (LOPES-ROSSI, 1996, p.1). O termo Wh- é geralmente usado quando se quer referir a formulações teóricas ou a comentários a respeito de outras línguas. O termo QU- é reservado para referências ao Português.

[92]Exemplo retirado de Vigário (2001, p.142).

Segundo a citação anterior, Biazolli[93] (2010) declara que em contextos onde há o uso das formas verbais imperativas ou de formas nominais, ocorre o uso da ênclise. Ao analisar seus dados, a autora afirma que "quanto aos contextos de verbos no Imperativo Afirmativo e Formas Nominais, sobressaiu-se o uso de pronomes pospostos. De um modo geral, esses resultados se assemelharam ao que estava prescrito pela norma da época." Os exemplos utilizados pela autora, que ilustram os fatos mencionados são os seguintes: [94]

(79)

Imperativo Afirmativo

Grandes pedreiras á venda!
Na estação da Rifalna, linha Mogyana,vendem-se as grandes e inexgottavaeis pedreiras alli existentes, as melhores até hoje conhecidas neste Estado, pela vantajosa colloação dellas, e enorme quantidade de pedras de superior qualidade, para toda obra, como alvenaria, calçadas, etc. Quem pretender ***dirija-se*** *pessoalmente ou por carta para melhores informações […]. ("O Estado de São Paulo"*, São Paulo, 1905- gênero Classificado)

(80)

Formas Nominais

Infinitivo

Seguindo rumo de horisontes tão largos e já tão definidos nas seguras licções da historia, e vindo pleitear pela causa nacional em tais condições e n' essa épocha, em que até mesmo a palavra republica já não assusta a Provincia de São Paulo, certamente encontrará terreno firme para ***consolidar-se*** *e dar ao paiz resultados proficuos. ("A Província de São Paulo*", 1880- gênero Editorial)

[93]Biazolli (2010) trabalhou com um *corpus* em prosa. A autora observou a posição dos clíticos em textos jornalísticos, no período que compreende o final do século XIX e o início do século XX. Vale ressaltar que não iremos realizar um estudo comparativo envolvendo as CSM e os textos de jornais, mas sim uma retomada dos principais aspectos trabalhos por Biazolli (2010), envolvendo questões relacionadas aos pronomes clíticos e às formas verbais imperativas.
[94]Biazolli (2010, p.125).

Gerúndio

Tem sido o maior êxito pra os doentes attacados de psoriasis, herpes e ecrema, ***melhorando-lhe****, em breve, o estado geral.* (“O Estado de São Paulo”, São Paulo, 1905- Anúncio)

Particípio

[…] *depois de feitas todas as citações, louvaram-se em aggrimensor, arbitradores que procedem á medição e divisão das terras,* ***segregado-se*** *afinal a parte do supllicante* [….]. (“Diário do Rio Claro, O Rio Claro, 1894- gênero Edital).

Os gêneros textuais presentes nos jornais analisados pela autora proporcionaram o uso de formas imperativas, entre os quais podemos destacar os classificados e os anúncios, que estão mais próximos da linguagem falada naquela época.

Já em relação ao uso da ênclise, Amaral (2012), baseada em Mattos e Silva (2006), declara que seu uso é recorrente quando o verbo está em posição inicial absoluta ou quando estamos diante de frases coordenadas que não apresentam nenhum tipo de material gramatical entre o verbo e os coordenantes (*e*, *pero* e *mais*), como pode ser observado nos exemplos:

(81)

O Conde, poi-la livrou dos vilãos, disse-lhe: “Senner
dizede-m’ora quen sodes ou dond‟.” Ela repôs: “Moller
sõo mui pobre e coitada, e de vosso ben ei mester.” (CSM 5, 75-77).

dizede = posição inicial absoluta

(82)

Pero avẽo-ll' atal que ali u sãava,
cada un nembro per si mui de rig' estalava [...] (CSM 77, 35-36)

Pero avẽo-ll'= não há matéria gramatical entre o verbo e o pronome.

Baseando-nos nos estudos realizados por Scherre (2002, 2005) para o PB, foi possível verificar que, no PA, os contextos em que os pronomes clíticos foram mapeados não favoreceram o uso de formas variantes na representação do modo imperativo. Segundo a autora, o posicionamento posposto do pronome átono em relação ao verbo tende a favorecer no PB o imperativo na forma associada ao subjuntivo (*Retire-se*). Já, se a forma pronominal estiver anteposta, há uma tendência em favorecer o imperativo associado ao indicativo.

Porém, no caso dos dados coletados nas CSM, ao contrário do que afirma Scherre (2002, 2005) para o PB, observamos que o uso posposto do pronome, ou seja, em posição de ênclise, não proporcionou o uso de formas relacionadas ao presente do subjuntivo. Foram mapeadas 82 formas pronominais adjungidas aos verbos no imperativo, como pode ser observado na tabela 6:

Tabela 6. Pronomes Clíticos com Formas Verbais Imperativas no PA.

Número/Pessoa	**Quantidade de ocorrências (percentual)**
2ªps	73 (89%)
2ªpp	9 (11%)
Total	82 (100%)

Tabela 7 : Pronomes Clíticos com Formas Verbais Imperativas da 2ªps.

Tipos de Pronomes Clíticos	**Lista de ocorrências**	**Quantidade**
me (m')	5.164; 6.5; 6.63; 21.43; 57.55; 67.91; 97.54; 105.114; 116.40; 124.23; 125.51; 132.98; 138.40; 167.28; 168.34; 186.53; 201.53; 237.59; 237.61; 245.61; 251.70; 268.47; 281.26; 337.30; 338.13; 341.58; 353.82; 357.17; 363.12; 381.26; 381.27; 385.18; 401.11	34 (46,6%)
te (t')	6.80; 6.84; 65.43; 75.58; 75.138; 125.21; 125.50; 158.18; 158.18; 158.23; 176.21; 178.26; 237.82; 265.76; 267.70; 268.42.	16 (21,9%)
o	6.84; 65.173; 295.6; 353.82	4 (5,5%)
nos	47.4; 130.16; 130. 17; 130.32	4 (5,5%)
lle (ll')	65.168;139.40; 250.8; 250.10; 401.9; 401.54.	6 (8,2%)
llo	127.54; 195.92; 195.93; 292.73	4 (5,5%)
llos	130.10; 303.32	2 (2,7%)
a	296.7	1 (1,4%)
lla	299.28; 299.43	2 (2,7%)
Total	73	73 (100%)

Tabela 8: Pronomes Clíticos com Formas Verbais Imperativas da 2ªpp.

Tipos de Pronomes Clíticos	**Lista de ocorrências**	**Quantidade**
lle (ll')	5.29	1 (11,1%)
me (m')	5.76; 5.142; 155.28; 197.29	4 (44,4%)
o	35.128; 65.183	2 (22,2%)
vos	75.123	1 (11,1%)
a	255.99	1 (11,1%)
Total	9	9 (100%)

Todas as formas pronominais clíticas adjungidas às formas verbais imperativas mapeadas no *corpus* aparecem em posição de ênclise, ou seja, estão pospostas aos verbos, como pode ser observado nos exemplos a seguir:[95]

(85)

[...] ata que Santa Maria | lle disse "**Leva**-t' ende [...]". (CSM 6, v.80)

[...] "mays tu que es mui miserircordiosa,
solta-ll' este laço en que jaz liado." (CSM 65, v.167-168)

"**Soltade**-o, preste, pois sodes vingado". (CSM 65, v.183)

Pois chegaron, rogou-lles muito chorando dos ollos seus,
dizendo: " **Levade**-me voc', ay, amigos meus!". (CSM 5,v.141-142)

[95]As demais ocorrências podem ser conferidas no Apêndice 3, localizado no CD, ao final desta tese.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa seção apresentou a análise dos dados referentes às formas verbais imperativas mapeadas no *corpus* em estudo nesta tese e os resultados obtidos nos dão margem para sustentar a hipótese de que no PA o imperativo era um modo independente.

No período trovadoresco, as estruturas morfológicas verbais eram bem definidas para representar os três tipos de modos: imperativo, indicativo e subjuntivo. Além disso, ao observar os aspectos sintáticos das orações, verificamos que a posição ocupada pelo sujeito nas orações imperativas é sempre nula, ou seja, não há realização do sujeito marcado lexicalmente Por fim, os pronomes oblíquos adjungidos às formas verbais imperativas, juntamente com a análise da morfologia verbal, demonstram, pelo menos no conjunto das CSM, que a função imperativa (de ordem, desejo, pedido, súplica) é expressa morfologicamente através do uso padrão do modo imperativo, ou seja, sem a ocorrência de formas verbais conjugadas no indicativo ou subjuntivo para suprir esta função.

5 VERBOS DE PADRÃO ESPECIAL CONJUGADOS NO MODO IMPERATIVO NAS CSM

Nesta seção, faremos a análise dos verbos de padrão especial conjugados no modo imperativo. De acordo com Mattos e Silva (1989, p.351), os verbos de padrão especial, tradicionalmente chamados de irregulares, obedecem a determinadas regularidades que permitem classificá-los em subgrupos que trazem características mórficas semelhantes.

Câmara Jr. (1975 [1970]) foi o primeiro a indicar que há uma espécie de regularidade no conjunto dos verbos irregulares do português que permite reconhecer grupos de tempos/modos verbais que se comportam em bloco, em termos de flexão. Baseada nos estudos de Câmara Jr. (1975 [1970)]), Mattos e Silva (2006) afirma que a denominação "verbos de padrão especial" é mais adequada do que a denominação tradicional "verbos irregulares".

Neste sentido, Mattos e Silva (1989, p.352) destaca quatro tipos de classificação para as formas verbais que apresentam um padrão especial de conjugação, como pode ser verificado na lista a seguir:

- Tipo 1: Verbos que apresentam variação no lexema das formas do não-perfeito e lexemas específicos para as formas do perfeito, por exemplo, o verbo *fazer* apresenta os lexemas *faç-* para as formas do não-perfeito e *faz-* para as formas do perfeito. Fazem parte desta categoria os verbos: *dizer (diz, dez-, di)*, *trager (trag- [+vel], trag-[+pal], tra-)*, *fazer (faç-, faz-, fa-)*, *aver (av-, aj- a-)*, *tẽer~teer (ten-, tẽ-, tenh-, tiinh-tẽrr-, ter-)*, *poer (pon-, põ-, po-, ponh-, poinh-, ponrr, põrr, porr-)*, *veer (ve-, vi-, vej)*, *estar (est-, estej-)*, *poder (pos-, pod-, pud-)*, *jazer (jasc-, jaz-)*, etc.;

- Tipo 2: Verbos que possuem lexema invariável para as formas do não-perfeito, que se opõem ao lexema específico das formas do perfeito. Pertencem a esta categoria os verbos *saber*, *prazer*, *caber*, *dar*. Os lexemas para as formas do não-perfeito são respectivamente: *sab-*, *praz- cab*, *d+VTa* (verbo *dar*). Já para as formas do perfeito encontramos: *soub-*, *roug-*, *coub-*, *d+VTe*.

- Tipo 3: Verbos que apresentam variação no lexema das formas do não-perfeito e o lexema das formas do perfeito é idêntico ao lexema mais generalizado das formas do não-perfeito. Por exemplo, para o verbo *ouvir* temos o lexema *ouç-* para a 1ªps do presente do indicativo e todas as pessoas do subjuntivo presente; já como lexema dos outros tempos e pessoas encontramos a forma *ouv-*. Fazem parte desta categoria os verbos *ouvir*, *pedir*, *arder*, *medir*, *mentir*, *sentir*, *perder*, etc.

- Tipo 4: Verbos que apresentam particípio passado especial, como *abrir*: *abr-> abert-*; *benzer*: *benz->bent-*; *fazer*: *faz->feit-*, etc.

Dos quatro tipos, foram considerados para a análise dos dados desta tese os verbos que se enquadram nos tipos 1, 2 e 3. O tipo 4 não foi levado em consideração já que o objeto de estudo desta pesquisa são apenas as formas verbais do modo imperativo, sendo, portanto, desconsideradas as formas de particípio.

Foram mapeadas 56 ocorrências de verbos de padrão especial conjugados na 2ª ps, no modo imperativo, como pode ser observado na tabela 9:

Tabela 9: Formas Verbais de Padrão Especial Conjugadas no Imperativo na 2ªps.

Formas Verbais 2ªps	**Quantidade**
Adu	1 (1,8%)
Dá	15 (26,8%)
Di	9 (16,1%)
fais,faz,faz	6 (10,7%)
Pon	1 (1,8%)
Sal	5 (8,9%)
Sey	1 (1,8%)
Vai	12 (21,4%)
Vem	3 (5,4%)
Vês	2 (3,6%)
Total	56 (100%)

Para melhor compreensão da análise, exploramos cada forma verbal separadamente, em função de possuírem características específicas quanto à formação do imperativo.

5.1 FORMAS VERBAIS IMPERATIVAS DE PADRÃO ESPECIAL NAS CSM

- ***Adu* (*Aduzer*, PA) = *Trazer, Conduzir, Induzir* (PB)**

De acordo com os estudos de Williams (1973 [1938], p. 221), na fusão da segunda e terceira conjugações do latim clássico, esse verbo (*aduzir*, port.; *aduzer*, port. arc; *addŭcĕre* lat. cl) adotou também, em PA, as terminações derivadas da segunda conjugação do latim clássico no infinitivo, em todo o plural do presente do indicativo e na segunda pessoa do plural do imperativo.[96] A formação do imperativo para a 2ªps é descrita da seguinte forma pelo autor: *addūc*> port.arc. *adu*.

Mettmann (1972), em seu glossário, ao realizar o paradigma da conjugação verbal do verbo *aduzer*, também mapeou para o imperativo da 2ªps a ocorrência *adu*. O autor não traz qualquer ocorrência conjugada na 2ªps no presente do indicativo ou no presente do subjuntivo.

Porém, ao buscarmos estas ocorrências no *Corpus do Português*, foi possível encontrar a forma *aduze*s, conjugada na 2ªps do presente do indicativo e *adu* para o imperativo, como demonstram os exemplos a seguir:

(86)

[...]Os quaes peregriis tu **aduzes**, pera se passarem a outros logares, proveendo-lhes das tuas esmolas, e em esto fazes bem dignamente a Deus. Ca eles, polo nome e pola fee de Deus, andarom, per costrangimento que os fezerom sair de seus logares, esbulhados do seu haver, e nom receberom algûa cousa das gentes da sua geeraçom e da sua terra, ca lhes nom queriam dar algûa cousa, por tal que com mingua se tornassem aos idolos. Ergo, nos devemos receber estes taes, por tal que […]. (Auto dos apostolos, 1505)

(87)

[...] Outra esparça. **Adu** alhare prazer o males lexadme sy nõ lo quereys azer acabad y acabad me. Que my vida se destruye synalhar conssolaçion en lo que ssyente todo descansso me huye duro es el coraçon que tal soffrir me conssientes De jorge de rresende. Uilãcete por que despois de casada sua dama o confortaua hûa amygua dizendo que aynda deuia de ter esperança. (Cancioneiro de Resende, 1516)

[96]Nas CSM não foi mapeada qualquer ocorrência desta forma verbal na 2ªpp.

Neste sentido, podemos afirmar que a forma verbal *aduzir* mantinha, no período arcaico, estruturas morfológicas distintas para o modo imperativo e indicativo respectivamente (*adu* e *aduzes*). Para o modo subjuntivo não foi verificado qualquer tipo de ocorrência em nenhum dos dois *corpora*.

- ***Dá (Dar, PA) = Dar (PB)***

Nas CSM, foram mapeadas 15 ocorrências da forma verbal *dá*, conjugada na 2ªps do modo imperativo. Consultando o glossário de Mettmann (1972), é possível verificar que há no PA, sobretudo nas cantigas, uma forma verbal com caracteríticas morfológicas específicas para expressar o indicativo, o subjuntivo e o imperativo (*dás* > *dês* > *dá*).

Consultando a conjugação do verbo *dar*, nos dias atuais, verificamos que houve a preservação do paradigma verbal do PA para o PB: *dás* (presente do indicativo), *dês* (presente do subjuntivo) e *dá* (imperativo).[97]

- ***Di* (*Dizer*, PA) = *Dizer* (PB)**

Williams (1973 [1938], p.227) afirma que a forma nominal *dizer* vem de *dīcĕre* (lat.cl.). A respeito do imperativo, o autor mapeou a forma *di* (*dīc*), conjugada na 2ªps com valor de imperativo.

Já Nunes (1960, p.325), além de *diz*, forma considerada popular pelo autor, verificou a presença de *dize*. Said Ali (1964, p.144), a respeito desta formação, menciona que, para a 2ªps do verbo *dizer*, no PA, utilizava-se ora *dize* ora *di*, forma semelhante ao imperativo de *dicere* em outras línguas românicas.

(88)

Padre, *di*-me... todas as cousas (S.Josafate 16) – <u>*Dize*</u>-me [grafia dizi-me], padre donde ouveste esta vistidura (ib. 13) – *Dy* ao abbade (S. Maria Egipcíaca, "Rev. Lus" 20, 188).

Di, rogo-te... (2,32) – <u>*Dize*</u> ... (2, 161). (Exemplo da linguagem popular registrada por Gil Vicente). [98]

[97]Conjugação retirada do Dicionário Caldas Aulete Digital (2014).
[98]Exemplos retirados de Said Ali (1964, p.144).

Nas CSM, não foi mapeada a forma *dize* para expressar o imperativo da 2ªps. Já no PB, o que temos, para indicar o modo imperativo, é a estrutura mofológica *diz*, e *dizes*, para indicar o presente do indicativo. Neste sentido, Williams (1973 [1938], p.210) declara que

> Em latim clássico a segunda pessoa do singular de *dīcĕre*, *facĕre* e *dūcĕre* era, respectivamente, *dīc*, *fac* e *dūc*, sem a terminação -e. Mas as formas completas *dīce*, *face* e *dūce* eram usadas. As formas *dīc*, *fac* e *addūc* se tornaram *di*, *fa* e *adu* em português arcaico, enquanto *dīce*, *face e addūce* se tornaram *diz, faz* e *aduz* e *dize, faze* e *aduze* por analogia com outros verbos da segunda conjugação portuguesa. As formas *diz, faz* e *aduz*em ainda são usadas coloquialmente.

Neste caso, podemos afirmar que não é possível encontrarmos o uso de formas variantes para expressar o imperativo, pois este verbo, assim como os demais aqui apresentados, já possuía uma estrutura morfológica específica para representar cada modo.

- ***Fais, Faz* e *Faz* (*Fazer*, PA) = *Fazer* (PB)**

A forma nominal *fazer* tem sua origem em *fácere*, do latim. A respeito da conjugação desta forma verbal na 2ªps no modo imperativo, Coutinho (1958, p.307) declara que *faz* (conjugado no presente do indicativo) provém do latim *facĭt*. Já a forma *faz*, quando conjugada no imperativo, tem sua origem em *face* > *fac*> *faz*. A ocorrência *faze*, que pode ser encontrada em alguns textos do PB, tem o morfema *-e* como analógico.[99] Consultando o CP, conseguimos mapear vários exemplos de *faze* em textos do PB, como demonstram as ocorrências a seguir:

(89)

Disse apenas " **Faze** o que quiseres. Já és um homem, Natalício. Não te esqueças de falar com o teu padrinho ". Natalício disse que ia embora naquela tarde. Ela então pediu: " Deixa o doutor chegar do trabalho. Não sairás sem falar com ele, que foi tão bom para ti " Natalício esperou. E na hora devida, depois do jantar, uma empregada disse que o padrinho estava chamando. ele encontrou o homem no mesmo lugar de sempre, que o recebeu com um sorriso c não […]. (HOLANDA, G de. O Burro de Ouro, 1960)

[99]De acordo com os estudos de Nunes (1960, p. 326), por analogia com as formas do infinitivo, o povo localizado entre Trás-os Montes e Douro e Minho, utilizavam formas como ***fazo***, ***faze****rei*, ***faze****sse* (grifo nosso), etc. E também, assim como ocorre com o verbo *trazer*, o autor mapeou *fago*, *fais*, sendo que esta última forma verbal dá origem ao imperativo *fai*, concorrendo ao lado de *faze* e *faz* no período arcaico.

(90)

Aventou-nos a alhada. Vigia-a tu; não lhe tires um momento a vista do lombo. Eu vou-me para os tojos. -E comer? - Não tenho apetite. **Faze** o caldo e comei-o. E despediu, cozido de raiva. Chico Brás não tornou a cuquear com a Zêfinha do Alonso. Repeso e assustadiço, ia nu - trindo a esperança de que os rebates da gravidez podiam ser flato ou endrómina passageira, e mesmo que Nosso Senhor, amerceando-se com a quebra de mancebia, fosse servido de sustar tão grave dano para os dois. E, todo pronóstico, cuidou de pôr os santos da sua banda, rezando-lhes, depois de ceia, uma boa enfiada […]. (RIBEIRO, M. *A Planície Heróica*, 1927)

Nas CSM, não foram mapeadas as ocorrências *faze e fai*. O que encontramos foi a ocorrência *fais*, como pode ser observado a seguir:

(91)

E o crerigo ll' ar disse | "Torna-t' alá, amigo meu,
e **fais**-me como a aja, | senon logo morreria". (CSM 125,50-51)

Ao analisarmos o contexto em que *fais* está sendo usado, podemos verificar que se trata de um desejo ou súplica realizado pelo interlocutor. De acordo com o glossário de Mettmann (1972, p. 141), a forma *fais*[100] concorre com *faz* para expressar o imperativo da 2ªps.

- ***Pon* (*Põer*, PA) = *Por* (PB)**

A forma verbal *por* originou-se de *pōnĕre* (latim clássico), sendo no período medieval grafada como *poer*. De acordo com os estudos de Nunes (1960), o infinitivo *por* é a formação regressiva do antigo futuro *poerei*, onde o *e* não era quase pronunciado.

Em relação ao uso do imperativo, Williams (1973 [1938], p.236) afirma que, para a 2ªps em PA, era utilizada a forma *pon*, que por um processo de analogia, foi substituída pela estrutura *põe*, tal como existe hoje em PB. Nas CSM, não foi mapeada a ocorrência *põe* para representar o imperativo da 2ª ps. O que temos é a forma *pon*, como aborda Metmann (1972, p.238) em seu glossário.

[100] A forma *fais* ainda pode ser encontrada no PB na fala, quando ocorre a ditongação da vogal /a/ diante da fricativa /S/, ao realizarmos foneticamente forma verbal *faz*.

- ***Sal* (*Salir*, PA) = *Sair* (PB)**

Segundo Said Ali (1964, p. 137), o infinitivo *sair* tem sua origem em *salir(e)*. Coutinho (1958) apresenta a conjugação dessa forma verbal no presente do indicativo na 1ª e 3ª ps: *salio>saio* e *salit> sal* (arc.) Consultando o glossário de Metmmann (1972, p.272), notamos que a 3ª ps é idêntica à 2ªps quando conjugada no modo imperativo. Para expressar os dois modos (indicativo e imperativo) nessas respectivas pessoas, no PA, era usada a forma *sal*.

No PB atual, de acordo com os pressupostos da gramática normativa, temos a seguinte estrutura morfológica para representar o imperativo da 2ªps: *sai* tu. Porém, assim como ocorre com o verbo *fazer*, na linguagem oral e escrita há uso da forma variante *saia*, como em frases do tipo "*Saia já do aluguel!".*

- ***Sey* (*Seer*, PA) = *Ser* (PB)**

Nunes (1989, p.330) mapeou as seguintes conjugações para o verbo *ser*, na 2ªps, no modo imperativo: *sê* ou *sei*. Nas CSM, foi mapeada somente a ocorrência *sey*, como pode ser observado no exemplo abaixo:

(92)

[E] pois disse-lle: " **Sey** aqui, | non temas nemigalla,
e pornán que daqui a cras | mãefestes ta fala
quanta ás feita contra Deus, | e crey ben que te valla [...]". (CSM 237, v.89-91)

Porém, ao longo dos anos, a forma verbal que se fixou na língua portuguesa, de acordo com a gramática normativa, foi *sê*, ao invés de *sei* (*sey*). E, para comprovar essa afirmação, foi realizada uma busca das duas ocorrências no CP, em que foi possível constatar que *sê* apresenta um uso mais expressivo do que *sei* (*sey*),[101] como demonstram alguns exemplos com citações de obras de diversos autores em períodos diferentes da língua:

[101]A forma *sei* (*sei*) foi mapeada nas CSM. No CP não foi possível encontrar nenhuma ocorrência de *sei* (*sey*) indicando o imperativo de *ser* na 2ªps.

(93)

[...] - **Sê** franco, que eu te ouvirei. - Pois bem, serei franco. Sim, confesso-te: era indispensável que esta estrada se fizesse. Bem o sabes. Estava nisso empenhada a minha palavra e a minha honra. Há muito que os meus adversários me fazem guerra por causa dela. Trabalhei e consegui, apesar desta situação política me ser contrária. Três traçados se ofereciam. Um sacrificava uma grande parte dos bens dos meus filhos, #233 de Ângelo, que não é muito rico, que está no […]. (Diniz, Júlio. *A Morgadinha dos Canaviais*, 1868)

[...] - Um quarto para as duas. **Sê** breve. A face do escrevente exprimiu o embaraço de condensar uma narração tão complicada. - Está bom, disse o doutor, explica-te como puderes. Não há nada mais difícil que ser claro e breve; é necessário ter gênio. Que é? João Eduardo então tartamudeou a sua história, insistindo sobretudo na perfídia do padre, exagerando a inocência de Amélia.. O doutor escutava-o, cofiando a barba. - Vejo o que é. Tu e o padre, disse ele, quereis ambos a rapariga. (Queirós, Eça. *O Crime do Padre Amaro*, 1875)

[...] - Amanhã, restituiremos pelo correio, amanhã saem muitos. **Sê** bom, salva-a! Era atroz, era trágico, era ridículo ver aquele homem ilustre e honesto a guardar os roubos de uma cleptômana satânica e era estúpido o que eu fazia! Mas irresistível. Fosse quem fosse essa gatuna inteligente, era de uma ousadia, de um plano, de uma afliteza, de um egoísmo diabolicamente esplendidos. (Rio, João do. *Dentro da Noite*, 1910)

Entretanto, assim como já foi mencionado anteriormente, no PB, na linguagem oral e escrita do dia a dia, não nos deparamos com a ocorrência *sê* para expressar o uso da 2ªps no modo imperativo do verbo *ser*. O que temos é o uso da forma variante *seja* (*Seja feliz!*, *Seja bem-vindo!*, *Seja pontual!*, etc.).

- ***Vai* (*Ir*, PA) = *Ir* (PB)**

A forma verbal *ir* configura-se no, PA ,como *vai* para a 2ªps do singular do imperativo, que tem sua origem na ocorrência latina *uade*. De acordo com Williams (1973 [1938], p.105), a vogal átona em hiato com vogal tônica se dissimilava, se era mais fechada do que a vogal tônica (*uadit* > *vai*). No PB, não há uso de forma variante para representar o modo imperativo desse verbo na 2ªps. O que temos é o uso de *vai*, tal como já ocorria em PA.

- ***Vem* (*Vĩir*, PA) = *Vir* (PB)**

Segundo Coutinho (1958, p.320), a 2ªps conjugada no modo imperativo no período arcaico é representada pela ocorrência *vem,* que apresenta a seguinte evolução linguística: *uĕnī* > *vēi > *vem*. Williams (1973 [1938], p.61) informa que esse fenômeno ocorria se a vogal tônica era *e* e o hiato decorria da queda do *n, o, i* do *ēi*. No PB, manteve-se a forma verbal *vem* para expressar o imperativo da 2ªps do verbo *vir*, tal como já era usado no PA, sem o uso de formas variantes.

- ***Ves* (*Veer*, PA) = *Ver* (PB)**

De acordo com o glossário de Mettmann (1972, p.314), para representar o verbo *ver* no imperativo em relação à 2ªps, no PA, era utilizada a forma *ves*, tal como foi mapeada nas CSM. Já para o PB, consultando as gramáticas tradicionais, encontramos a forma imperativa *vê*, conjugada na 2ªps. No entanto, esta ocorrência concorre com a variante *veja* na linguagem oral e escrita.

5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, realizamos a análise dos dados, mapeados nas CSM, relativos aos verbos irregulares, que apresentam características específicas e, por isso, são denominados verbos de padrão especial. Por meio da análise dessas formas verbais, podemos concluir que, desde o PA, as formas verbais irregulares conjugadas no modo imperativo apresentavam um estágio avançado na sua evolução histórica, já mostrando as características que encontramos hoje no sistema verbal do português. Além disso, foi possível verificar que, em alguns casos, há uso de formas variantes no PB para expressar o imperativo, enquanto que, no PA, era mantida uma estrutura morfológica específica.

6 O IMPERATIVO NO PORTUGUÊS DEPOIS DO PERÍODO MEDIEVAL

Após a realização da análise dos dados coletados nas CSM, julgamos ser pertinente esboçar o perfil morfológico das formas verbais imperativas depois do período medieval, com o intuito de mostrar que o modo imperativo, hoje, apresenta dois tipos de flexões para a 2ª pessoa: a) uma originária a partir da 2ª pessoa e extraída do presente do indicativo, sem o morfema *-s* de NP, e b) outra originária historicamente da 3ªps, com o surgimento da forma pronominal *você*, em meados do século XVIII.

Nesta seção discorreremos, a partir de uma perspectiva diacrônica, sobre os fatores de natureza linguística e social que interferiram e continuam interferindo no processo de surgimento da forma pronominal de tratamento *você*, em PB, e como esse fenômeno está associado à provável perda da morfologia flexional do modo imperativo.

6.1 O SURGIMENTO DA FORMA PRONOMINAL "VOCÊ" E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA DE CONJUGAÇÃO VERBAL

De acordo com os estudos de Cintra (1972), os primeiros registros da forma *vossa mercê*, que anos mais tarde deu origem à forma *você*, tal como conhecemos nos dias atuais, datam de 1331 e vão até meados de 1490. Segundo o autor, era o tratamento usado neste período para duques e infantes, passando, mais tarde, já no início do século XVI, para patrões burgueses a quem se dirigiam seus escravos. Para o autor, esse processo de mudança está relacionado a um processo de hierarquização cada vez maior da sociedade.

Em estudos anteriores, Amaral (1955) declara que, a partir do final do século XV, em Portugal, há um uso generalizado da expressão de tratamento *vossa mercê* e de suas variantes pela população não aristocrática, inclusive pessoas que se estabeleceram no Brasil através do processo de colonização, por volta do século XIV. De acordo com o autor, neste período, a forma de tratamento *vós* já estava em desuso e era possível identificar o processo de simplificação da forma *vossa mercê* em um estágio avançado.

Por sua vez, Nascentes (2003 [1949-1950], p.114) havia afirmado que a expressão *vossa mercê* não chegou a se cristalizar no século XIV e que, somente a partir do século XVIII, a *mercê* passou a ser utilizada pelos burgueses, classe social, cujos membros não possuíam título de nobreza.

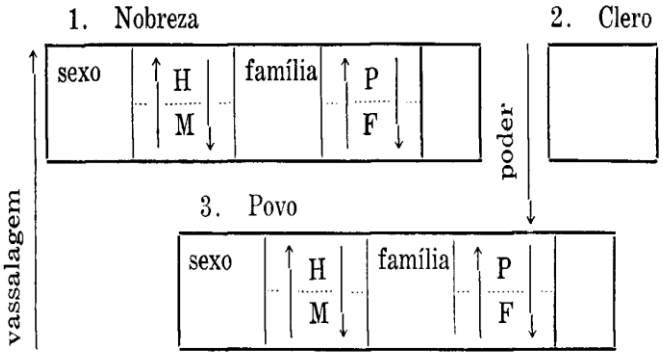
Para o autor, o uso de *vossa mercê* apresentava um caráter dúbio: a) ela poderia ser marcada por uma estratégia argumentativa utilizada pelos súditos ao pedirem algo para o Rei, formando a forma de tratamento *vossa mercê*, que "afagava a vaidade e o amor próprio do soberano" (NASCENTES, 1956, p.114); e b) atribuía-se a noção de efeito à expressão, quando possuía o sentido semântico de recompensa, passando de *vossa mercê* a *mercê*, que era dada pelos reinantes aos súditos em troca de favores.

Biderman (1972), a respeito das formas de tratamento, baseada nos estudos de Brown e Gilman (1960), afirma que, no período medieval, são encontrados os fundamentos de uma sociedade fechada que imperou na Europa. De acordo com a autora, "na escala do poder o rei e o líder religioso encontram-se no topo da hierarquia social. Eles receberão sempre um tratamento de respeito e a sua relação com outro indivíduo será sempre assimétrica" (BIDERMAN, 1972, p.340).

Biderman (1972) lembra que, na época da România medieval, quando se constituíram os padrões literários e normativos das línguas românicas modernas, a sociedade possuía três "*status*" bem demarcados: a nobreza, o clero e o povo. O relacionamento entre essas classes sociais era assimétrico, estando "as duas primeiras no topo da sociedade, a elas era devido o respeito e elas exerciam autoridade. Outra forma de relação assimétrica é a então existente entre os dois sexos e, no interior da família patriarcal, entre pais e filhos" (BIDERMAN, 1972, p.341).

Para compreendermos melhor a situação exposta no parágrafo anterior, a autora nos apresenta um esquema, no qual o membro de cada díade que está no alto representa o princípio de supremacia e poder:

Figura 12. Relação de tratamento entre as classes sociais no período da România medieval



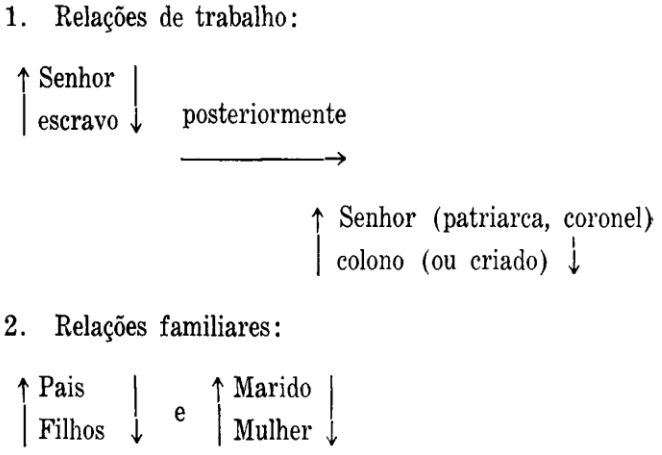
Fonte: Biderman (1972, p.342).

Biderman (1972) declara que a estrutura social e os padrões de comportamento trazidos para a América Latina foram, de modo geral, os mesmos existentes na Península Ibérica ao tempo da colonização. Para a autora,

> Naquelas sociedades européias o poder era uma coordenada básica das relações entre os cidadãos. Assim ele também figurará como uma força polarizadora na organização das relações. No Novo Mundo, porém, a forma de dominação que se estabeleceu foi ainda mais extremada: a escravidão de fato, ou de direito. Talvez porque os colonos portugueses e espanhóis que imigraram, fossem indivíduos da classe média inferior, da classe baixa e muitos deles marginais indesejados nas suas pátrias de origem; talvez por isso as relações de poder aqui tenham sido mais extremas. Uma vez que um indivíduo nunca teve poder, quando o tem é mais arbitrário do que quem sempre o teve. Por outro lado, a população dominada e escravizada eram povos alienígenas para o colono europeu: o índio e o negro africano. (BIDERMAN, 1972, p.350)

De acordo com a autora, a maioria dos colonos europeus que vieram para o Brasil proveio das zonas rurais Ibéricas e trouxe consigo as antigas formas medievais de relação, "dominando outros indivíduos, o imigrante europeu pobre repetiu o esquema que sofrera [...], donde se estabeleceram relações assimétricas na sociedade colonial latino-americana" (BIDERMAN, 1972, p.350). O esquema abaixo demonstra a relação entre os indivíduos nesse período:

Figura 13. Relação de tratamento entre as classes sociais no período da colonização.



Fonte: Biderman, 1972, p.350.

Para a autora, o modo de estruturação do poder na América Latina fez com que existissem, nessas sociedades, formas de tratamento dependentes das relações assimétricas. Biderman (1972) criou uma série de quadros que exemplificam as formas pronominais utilizadas no período desde a Idade Média, passando pelo período colonial, até chegar no século XIX. Tais quadros nos auxiliam a compreender um pouco mais a evolução dos pronomes de tratamento em língua portuguesa, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Na Idade Média, período que compreende o *corpus* em estudo nesta tese, segundo Biderman (1972, p.359), era possível encontrar a seguinte situação pronominal no que se refere às formas de tratamento:[102]

Quadro 10. Relação de tratamento entre as classes sociais na Idade Média.[103]

A. Idade Média

	Rei		Nobre		Povo	
Rei	I vós (1)	I tu	vós, senhor		vós, senhor (2)	
Nobre	vós		I, S vós	I, S tu (3)	vós, senhor	
Povo	tu		I tu, vós	I tu	D vós	D tu

Fonte: Biderman (1972, p.359).

Observando o quadro acima, podemos afirmar que, no PA, as relações sociais de tratamento eram bem demarcadas, como já havia afirmado a autora. Biderman (1972) menciona que os indivíduos da plebe, que tinham contato com os nobres, eram, de modo geral, criados muito chegados, tais como aios[104] ou amas, com os quais era possível identificar, através dos documentos que chegaram até nós, uma relação afetuosa.

[102]O quadro dever ser lido com um cruzamento das informações presentes nas linhas e nas colunas. Assim temos a seguinte representação na linha 1: as formas pronominais de tratamento utilizadas entre os reis, entre o reis e os nobres e entre o reis e o povo".

[103]Lê-se nos quadros: IG (igual), S (superior), I (inferior), D (desconhecidos).

[104]De acordo com o dicionário Aulete Digital (2014), a palavra *aio* apresenta os seguintes significados: **1.** Empregado responsável pela educação de crianças de famílias nobres ou ricas.; preceptor. **2.** Criado, camareiro.

A respeito do uso de *tu* e de *vós*, a autora declara que "o *tu* era, pois, marca dupla: 1) intimidade, afeto, emotividade; 2) inferioridade. O *vós:* 1) marca de não-intimidade, distância; 2) respeito, superioridade" (BIDERMAN, 1972, p.361).

Nas CSM, esta situação é muito bem marcada. Através dos textos, podemos perceber a assimetria nessas relações sociais, pois, quando temos o uso da 2ªps (*tu*), estamos diante de situações de intimidade, afeto, emotividade ou inferioridade. Já quando aparece a 2ªpp (vós), há um tom de respeito e superioridade, como pode ser observado nos exemplos:

(94)

a) Situação de respeito e superioridade: Fala proferida por um Conde a uma senhora.

O Conde, poi-la livrou dos vilãos, disse-lle: "Senner,
dizede-m' ora quen sodes ou dond [...]". (CSM 5, v.75-76)

dizede= imperativo do verbo *dizer* conjugado na 2ªpp.

b) Situação de intimidade ou inferioridade: Fala proferida de um marinheiro a outro membro da embarcação.

E o maestre da nave diss' a un seu ome: "**Vai**, **coz**
carn' e pescado do meu aver, que te non cost' hũa noz". (CSM 5, v.147-148)

vai= imperativo do verbo *ir* conjugado na 2ªps
coz-= imperativo do verbo *cozer* (cozinha) conjugado na 2ªps.

Já no século XVI, começam a aparecer outras formas de tratamento, em função das novas classes sociais que passaram a surgir, sobretudo, no período áureo do renascimento, como pode ser visto no quadro:

Quadro 11. Relação de tratamento entre as classes sociais no século XVI.

2. Século XVI [39]

	Rei		Nobre		Povo	
Rei	I, S vós	I tu	El-Rei DD., Senhor, Vossa Alteza, Vossa Majestade (3.ª p.)		Senhor, Vossa Alteza, Vossa Majestade (3.ª p.)	
Nobre	vós		S vós, senhor, V. mercê	S, E, I tu (1)	vós, senhor, vossa mercê, vossa senhoria (3.ª p.)	
Povo	tu		I tu	I vós (2)	D vós, V. mercê	D tu

Fonte: Biderman (1972, p.362).

De acordo com Biderman (1972, p.362), "um nobre trataria um inferior, um criado, p.ex., por *tu,* mas um inferior com quem não tem trato familiar por *vós,* se é bem educado e quer marcar a distância entre ambos".

Por sua vez, em relação aos anos que compreenderam os séculos XVII e XVIII, a autora afirma que a forma *você* aparece com um uso intermediário entre *tu* e *vossa mercê,* provavelmente originada no século XVIII. A respeito da origem do *você,* encontramos a seguinte hipótese elaborada por Birdeman (1972, p.363),

> O tratamento de *Vossa Mercê* deve ser importado da Espanha. Ora, no final do século XVI e primeira metade do século XVII , Portugal estava sob o domínio espanhol. Além disso, as relações entre as sociedades portuguesa e espanhola sempre foram muito intensas e estreitas desde os tempos medievais. Compare-se agora variantes espanholas como: *voaçed, vueçed, vassuncê, vuaçed, voazé, vuazé, vuezé,* todas registradas por Cárceres. Note-se quão vizinhas se encontram foneticamente de *você. Vassuncê* do repertório de Cárceres também se encontra nos meios rurais portugueses e brasileiros, a par com *Vosmecê* e *ocê.*

Segundo a autora, *você* pode representar uma das variantes espanholas, citadas anteriormente, que ocorriam na Espanha e em toda a Península Ibérica no período em que a corte espanhola dominou Portugal.

Quadro 12. Relação de tratamento entre as classes sociais nos séculos XVII e XVIII.

3. Séculos XVII e XVIII

	Rei	Nobre, classe alta		Povo, classe baixa	
Rei	I, S I vós tu	vós, Senhor, Vossa Alteza, Sua Majestade (3.ª p.)		Senhor, Vossa Alteza, Vossa Majestade (3.ª p.)	
Nobre, classe alta	vós	S, D (1) Senhor, Vossa Mercê	S, I tu, vós, você (2)	vós, Senhor, Senhor D., Vossa Mercê, Vossa Senhoria, a menina, etc.	
Povo, classe baixa	tu	S tu, vós, você	D vós	S, D sô mestre, sô amigo, vôs, você	I, S tu, vós, você

Fonte: Biderman (1972, p.362).

No século XIX, para Biderman (1972), a forma *você* era utilizada para o tratamento do superior ao seu inferior, mas com algumas condições: a) critério de idade (pais a filhos, tios a sobrinhos); b) de posição (magistrado a cidadãos comuns, professor a aluno); c) iguais não íntimos, ou de relação assimétrica (homem e mulher, quando primos).

Algumas das demais formas de tratamento que estão no quadro a seguir apareciam apenas na escrita (*Exmo. Sr. Dr.*, *Exmo. Sr.*), não tendo continuidade na linguagem oral.

Quadro 13. Relação de tratamento entre as classes sociais no século XIX.

4. Século XIX (Portugal e Brasil)

	Rei, Imperador		Nobre, classe alta			Povo, classe baixa
Rei, Imperador	S, I senhor, meu pai	S, I tu	Vossa Alteza, Vossa Majestade, Senhor			Vossa Alteza, Vossa Majestade, Senhor
Nobre, classe alta	I senhor (3.ª p.)	I meu amigo, o marquês, você (3.ª p.)	S, D Senhor (1) V. Excia.	Ig, D você (2)	Ig, I tu, (3) você	Senhor, V. Senhoria, Sinhô, Sinhá, etc.
Povo, classe baixa	tu		tu, você			tu, você

Fonte: Biderman (1972, p.362).

Ainda no século XIX, em especial no Brasil, de acordo com a autora, começou o processo de substituição de *tu* por *você* nas relações de tratamentos familiares e íntimos. Biderman (1972, p. 364) sustenta a sua ideia, ao mencionar, como exemplo, cartas trocadas entre escritores neste período:

> A correspondência de Machado dá testemunho desse fenômeno social lingüístico. Até os anos 70, Machado usava *tu* com os íntimos, de modo geral. No final do século XIX e começo do XX serve-se quase exclusivamente de *você*. O fato mais significativo a esse respeito encontra-se na sua correspondência com seu amigo Salvador de Mendonça. Machado tratava-o por *tu* até 1901; passa então a usar *você*, apesar de conservar possessivos da 2.a pessoa. Com outros amigos íntimos como J. Nabuco e José Veríssimo, porém, o trato comum sempre foi *você*. Suspeito que o *tu* trocado anteriormente com Salvador Mendonça, se relacione com a origem desse amigo (português). Um século depois, nesse último quartel do século XX, o tratamento na 2.a.p. está quase extinto no Brasil […]. (BIDERMAN, 1972, p.364)

Sobre esta mudança entre os pronomes *tu* e *você*, Lopes (2011, p. 363) afirma que, em meados do século XIX, o inovador **você** transitava por espaços distintos e típicos de formas híbridas em processo de mudança. De acordo com a autora, era um tipo de tratamento que estava veiculado pela elite brasileira com certo traço cerimonial, que também circulava como variante pronominal do *tu* íntimo.

Para Lopes (2011, p.364):

> Em outros estudos referentes aos séculos XIX e XX no PB escrito, os resultados são bastante semelhantes aos observados nas cartas de Bárbara[105] aos netos. Nota-se a coexistência de **tu** ao lado de **você** em uma mesma carta, seja na posição de sujeito, seja na combinação de **você** com **te**. Tal comportamento, rotulado como "mistura de tratamento" pela tradição gramatical, constitui um reflexo da reorganização do sistema pronominal do PB a partir da inserção da forma inovadora **você**. (grifo nosso)

Essa reorganização do sistema pronominal proposta pela autora, de acordo com os estudos desenvolvidos por Lopes e Duarte (2003, p.5), torna-se evidente no século XVIII, quando o pronome *vós*, empregado para um único interlocutor e tido como traço arcaizante, cai em desuso. Baseando-se nos estudos de Faraco (1996), as autoras afirmam que

[105] Lopes (2011) utilizou como *corpus* um conjunto de cartas pessoais trocadas entre casais no período de 1906-1937. Bárbara, mencionada na citação, é remetente de uma destas cartas analisadas.

> A progressiva alteração do valor social da forma *Vossa Mercê* (e variantes) é resultante da rápida multiplicação dessas formas em Portugal. Inicialmente utilizada como tratamento ao rei, a forma *Vossa Mercê* (além de *Vossa Senhoria*) se estende ao tratamento não íntimo entre iguais na aristocracia e começa, aos poucos, a ser utilizada por pessoas de *status* social inferior (criados, subordinados, etc.) ao se dirigirem a membros da aristocracia. Numa etapa final de decréscimo de formalidade, vamos encontrar *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria* sendo utilizados como diferentes variantes sociais em oposição a *tu,* que era de uso comum no tratamento íntimo. (LOPES; DUARTE, 2003, p.5)

De acordo com Lopes e Duarte (2003), o processo de *gramaticalização*[106], ou mais especificamente, a *pronominalização* de *Vossa Mercê > você*, gerou perdas e ganhos de suas propriedades formais e semânticas, em função da mudança categorial de nome para pronome. Para as autoras,

> A gramaticalização de *Vossa Mercê* não foi um processo isolado, mas conseqüência de uma mudança encaixada lingüística e socialmente. Há uma emergência gradativa de formas nominais de tratamento que passam a substituir o tratamento cortês universal *vós* a partir do século XV, num primeiro momento pela ascensão da nobreza e mais tarde da burguesia que exigia um tratamento diferenciado. (LOPES; DUARTE, 2003, p.3)

O processo de gramaticalização da forma pronominal *você* provocou uma série de mudanças no sistema verbal português, entre as quais Cardoso (2006) relata o uso variável das formas do imperativo verdadeiro e do imperativo *surrogate*[107] (substituto ou supletivo).

A respeito do uso do pronome *você*, Lopes e Duarte (2003) declaram que, no português europeu, este tipo de forma pronominal "está em distribuição com *o(a) senhor(a)* e *tu*, segundo o grau de intimidade estabelecido entre os interlocutores, o que revela que *você* ainda guarda traços de forma de tratamento" (LOPES; DUARTE, 2003, p.1). Por sua vez, no PB, as autoras atestam que a forma *você* configura-se integrada ao sistema dos pronomes pessoais, ou seja, está substituindo *tu* em grande parte do território nacional ou "convivendo com *tu* sem que o verbo traga a marca distintiva da chamada segunda pessoa direta" (LOPES; DUARTE, 2003, p.1).

---

[106]Vitral (1996) afirma que a noção de gramaticalização desenvolvida por Meillet (1958) tem sido retomada nos últimos anos e utilizada com proveito na análise de fenômenos da linguagem. De acordo com o autor, "a gramaticalização é [...] a mudança de estatuto de um termo da língua: ao perder "significado", um item lexical passa a ter uma função gramatical" (VITRAL,1996, p.116).

[107]Segundo os trabalhos de Rivero (1994) e Rivero e Terzi (1995), o termo imperativo verdadeiro é usado para para se referir à forma verbal própria, morfologicamente marcada para o imperativo e usada para a segunda pessoa do discurso (singular e plural). Já a expressão imperativo *surrogate* é usada para se referir às formas substitutas ou supletivas, ou seja, àquelas que se referem às demais pessoas do imperativo afirmativo e a todas as pessoas do imperativo negativo, podendo ser realizadas pelo indicativo, subjuntivo ou infinitivo.

Para as autoras,

> Voltar no tempo e olhar a transição da mudança é fascinante porque permite, embora com dados que não representam nem de longe a realidade da época, observar o fenômeno em um estágio de transição em que há reflexos de um passado bem remoto e projeções do que já está consolidado no presente […]. Cada vez que nos deparamos com uma forma gramaticalizada, principalmente nos fenômenos em que há mudança categorial ou recategorização, como é o caso de *Vossa mercê* para *você*, percebemos a continuidade e gradualismo do processo. Ele nunca acaba. As formas não perdem completamente suas propriedades originais e não assumem definitivamente os traços característicos da nova classe da qual passam a fazer parte. (LOPES; DUARTE, 2003, p.13)

Ainda a respeito da gramaticalização do *você*, Gonçalves (2008, p.223) realizou um estudo sobre a variação das formas pronominais *você*, *ocê* e *cê*. Segundo o autor, o processo de mudança de *você* > *cê* originou-se com mais precisão no século XIV, com a introdução das expressões *Vossa + Nome*, como é o caso de *Vossa Mercê*, e, segundo o autor, "essa locução nominal, que inicialmente era de uso exclusivo do rei, passa a se generalizar, servindo, posteriormete, para o tratamento de nobres, e por fim, a pessoas de qualquer classe social a quem se quisesse tratar com deferência ou simplesmente com respeito". (GONÇALVES, 2008, p.223)

Por fim, Gonçalves (2008, p.224) ainda retrata que essa situação linguística foi trazida de Portugal para o Brasil, no período da colonização, e a entrada da forma *você* na língua portuguesa acarretou diversos rearranjos em sua estrutura, tais como: a) o processo de gramaticalização de *vossa mercê* para *você* restringiu o contexto de atuação desta foma, que ocupava, em princípio, somente a função de sujeito pré-verbal, b) sendo *você* originada a partir de uma expressão nominal, essa forma tem como herança de *vossa mercê* a correspondência à segunda pessoa, mas a concordância com a terceira e c) numa língua de sujeito-nulo, como o PB, formas verbais do tipo *amava* e *partia* serviam tanto à primeira quanto à segunda, precisando desfazer a ambiguidade, o falante sente a necessidade de preencher o sujeito de suas orações.

A reflexão desta seção se mostrou pertinente, pois, ao realizarmos uma leitura diacrônica da formação do sistema pronominal referente às formas de tratamento em português, é possível compreendermos a mudança existente hoje no PB, em relação ao uso do verbo no imperativo, além de sustentarmos a hipótese de análise dos dados proposta por esta

tese de que, na origem do português, o imperativo funcionava como um modo independente, ou seja, a sua estrutura morfológica ainda era preservada.

Hoje, no PB, é possível observamos, tanto na linguagem oral quanto na escrita, a existência de uma forma variante para expressar o modo imperativo, como por exemplo, em frases do tipo "*Vem pra caixa você também*", "*Experimenta, Experimenta*!"; "*Viajar é preciso, venha para a Bahia*"; "*Venha fazer turismo conosco*"[108], forma homônima à 3ªps do presente do indicativo.

De acordo com Borges (2004), a forma variante do imperativo pode ser encontrada nas propagandas mais antigas ou atuais de marcas famosas (Embratel, Consul, Nestlé, etc.), e inclusive nas propagandas de cervejas que circulam em rede nacional.

Para explicar esse fenênomeno, Faraco (1982) reforça que as mudanças morfológicas que o modo imperativo vem sofrendo se dão em decorrência das transformações sociais, em particular, da mudança das formas de tratamento, como foi mostrado nesta seção. De acordo com autor, a heterogeneidade social e fatores ligados à economia do país resultaram na criação e na difusão de formas pronominais de tratamento diferentes das utilizadas pelas pessoas até os séculos XIV e XV.

Faraco (1982) ainda ressalta que a população portuguesa que foi enviada para colonizar o Brasil, em meados do século XV, não tinha origem nobre e a língua trazida pelos primeiros habitantes europeus não era culta. Nesse sentido, desde o início da ocupação lusitana em terras brasileiras, o pronome *vós* era raramente usado e o "uso de diferentes formas relativas a *Vossa Mercê* para se referir à 2ª pessoa era largamente usado: *vosmercê*, *vassuncê*, *mecê*, *vância*, *ocê* e *você*" (FARACO, 1982, p.201).

As alterações ocasionadas pela mudança das formas de tratamento resultaram no surgimento de um novo pronome de 2ª pessoa (*você*), o que originou uma alteração no sistema pronominal e verbal do PB.

Retomando o estudo de Borges (2004, p.24), vemos que

> Quando alguns aspectos do sistema linguístico são alterados devido a mudanças sociais, novas alterações podem ocorrer em decorrência da primeira; assim, essas novas alterações são influenciadas indiretamente por fatores extralinguísticos. Isso quer dizer que a mudança social não é a única causa da mudança linguística: para se reorganizar, o sistema tem que se rearranjar; outras mudanças poderão ocorrer para que o sistema se estabilize. (BORGES, 2004, p.24)

[108]Exemplos de propagandas televisivas.

Em função da alteração dos pronomes de 2ª pessoa no PB, diversas mudanças foram ocorrendo para que o sistema linguístico pudesse entrar em equilíbrio, dentre as quais podemos citar a reformulação do sistema de conjugação verbal.

Porém, observando as CSM, a seção de análise dos dados e a exposição sobre a evolução e surgimento do pronome *você*, podemos reforçar a hipótese levantada nesta tese de que no PA ainda havia o uso do modo imperativo como distinto do indicativo, já que as relações de tratamento ainda eram bem definidas e as estruturas morfológicas das formas verbais ainda eram preservadas, como foi exposto na seção 5.[109] No período arcaico, de acordo com Biderman (1972, p.340), as sociedades preservavam costumes do passado, inclusive os "sinais" linguísticos que veiculavam essas formas de tratamento.

Podemos, portanto, ressaltar que o uso do pronome *você* e das formas variantes para expressar o modo imperativo "é resultante da história de formação de nosso país" (BORGES, 2004, p,24). E, segundo Borges (2006, p.140), a fragilidade do modo imperativo pode vir da falta de sua produtividade funcional, uma vez que existem outras formas com a mesma função, inclusive o uso do presente do indicativo.

6.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, discorremos sobre o surgimento da forma pronominal *você* no sistema pronominal do português. Foi possível observar que fatores de natureza linguística e social interferiram e continuam interferindo nesse processo de variação pelo qual passam as formas pronominais de tratamento em PB. Além disso, podemos associar a provável perda da morfologia do modo imperativo ao surgimento dessa nova forma de tratamento, em função dos ajustes linguísticos ocasionados em PB.

[109]Ressaltamos que, mesmo com Maurer Jr. (1959) afirmando que no latim já ocorria o uso do indicativo para expressar uma ordem, não foi mapeada qualquer ocorrência dessa natureza no *corpus* escolhido para a execução desta tese.

CONCLUSÃO

Os principais objetivos desta pesquisa foram o mapeamento e a análise do comportamento das formas verbais do modo imperativo em PA e em PB e a comparação dos sistemas verbais dessas duas sincronias tanto dos verbos regulares quanto dos verbos de padrão especial. Além disso, a abordagem comparativa, do ponto de vista da Linguística Contemporânea, não é comum nos estudos sobre estes processos de mudança, que envolvem o uso dos modos verbais.

Ao final da análise das CSM empreendida nesta tese, é possível constatar, por meio dos resultados obtidos, a exclusividade da forma imperativa em PA, amplamente usada nas interações entre os interlocutores, sobretudo em contextos de ordem ou pedido, situação predominante nas cantigas analisadas.

Houve, no *corpus* escolhido para a composição deste estudo, a preferência pelo modo imperativo sem o uso de formas variantes no período medieval compreendido na elaboração desta tese. Analisando os contextos em que as formas verbais regulares imperativas apareceram, conclui-se que:

- Das ocorrências tanto da 2ªps quanto da 2ªpp, todas estavam conjugadas na forma imperativa, uma vez que, ao realizarmos a divisão dos dados em morfemas, notamos que as formas verbais mapeadas no *corpus* são quase idênticas às formas do presente do indicativo, contudo sem o *-s* final. Este tipo de fenômeno ocorre, pois, quando formamos o imperativo, a segunda pessoa, tanto do singular quanto do plural, coincide com as formas do presente do indicativo e isto já acontecia desde o latim, como exemplificaram Ernout (1945) e Faria (1958).

- Em relação à posição do sujeito em PA, associada às formas verbais imperativas, nas CSM, o tipo de ordem mais frequente é VC (verbo-complemento), para as formas verbais conjugadas na 2ªpp e na 2ºps. Este comportamento sintático já era previsto; por se tratar de formas verbais imperativas, a posição ocupada pelo sujeito é sempre nula.

- Outro aspecto que também foi analisado refere-se ao uso do vocativo associado às formas verbais imperativas. Nos dados mapeados nas CSM, o vocativo foi empregado para expressar ordem ou manifestações de desejo endereçadas à pessoa para a qual o narrador, ou seja, o eu-lírico se dirige, como por exemplo, à Virgem Maria, a um representante do clero ou da nobreza, ao indivíduo envolvido no milagre, etc. As sentenças que apresentam o uso do vocativo por parte do interlocutor possuem a estrutura [Voc + Or] como default. Nas CSM, o vocativo aparece juntamente com as formas verbais imperativas num tom apelativo e de interação entre o locutor e o alocatário, visto que as cantigas eram poemas para serem cantados em louvor à Virgem Maria, narrando os milagres e as graças alcançadas. Neste caso, para a execução desta tese, consideramos o vocativo como uma sentença ou partícula desligada da estrutura argumentativa do verbo.

- Com relação às ocorrências de formas imperativas acompanhadas de clíticos, foram mapeados 82 dados e foi possível constatar que todas as formas pronominais clíticas adjungidas às formas verbais imperativas mapeadas no *corpus* aparecem em posição de ênclise, ou seja, estão pospostas aos verbos. Analisando as estruturas morfológicas dessas ocorrências, verificou-se que, no PA, os contextos em que os pronomes clíticos foram mapeados não favoreceram o uso de formas variantes na representação do modo imperativo, ao contrário do que ocorre no PB, como propõe Scherre (2002, 2005).

Além das formas verbais imperativas regulares, mapeamos também os verbos irregulares, que denominamos, nesta tese, de verbos de padrão especial, pois possuem características próprias que permitem classificá-los em subgrupos que trazem características mórficas semelhantes. Foram mapeadas 56 ocorrências de verbos de padrão especial na 2ªps, sendo os verbos mais recorrentes *ir* e *dar*. Fizemos algumas considerações sobre as estruturas morfológicas dessas formas verbais e, através da análise dos dados, concluímos que, desde o PA, as formas verbais irregulares do modo imperativo já apresentavam características que são semelhantes ao estágio atual da língua.

Retomando o estudo de Câmara Jr. (1964), podemos sustentar a hipótese com a qual trabalha esta tese de que a língua portuguesa, sobretudo em seu estágio inicial, fazia uso dos três modos essenciais (indicativo, subjuntivo e imperativo) que foram herdados do indo-europeu. Analisando a estrutura morfológica das formas verbais imperativas coletadas nas CSM, foi possível constatar que o sufixo NP é específico para representar a especialidade, ou seja, a função de cada modo.

Por fim, fizemos algumas considerações sobre o surgimento da forma pronominal *você*. A partir da revisão da literatura considerada, foi possível constatar que fatores de natureza linguística e social interferiram e continuam interferindo no processo de variação pelo qual passam as formas pronominais de tratamento em PB. Além disso, podemos associar a provável perda da morfologia do modo imperativo ao surgimento desta nova forma de tratamento, em função dos ajustes linguísticos ocasionados em PB.

De acordo com Borges (2004, p.140), a fragilidade do modo imperativo pode estar relacionada com a falta de sua produtividade funcional, uma vez que há várias outras formas com a mesma função, como, por exemplo, o uso do presente do indicativo. Para a autora, tanto na dimensão sincrônica quanto na diacrônica, já havia uma abertura para que o modo indicativo pudesse penetrar no campo de ação do imperativo.

Baseando-se nos estudos desenvolvidos por Câmara Jr. (1964, 1972, 1975), Pontes (1972), Stavrou (1973) e Scherre (2002, 2005), Borges (2004, p,142) declara que a função imperativa é suprida sempre por formas verbais conjugadas nos modos indicativo ou subjuntivo. Para a autora, o imperativo não existe mais no PB[110] enquanto modo independente e oposto aos demais modos (indicativo e subjuntivo).

Ao contrário das análises que encontramos para o PB (FARACO, 1986, 1996, 2005; SCHERRE 2002, 2005; BORGES, 2004), no PA, podemos comprovar que na origem do sistema linguístico denominado português, no tipo de *corpus* analisado nesta pesquisa, ainda eram preservadas as estruturas morfológicas do imperativo. Analisando o contexto em que essas formas são empregadas e fazendo a divisão morfológica dos dados, não foi possível mapear qualquer tipo de condicionamento que desse abertura para o uso de formas verbais variantes, já que os indíces de variação começam a surgir apenas em meados do século XVIII, quando há as primeiras manifestações do processo de substituição de *tu* por *você* nas relações de tratamentos.

[110]Vale ressaltar que a autora utilizou, como *corpus* para o desenvolvimento de sua pesquisa, tiras de histórias em quadrinhos publicadas em jornais paulistas.

Assim, estudando a formação dos processos verbais da língua portuguesa e comparando-os com os do PA e do português atual, podemos contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição do paradigma verbal desencadeado pelas flexões verbais de formas imperativas nestes dois períodos e para a datação mais precisa dessas alterações.

REFERÊNCIAS

ADRADOS, F.R. **Lingüística Estructural**. Madrid: Editorial Gredos, 1969.

AFONSO X O SABIO. **Cantigas de Santa María**: edición facsímile do Códice de Toledo (To). Biblioteca Nacional de Madrid (Ms. 10.069). Vigo: Consello da Cultura Galega, Galáxia, 2003.

AGUSTINI, C. Da contingência sintática à pertinência semântica do vocativo. In: **Letras & Letras**, Uberlândia, 2004, p.11-20.

ALI, M. S. **Gramática Secundária e Gramática histórica da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: Hucitec, 1955.

AMARAL, T. T. **Cliticização pronominal nas cantigas religiosas galego-portuguesas**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2008.

ANDRADE, C. Q.; MELO, F. G. de; SCHERRE, M. M. P. **História e variação lingüística:** um estudo em tempo real do imperativo gramatical em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. Finos Leitores: Jornal de Letras, Brasília, v.3, n.1, 2007. Disponível em <http://www.uniceub.br/periodicos/default.asp>.

AREÁN-GARCIA, N. A divisão do galego-português em português e galego. Duas línguas com a mesma origem. **Revista Philologus**. n. 17, Rio de janeiro: CIFEFIL/, 2011.

_____. Breve histórico da península Ibérica. **Revista Philologus**, ano 15. n. 45, Rio de Janeiro: CiFEFiL, p.25-48, 2009.

AULETE, C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 2014.

BAGNO, M. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. **Não é errado falar assim**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BALLY, C. **Linguistique générale et linguistique française**. Berne: Francke, 1950.

BARBOSA, J.B. **Tenho feito/fiz a tese uma proposta de caracterização do Pretérito Perfeito no Português.**Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa)- Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2008.

BARROS, J. de.; BUESCU, M. L. C (Org). **Gramática da Língua Portuguesa**. 1.ed. Lisboa: Editora da Universidade de Lisboa, 1971.

BASILIO, M. Segmentação e classificação dos morfes. **Cadernos da Puc-RJ**. n. 15, p.79-87 1974.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BERTOLUCCI PIZZORUSSO, V. Afonso X. In LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993a, p.142-146.

_____. Afonso X. In LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993b, p.36-41.

BIAGIONI, A. B. **A Sílaba em Português Arcaico**. Dissertação. (Mestrado Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2002.

BIAZOLLI, C. C. **Clíticos pronominais no português de São Paulo: 1880 a 1920 – Uma análise sócio-histórico-linguística**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2010.

BIDERMAN, M. T. de C. Formas de tratamento e estruturas sociais. **Alfa**, n. 18/19, p.339-81, 1972/1973.

BISOL, L. O clítico e seu status prosódicos. In. **Revista de estudos da Linguagem**, v.9, n.1, p.5-30, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BLOOMFIELD,L. **Language**. Chicago: The University of Chicago Press, 1984 [1933].

BORGES, P. R. **Estruturas Morfofonológicas das Formas Futuras nas Cantigas de Santa Maria**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, Araraquara, 2008.

_____. **Formas verbais imperativas em tiras de jornais paulistas**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras Unesp/Araraquara, 2004.

BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and Solidarity In: In Sebeok, T. A. (ed.). **Style in Language**, Cambridge, Mass: MIT Press, 1960, p.253-276.

BUENO, F. S. **A formação histórica da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

_____. **A formação histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1952.

CAGLIARI, L. C. **Elementos de fonética do português brasileiro**. São Paulo: Paulistana, 2007.

_____. Questões de morfologia e fonologia. Campinas: edição do autor, 2002.

CAMARA, JR. J. **Princípios de Lingüística Geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1989 [1957].

_____. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979 [1975].

_____. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975 [1970].

_____. **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____.**Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa**. 4 ed. Rio de janeiro: J. Ozon, 1964.

CANGEMI, A. C. F. G. A. **Sândi vocálico esxterno no português arcaico**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras/ UNESP, Araraquara, 2014.

CARDOSO, D.B.B. **Variação e Mudança no Português Brasileiro: gênero e identidade**. Tese (Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília) - UNB, Brasília, 2009.

_____.O imperativo gramatical no português do Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. v.14, n. 2, 2006. p.317-340.

CARONE, F. B. de. **Morfossintaxe**. São Paulo: Princípios, 2000.

CASTILHO, A. T. A sintaxe do verbo e os tempos do passado em português. **Alfa**, n. 9. Marília: FFCL, 1966, p.105-53.

CASTILHO, A. T. de; ELIAS, V. M. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, B. M. **As Cantigas de Santa Maria: um estilo gótico na lírica ibérica medieval**. Niterói: EdUFF, 2006.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 18. ed. São Paulo: Nacional, 1967, p.94-96.

CINTRA, L. F. L. **Sobre "Formas de Tratamento" na Língua Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

COHEN, G. **La grande claret du Moyen Âge**. Paris: Gallimard, 1950.

COMRIE, B. **Aspect.** Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CORTI, F. La guerra en Andalucía: Aproximación a la retórica visual de las "Cantigas de Santa María". In: MONTOYA MARTÍNEZ, J.; DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, A. (Org). **El Scriptorium alfonsí**: de los Libros de Astrología a las "Cantigas de Santa María**"**. Madrid: Editorial Complutense, 1999. p. 301-330.

COSTA, D.S. da. **A interface música e linguística como instrumental metodológico para o estudo da prosódia do português arcaico**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2010.

_____. **Estudo do Acento Lexical no Português Arcaico por meio das Cantigas de Santa Maria**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2006.

COUTINHO, I. L. **Pontos de Gramática Histórica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

CRYSTAL, D. **Dicionário de Linguística e Fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CUNHA, C. F. da. **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.

_____. **Estudos de Poética Trovadoresca - Versificação e Ecdótica**. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1961.

CUNHA. C; CINTRA. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

_____. **Nova Gramática do português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DILLINGER, M. Forma e função na linguística. **D.E.L.T.A**, v.7, 1991, p. 395-407.

DUBOIS, J. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

ERNOUT, A. **Morphology Historique du Latin**. Paris: C. Klincksieck, 1945.

FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____.**Lingüística Histórica**: uma introdução ao estudo da história da línguas. São Paulo: Parábola, v. 12, 2005.

_____.O tratamento você em português: uma abordagem histórica. **Fragmenta**, n. Curitiba, n. 13, p.51-82, 1996.

_____.Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. **D.E.L.T.A,** 2 (1), 1986, p.1-15.

_____.**The imperative sentence in Portuguese**: a semantic and historical discussion. 1982. University of Salford,1982. Tese de doutorado.

FARIA, E. **Gramática superior da Língua Latina**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FAVARO, G. S. **Estudo das formas verbais do pretérito perfeito do modo indicativo nas Cantigas de Santa Maria**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2012.

_____. **Estudo de processos morfológicos desencadeados pela flexão verbal nas Cantigas de Santa Maria**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2009.

FERREIRA, M. P. The Stemma of the Marian Cantigas: Philological and Musical Evidence. **Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria**. Cincinnati, n. 6, 1994, p. 58-98.

FIDALGO, E. **As Cantigas de Santa Maria**. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 2002.

FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducción. In: ALFONSO X EL SABIO. ***Cantigas de SantaMaría*: Códice Rico de El Escorial**. Madrid: Castalia, 1985. p. XI-LXIII.

FLEISCHMAN, S. **The Future in thought and language**. New York: Cambridge University Press, 1982.

FONTE, J. S. **O Sistema Vocálico do Português Arcaico Visto a Partir das Rimas das Cantigas de Santa Maria.** Dissertação (Mestrado Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2010.

_____. **As Vogais na Diacronia do Português:** uma interpretação fonológica de três momentos da história da língua. Tese (Doutorado Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2014.

FREI, H. Critères de delimitation. In: MARTINET, A; WEINREICH, U. **Linguistics Today**. New York: Columbia University, 1954.

FREITAS, H. R. de. **Princípios de Morfologia**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

GEMENTI, M. M. **Estudo das fricativas nas Cantigas de Santa Maria**. Tese (Doutorado Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras /UNESP. Araraquara, em preparação.

GONÇALVES, E. Apresentação crítica. In: GONÇALVES, E.; RAMOS, M.A. **A lírica galego-portuguesa (textos escolhidos)**, 2.ed. Lisboa: Editorial Comunicação, 1985, p. 17-80.

GONÇALVES, C.R. Você, ocê e cê na fala mineira. In: HORA, D. da (Org). **Anais da ABRALIN em Cena Piauí**. Teresina: idéia, 2008, p. 82-91.

GRANUCCI, P. M. F. **O sistema vocálico do Português Arcaico:** um estudo a partir das rimas das cantigas de amigo. Dissertação (Mestrado Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras/UNESP. Araraquara, 2001.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

_____. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva Ltda, 2001.

HAUY, A. B. **História da língua portuguesa – I. Séculos XII, XIII e XIV**. São Paulo: Ática. (Série Fundamentos), 1989.

HUBER, J. **Gramática do Português Antigo**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986 [1933], (tradução portuguesa de Maria Manuela Delille, do original alemão Altportugiesisches Elementarbuch, Heidelberg, Carl Winters Universitätsbuchhandlung).

ILARI, R. **Lingüística Românica**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

ILARI, R., BASSO, R. **O português da gente**: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2007.

JESPERSEN, O. **A modern English grammar I-VII**. Copenhagen: Einar Munksgaard, 1924.

JOTA, Z.S. **Dicionário de Linguística**. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

KATO, M. Formas de funcionalismo na sintaxe. **D.E.L.T.A**, v.14, 1998, p. 145-68.

KEHDI, V. **Morfemas do Português**. São Paulo: Ática, 2003.

KURRY, A. G; BUENO, J. R; OLIVEIRA, L. de. **Gramática objetiva da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.

LAPA, M. R. Fernão Lopes e os cronistas In: **Lições de literatura portuguesa: época medieval.** Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981, p. 369.

_____. **Cantigas d' Escarnio e do Maldizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portuguesas**. Coimbra: S.A.R.I, 1970 [1933].

LAROCA, M. N. C. de. **Manual de Morfologia do Português**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, Juiz de Fora MG, UFJF, 2005.

LEÃO, Â. V. **Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o Sábio**: aspectos culturais e literários.Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

_____.Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X. **Ensaios**. Associação Internacional de Lusitanistas (AIL). 2002. Disponível em: http://www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao01.htm. Acesso em: 17.01.2005.

LOPES, C. R. S. Tradição e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro: definindo perfis comportamentais no início do século XX. **Alfa**: Revista de Linguística (UNESP. São José do Rio Preto. Online).v.55, p.361 - 392, 2011.

LOPES, C. R. S dos.; DUARTE, M.E.L.; In: BRANDÃO, S. F; MOTA, M. A. (Orgs.). **Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos**. 1. ed. Rio de Janeiro, 2003, v. 1, p. 61-76.

LOPES-ROSSI, M. A. G. **A sintaxe diacrônica das interrogativas -Q no português**. 1996.197f. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Nacional, 1979.

_____. **Introduction to Theoretical Linguistics**. Cambridge: Cambridge University, 1968.

MACHADO, J. P. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. v. 4. Belo Horzonte: Livros Horizonte, 1952, p. 108.

MAIA, C. **História do Galego-Português**. 2. ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. Reimpressão da edição do INIC, 1986.

MARINS, F. (org). **Dicionário Prático da Língua Portuguesa**. São Paulo, Melhoramentos, 1995.

MARIÑO PAZ, R. **Historia da lingua galega**. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 1999.

MARTINET, A. **Elementos de Linguística Geral**, Tradução de Jorge Moraes Barbosa, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1964.

MASSINI-CAGLIARI,G. Legitimidade e identidade: da pertinência da consideração das Cantigas de Santa Maria de Afonso X como *corpus* da diacronia do Português. In: MURAKAWA, C. A. A. de; GONÇALVES, M. F. (Org.). **Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa**. 1 ed. São Paulo/Araraquara: Cultura Acadêmica/Laboratório Editorial da FCL/UNESP-Araraquara, 2007, v. 1, p. 101-126.

_____. **A música da fala dos trovadores**: estudos de prosódia do português arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas. Tese (Livre Docência em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara, 2005.

_____. **De sons de poetas ou estudando fonologia através da poesia**. São Paulo: Revista da Anpoll: Humanitas Publicações - FFLCH / USP, 1998, nº 5, p. 77-105.

_____. **Cantigas de amigo**: do ritmo poético ao lingüístico. Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português. Tese (Doutorado em Lingüística) -IEL/UNICAMP, Campinas, 1995.

MASSINI-CAGLIARI, G; CAGLIARI, L. C. Fonética. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1, p. 105-141.

MATEUS, M. H. M. **Aspectos da Fonologia Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: INIC, 1982 [1975].

MATEUS, M. H. M., BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. **Gramática da Língua Portuguesa**. 4. ed., Lisboa: Caminho, 1994.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H.; FROTA, S.; MATOS, G.;OLIVEIRA, F.; VIGÁRIO, M.; VILLALVA, A. **Gramática da língua portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTOS E SILVA, R.V. **Caminhos da linguística histórica** - "ouvir o inaudível". São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

_____. **O Português Arcaico:** fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. **O português arcaico**: fonologia. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O português arcaico**: morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. **Estruturas Trecentistas**: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da moeda, 1989.

MAURER J., T. H. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MEILLET A. L'évolutiondes formes grammaticales. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris, 1958, p.130-148.

MELO, G. C. de. **Iniciação à Filologia Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

MENON, O. P da S. **O imperativo no Português do Brasil**. 1984. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Paraná, Curitiba, 1984.

METTMANN, W. (Ed.). **Cantigas de Santa María** (cantigas 261 a 427): Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1989.

_____. **Cantigas de Santa María** (*cantigas 101 a 260*): Alfonso X, el Sabio.Madrid: Castalia, 1988.

_____. Algunas observaciones sobre la génesis de la colección de lãs Cantigas de Santa Maria y sobre el problema del autor. In: **Studies on the Cantigas de Santa Maria**. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1987, p. 355-366.

_____. **Cantigas de Santa María** (cantigas 1 a 100*)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1986 (volume I).

_____. Glossário. In. AFONSO X, O SÁBIO. **Cantigas de Santa Maria**. Coimbra: Universidade, 1972, v.IV: Glossário.

MICHAELIS, **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2002.

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, C. **Lições de Filologia Portuguesa** *(*segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13) Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1946 (1912-1913).

MIGLIORINI, L. M. Q. **De versos e trovas: análise de aspectos fonoestilísticos do Português Medieval por meio das Cantigas de Santa Maria.** Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras /UNESP, Araraquara, 2012.

MONGELLI, L. M. **Fremosos cantares**: antologia lírica medieval galego-portuguesa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p.21-46.

MONTEIRO, J. L. **Morfologia Portuguesa**. Campinas: Pontes, 2002.

MONTOYA MARTÍNEZ, J. Algunas precisiones acerca de las Cantigas de Santa María. In: KATZ, I. J; KELLER, J. E. **Studies on the Cantigas de Santa Maria**: Art, Music and Poetry. Madison: The Hispanic Seminary od Medieval Studies, Ltd, 1987, p.367-385.

MOREIRA, J. C. **Vocativo no português brasileiro nos séculos XIX e XX**: um estudo de mudança Lingüística. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

NARO, A.; LEMLE, M. Syntactic diffusion. In: STEEVER, S. B. (Ed). **Pappers from the parassession on diachronic syntax.** Chicago: Linguistic Society, 1977, p. 260-268.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NASCENTES, A. Fórmulas de tratamento no Brasil nos séculos XIX e XX. **Revista Portuguesa de filologia**, Coimbra, V. III, Tomos I E II. p. 52-68. IN: Estudos Filológicos. 2003. [1956]. p. 417-433.

NASCIMENTO, M. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. **D.E.L.T.A**, v. 6, 1990, p. 83-88.

NASCIMENTO, J. V. A poesia lírico-religiosa afonsina e a língua portuguesa primitiva. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, n. 5, p. 121-137, 1988.

NEVES, M. H. M. de. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NIDA, E. A. **Morphology**. The Descriptive Analysis of Words. 2ª ed., Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1970.

NUNES, J. J. **Compêndio de gramatica histórica portuguesa**: fonética e morfologia. 9. ed. Lisboa : Clássica, 1989.

_____. **Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa**: fonética e morfologia. 5.ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1960 [1919].

O'CALLAGHAN, J. F. **Alfonso X and the Cantigas de Santa Maria**: a poetic biography. Leiden; Boston; Köln: Brill, 1998.

OLIVEIRA, L A. Formalismo e Funcionalismo: fatias da mesma torta. **Sitientibus**, Feira de Sanatana, n. 29, p. 95-104. 2003. Disponível em: <http://www2.uefs.br:8081>. Acesso em: 23 de mar. 2015.

PALMER, F. **Mood and Modality.** Cambridge: University Press, 1986.

PARKINSON, S. Layout in the Códices ricos of the Cantigas de Santa Maria. **Hispanic** *Research Journal*, Leeds, v. 1, n. 3, 2000, p. 243-274.

_____. **As Cantigas de Santa Maria**: estado das cuestións textuais. Anuario de estudios literarios galegos, Vigo, 1998, p. 179-205.

PEÑA, M. **Affonso el Sabio. Antología com estudios preliminares y un vocabulario**. México: Porrúa, 1973.

PENA, X. R. **Literatura Galega Medieval**. Santiago de Compostela: Gotelo Blanco, 1992.

PERINI, M. A. **Gramática do Português Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Gramática do Português Brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 1996.

_____. **Gramática descritiva do Português Brasileiro**. 2.ed. São Paulo:Ática, 1995.

PIEL, J. M. **Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa**. Lisboa: Estudos Gerais-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

PONTES, E. **Estrutura do verbo no português coloquial**. Petrópolis, Vozes, 1972.

POTTIER, B. **Presentación de la Linguistica.** Madrid, Ediciones Alcalá, 1968, (tradução de Antonio Quillis).

PRADO, N. C. **Processos morfofonológicos na formação de nomes deverbais com os sufixos –çon/-ção e -mento:** um estudo comparativo entre Português Arcaico e Português Brasileiro. Dissertação (Mestrado Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras/UNESP. Araraquara, 2010.

PINHEIRO, Márcia Helena Diman. **O sistema consonantal do Português Arcaico visto através das cantigas profanas.** Dissertação (Mestrado Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras/UNESP. Araraquara, 2004.

RIVERO, M. Negation, Imperatives and Wackernagel effects. **Rivista di Linguistica.** n. 6.1, p. 39-66, 1994.

RIVERO, M. L.; TERZI, A. Imperatives, V-movement and logical mood. **Journal of Linguistics**. n. 31(2), p. 301-332, 1995.

ROCHA, L. C. A. de. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 32. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994 [1972].

ROSA, M. C. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.

RÜBECAMP, R. A linguagem da Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o sábio. **Boletim de Filologia**, Lisboa, Tomo I, p. 273-356, 1932.

SANDMANN, A. **A linguagem da propaganda**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1993.

SCHAFFER, M. E. The 'Evolution' of the Cantigas de Santa Maria: The Relationships between Manuscripts T, F and E. In: PARKINSON, S. (Ed.). **Cobras e Son**: Papers on the Text Music and Manuscripts of the 'Cantigas de Santa Maria'. Oxford: Legenda, University of Oxford, 2000, p. 186-213.

SCHERRE, M.M.P; **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação lingüística, mídia e preconceito. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. Norma e uso: o imperativo no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org.) **O português do Brasil**: perspectivas da pesquisa atual. Madrid: Iberoamericana, 2004. p.231-260.

_____. Uma reflexão sociolinguistica sobre o conceito de erro. In: Bagno, M. **Linguistica da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

SILVA, A. **A expressão da futuridade no português falado**. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002.

SILVA NETO, S. **Introdução ao Estudo de Filologia Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

_____. **História da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

SOMENZARI, T. **Estudo da possibilidade de geminação em Português Arcaico**. Dissertação (Mestrado Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras/ UNESP. Araraquara, 2006.

SOUTO CABO, J. A. Nas origens da expressão escrita galego-portuguesa. Documentos do século XII. **Diacrítica - Revista do Centro de Estudos Humanísticos**, 17. Braga: Universidade do Minho, 2003, p. 329-387.

STAVROU, C. Portuguese pronouns and command forms. **Hispanic**. American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, 1973, p.92-93.

TAVANI, G. **Ensaios portugueses**: Filologia e Lingüística. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

TEIXEIRA, R.; SATER, A. **Renato Teixeira & Pena Branca e Xavantinho – Ao Vivo em Tatuí**, Kuarup Music,1991.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1994 [1980].

TRASK. **Dicionário de Linguagem e Linguística**. São Paulo: Contexto, 2004.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no português**: a categoria e sua expressão. 3 ed., Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

_____. **O aspecto verbal no Português**: a categoria e sua expressão. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1981.

VASCONCELOS, J. L. **Lições de filologia portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

VIGÁRIO, M. **The prosodic word in European Portuguese**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001. Tese de Doutorado.

VILELA, M.; KOCH. I. V. **Gramática da língua portuguesa**: gramática da palavra, gramática da frase, gramática de texto. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

VITRAL, L. A forma cê e a noção de gramaticalização. **Revista de Estudo da Linguagem**, Minas Gerais: UFMG, 1996, p. 115-124.

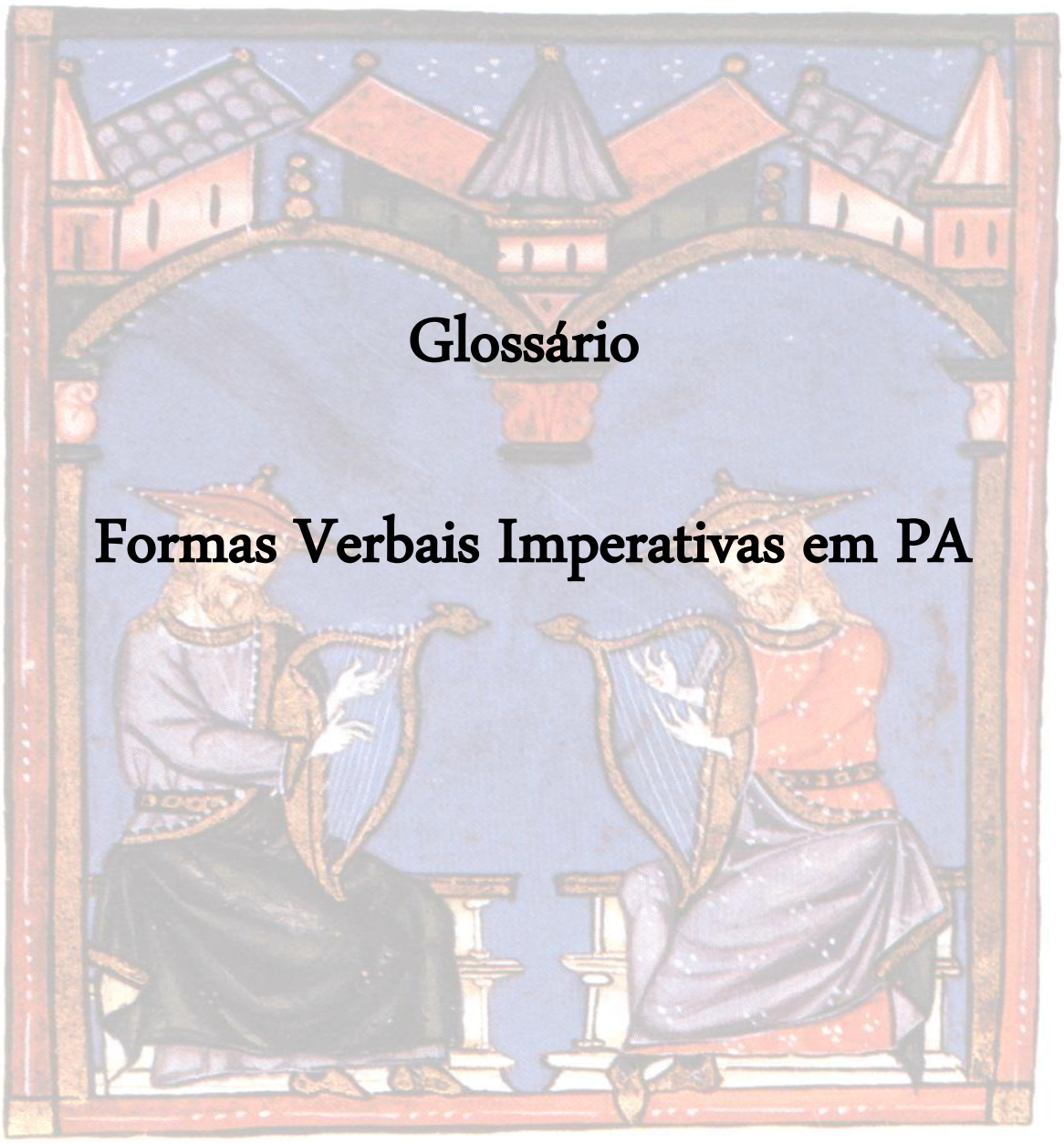
WILLIAMS, Edwin B. **Do Latim ao Português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973 [1938].

WULSTAN, D. The Rhythmic Organization of the Cantigas de Santa Maria. In: PARKINSON, S. (Ed.). **Cobras e Son**: Papers on the Text Music and Manuscripts of the **Cantigas de Santa Maria**. Oxford: Legenda, University of Oxford, 2000. p. 31-65.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

GLOSSÁRIO DAS FORMAS VERBAIS IMPERATIVAS EM PA



Glossário

Formas Verbais Imperativas em PA

Glossário de Verbos das Cantigas de Santa Maria.

Modo Imperativo

Formas Verbais Imperativas Conjugadas na 2º ps.

Acorre (Mettmann, 1972, p.06) V.Tr/.I.: *Socorrer, Ajudar* / "Sennor, acorre a tua coitada" (CSM 16,v.58)

Adu-me (Mettmann, 1972, p.08) V.Tr.: *Trazer, Conduzir, Induzir* /[...] y sigo non levasse; esto en Salamanca fez, dizendo:" Adu-me". (CSM 116, v.38-40)

Ajuda (Mettmann, 1972, p.12) V.Tr.: *Ajudar* /[...] diss' a gran voz: " Madre de Deus, ajuda ao teu servo que á connoçuda [...]". (CSM 69, v.101-102)

Busca (Mettmann, 1972, p.47) V.Tr.: *Buscar,Procurar, Demandar* / El Com Symon era conde rrico e poderoso e disse a um seu ome, que non foi preguiçoso: " Vay-me logo prender aquel trobador astroso, e busca fortes prijões en que o metemos." (CSM 363, v.10-13)

Cala (Mettmann, 1972, p.50) V. I.: *Guardar Silêncio* /[...] e logo perdeu a fala, | ca Deus ouve del despeito, que lla tolleu a desora, | como se dissesse: " cala!" (CSM 163,v.13-14)

Cata (Mettmann, 1972, p.55) V.Tr.: *Pegar* / Dizendo: " Sennor, e nenbre-te do teu servo cegu' e pobre com' oge jasqu'eu; mas tu, Sennor, cata o coraçon meu e saca-m' ora destamaa prijon" (CSM 138, v.37-40)

Chama (Mettmann, 1972, p.59) V.Tr/.I.: *Chamar* /[...] " Vay ora mui quedo e non t' alvoroçes; e o que t' excomungou, se o connoçes, chama-o ante mi, e serás soltado". (CSM 65, v.171-173)

Come (Mettmann, 1972, p.66) V.Tr/.I.: *Comer* / Enton lle diss' o abade, a que chamavan Fiiz: "Meu fillo, o que lle levas come-o, ou que che diz?" Diss' el: "Come cada dia; mas des que ll'aquesto fiz, nunca m'ante falou nada, mais foi-m' oje convidar". (CSM 353, v.81-84)

Coz (Mettmann, 1972, p.81) V.Tr.: *Cozer* / […]e o maestre da nave diss' a un seu ome: "Vai, coz carn' e pescado do meu aver, que te non cost' hũa noz". (CSM 5, v.147-148)

Dá (Mettmann, 1972, p.86) V.Tr.: *Dar* / Pois diss': "Ai, Santa Maria, | Sennor, tu que es portou ar[r]iban os coytados, dá-me meu filho morto [...]". (CSM 6, v.62-63)

Deita (Mettmann, 1972, p.91) V.Tr/.I.: *Deitar* / En dessoterra-lo e dali leva-lo e depois deita-lo como merecia [...] (CSM 195, v.191-194)

Deve (Mettmann, 1972, p.104) V.Tr.: *Dever* / Que por al non devess' om' a Santa Maria servir, deve-o fazer por quan ben sabe serviço gracir. (CSM 295,v. 5-6)

Di (Mettmann, 1972, p.106) V.Tr/.I.: *Dizer* /"Di-me que fazes, meu fillo, | ou que estás atendendo, que non vees a ta madre, | que já as mort' entende." (CSM 6, v.5-60)

Doe (Mettmann, 1972, p.108) V. I.: *Doer* / […]que te does dos coitados, | doe-te de mi mesquÿo, Sennor, tu que es dos santos | espello e lumeira" (CSM 213, v.46-49)

Erge (Mettmann, 1972, p.125) V.Tr.: *Erguer* /[...] e disse-ll': " Erge-t' e vay-te | daquesta prijon astrosa" (CSM 158, v.18)

Fais (Mettmann, 1972, p.139) V.Tr/.I.: *Fazer* / E o crerigo ll' ar disse | " Torna-t' alá, amigo meu,e fais-me como a aja, | senon logo morreria". (CSM 125,50-51)

Fuge (Mettmann, 1972, p.152) V.I.: *Fugir* / Pois en figura d' ome | pareceu-ll' outra vez, longu' e magr' e veloso | e negro come pez; mas acorreu-lle logo | a Virgen de bon prez, dizendo: "Fuge, mao, | mui peor que rapaz". (CSM 47, v.32-35)

Guarda (Mettmann, 1972, p.158) V.Tr: *Guardar* / Virgen Santa Maria, guarda-nos, se te praz,da gran sabedoria […] (CSM 47, v.3-5)

Guari (Mettmann, 1972, p.158) V.Tr.: *Guarir* /[...] Emperador, que a chamou e disso-lle: "Ves? Guari-m' est' irmão gaff", e dar-ch'-ei grand' aver." (CSM 5, v.163-164)

Leva (Mettmann, 1972, p.173) V.Tr/.I.: *Levar* /[...] ata que Santa Maria | lle disse "Leva-t' ende [...]". (CSM 6, v.80)

Mete (Mettmann, 1972, p.195) V.Tr.: *Meter* / Teus pecados, e filla deles gran pẽedença
e en pagar o que deves mete ta femença, e en meu Fill', e en mi ave ben ta crença. (CSM 119, v.56-59)

Moira (Mettmann, 1972, p.s/n) V.Tr.: *Moer, Morrer*/ […] ũus dizian: "Quéimena!" e outros: "Moira com segur!". (CSM 5, v. 106)

Muda (Mettmann, 1972, p.201) V.Tr.: *Mudar* /[...] dizendo-lle: "Muda a muit' atrevuda sentença, ca ten [...]". (CSM 32, v.35-37)

Nenbra (Mettmann, 1972, p.204) V.I.: *Lembrar* / Nenbra-te, Sennor, que t' ei eu prometudo d'ir aa ta casa, est' é ben sabudo [...] (CSM 267, v.70-71)

Passa (Mettmann, 1972, p.223) V.Tr/.I.: *Passar* /[...] ment': " A Rocamador vai-te | e **passa** ben per Tolosa". (CSM 158, v.23)

Pon (Mettmann, 1972, p.239) V.Tr/.I.: *Por* / E sonnou que a omagen | lle diss'. "Aquesto farás: filla o pee de teu fillo, | e non esperes a cras, mais pon-llo u x' ant' estava, | e ta mão tragerás sobr' ele eno meu nome, | e eu farey-o sãar." (CSM 127, v.52-55)

Punna (Mettmann, 1972, p.250) V. I.: *Punir* / Punna, Sennor, de nos salvar, pois Deus por ti quer perdoar [...]. (CSM 80, v.24-25)

Roga (Mettmann, 1972, p.267) V.Tr.: *Pedir* / E disse-lle: "Sennor, roga | a teu Fillo, se te praz que a mi fazer non queira | o que a beschas non faz [...]". (CSM 155, v.52-53)

Saca (Mettmann, 1972, p.271) V.Tr.: *Tirar* / Dizendo: " Sennor, e nenbre-te do teu
servo cegu' e pobre com' oge jasqu'eu; mas tu, Sennor, cata o coraçon meu e saca-m' ora destamaa prijon" (CSM 138, v.37-40)

Sal (Mettmann, 1972, p.271) V. I.: *Sair* / [...] dizendo: "Sal acá, alma, | ca ja tempo é e ora que polo mal que feziste | seja senpr' atormentada". (CSM 75, v.155-156)

Sey (Mettmann, 1972, p.280) V.I.: *Ser* /[E] pois disse-lle: " Sey aqui, | non temas nemigalla, e pornán que daqui a cras | mãefestes ta fala
quanta ás feita contra Deus, | e crey ben que te valla [...]". (CSM 237, v.89-91)

Tira (Mettmann, 1972, p.302) V.Tr.: *Tirar* /[...] "e a un angeo disse: | " Tira-ll' aquel fill' agynna do corp' e criar-llo manda | de pan, mais non de borõa" (CSM 55, v.52-53)

Toll (Mettmann, 1972, p.303) V.Tr.: *Toller* / E disse-ll' assi: "Toll' as mãos dante ta faz
e para-mi mentes, ca eu non tenno anfaz [...]". (CSM 16, v.65-66)

Tolle (Mettmann, 1972, p.303) V.Tr/.I.: *Prender, tomar, tirar.* / Soon de gran coita que mi o demo dá qual nunca moller ouve nen averá; ai, Madre de Deus, Sennor, tolle-mio já [...] (CSM 298, v.59-61)

Torna (Mettmann, 1972, p.304) V.Tr.: *Tornar* / E o crerigo ll' ar disse | " Torna-t' alá, amigo meu,e fais-me como a aja, | senon logo morreria". (CSM 125,50-51)

Formas Verbais Imperativas Conjugadas na 2ºpp

Acordade (Mettmann, 1972, p.06) V.Tr.: *Acordar* / [...] mais la Madre de Deus lle diss: "Acordade, ca ja são sodes desta gafidade". (CSM 134, v.66-67)

Assolvede (Mettmann, 1972, p.139) V.Tr/.I.: *Assolver* / [...] e disse a Virgen santa | ao crerigo: " Seede,e aquesta moller bõa | comungad' e assolvede [...]. (CSM 75, v.99-100)

Calade (Mettmann, 1972, p.50) V.I.: *Calar* /[...] fazian todos con ele, | que mester ouv' y: "Calade!". (CSM 175, v.68)

Creed (Mettmann, 1972, p.82) V.Tr/.I.: *Crer* / A que do bon rey Davi de seu linnage decende, nenbra-lle, creed' a mi,de quen por ela mal prende. (CSM 6, v.3-6)

Dade (Mettmann, 1972, p.88) V.Tr.: *Dar* /[...] e dizian assi: " Varões, levade
e a Santa Maria loores dade"**.** (CSM 134, v.45-46)

Dizede (Mettmann, 1972, p.106) V.Tr./I.: *Dizer* / O Conde, poi-la livrou dos vilãos, disse-lle: "Senner,dizede-m' ora quen sodes ou dond [...]". (CSM 5, v.75-76)

Enforcade (Mettmann, 1972, p.119) V.Tr.: *Enforcar* /[...] foi de sanna, que tan toste | diss': "Este moç' enforcade". (CSM 175, v.38)

Entrade (Mettmann, 1972, p.123) V.T/.I.: *Entrar* / E el torna-se quisera, | mas disso-ll' ela: " Entrade cono corpo de meu Fillo, | de que eu fui emprennada." (CSM 75,v.90-91)

Estade!". (Mettmann, 1972, p.134) V.I.: *Estar* /[...] mais los angeos chegaron | dizendo: "Estad', estade!". (CSM 45, v.44)

Fazed'(Mettmann, 1972, p.139) V.Tr/.I.: *Fazer* / E poren lle disse: "Amigo, creed' a mi,
se esta dona vos queredes, fazed' assi: a Santa Maria a pedide des aqui,que é poderosa e vo-la poderá dar". (CSM 16, v.40-43)

Ide (Mettmann, 1972, p.163) V.I.:*Ir* /"Ide daqui vossa via, que dest' alm' aver [...]". (CSM 11, v.47-48)

Leixad' (Mettmann, 1972, p.171) V.Tr/.I.: *Deixar* / En esto chegou a Virgen Santa verdadeyra,dizendo: "Leixad' est' ome, maos atrevudos". (CSM 119, v.43-44)

Levade (Mettmann, 1972, p.173) V.Tr/.I.: *Levar* / Pois chegaron, rogou-lles muito chorando dos ollos seus,dizendo: " Levade-me voc', ay, amigos meus!". (CSM 5,v.141 142)

Oviade". (Mettmann, 1972, p.219) V.I.: *Ouvir* /[...] foron pera seu inferno, | dando grandes apelidos, dizendo aos diabos: | " Varões, oviad', oviade". (CSM 45, v.88-89)

Oyde (Mettmann, 1972, p.211) V.Tr.: *Ouvir, Escutar* / E dest' un miragre, se Deus m' anpar, mui fremoso vos quer' ora contar, que quiso mui grand' a Groriosa mostrar; oyde, se ouçades prazer. (CSM 52, v.5-8)

Pedide (Mettmann, 1972, p.226) V.Tr.: *Pedir* / E poren lle disse: "Amigo, creed' a mi,
se esta dona vos queredes, fazed' assi: a Santa Maria a pedide des aqui, que é poderosa e vo-la poderá dar". (CSM 16, v.40-43)

Põede (Mettmann, 1972, p.238) V.Tr.: *Poer* / Dizend': "Ai Santa Maria, | a nossa coyta veede, e con Deus, o vosso Fillo, | que todo pode, põede que nos dé algun consello, | que non moiramos de sede, veend' agua conos ollos | e seer en desejosos." (CSM 48, v.31-34)

Seede (Mettmann, 1972, p.280) V.I.: *Seer* /[...] Este meur irmão receb' oi mais por fillo meu,e vos seede-ll' en logar de madre poren, vos rogu' eu, [...](CSM 5, v.28-29)

Soltade (Mettmann, 1972, p.292) V.Tr.: *Soltar* / " Soltade-o, preste, pois sodes vingado". (CSM 65, v.183)

Uviade (Mettmann, 1972, p.311) V.I.: *Chegar* / E a el Rey semellava | que lle dizia: "Uviade e, por Deus, este minÿo | que trag' en braços fillade que o non queim' este fogo, | e sequer a mi leixade; ca se ele ficar vivo, | eu mal non posso aver". (CSM 345, v.81-84)

Veede (Mettmann, 1972, p.314) V.Tr.: *Ver* /[...] e disse aos crischãos: | "Veede que ides crer". (CSM 306, v.33)

Vai (Mettmann, 1972, p.) V.Tr/.I.: *Ir* / E o maestre da nave diss' a un seu ome: " Vai, coz carn' e pescado do meu aver, que te non cost' hũa noz". (CSM 5, v.147/148)

Val (Mettmann, 1972, p.312) V.Tr/.I.: *Valer* / [...] e bradava: " Santa Maria, val, e por ta vertud' aqueste mal desfaz" (CSM 209, v.24-25)

Vay (Mettmann, 1972, p.163) V. I.: *Ir* /[...] e desta ta coita bon consello queres, vay Alexandria, e se o fezeres, dar-ch-á y consello um fol tosquiado. (CSM 65, v.71-73)

Ven (Mettmann, 1972, p.319) V. I.: *Vir* / Enton diss' aa vella: " Ven-te | já comigo, ay amiga,ao reyno de meu Fillo, | ca non á ren che diga [...]. (CSM 75, v.138-139)

Ves (Mettmann, 1972, p.313) V.Tr.: *Ver* /"[...] e disse-ll': "Amigo, ves eu te faço certão
ben de chão que des ou mais es quito do maldito demo que te seguia". (CSM 115, v.332-336)